

V.12, n. 2 (2024)

ISSN 2318-6186

# ARCHEION Revista de Arquivologia da UFPB

## ION LINE

GOVERNANCE

GOVERNANCE  
INFORMATION  
MANAGEMENT

GOVERNANCE

ELECTRONIC  
INFORMATION  
MANAGEMENT

ELECTRONIC  
INFORMATION  
MANAGEMENT

LGPD



## SUMÁRIO

### ARTIGO ORIGINAL

**A BIBLIOTECA E O ARQUIVO NA VIGILÂNCIA DO CONHECIMENTO:** uma análise a partir de Vigiar e Punir de Michel Foucault .....6-21

*Alairson José da Silva*

*Ricardo Roberto Andrade*

**A QUESTÃO PRAGMÁTICA NA VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS** ..... 22-39

*Clóvis Ricardo Montenegro de Lima*

*Ana Gabriela Clipes Ferreira*

*Nelson Alfredo Salomão Neto*

*Felipe Teixeira Lourenço*

**DESCLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA ARQUIVOS PESSOAIS:** um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da Governança Arquivística a partir da teoria de García Gutiérrez ..... 40-59

*Sérgio Rodrigues Santana*

*Eliane Epifane Martins*

*Daniel Jackson Estevam da Costa*

### RELATO DE PESQUISA

**A MEMÓRIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO IFPB E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ARQUIVOLOGIA** ..... 60-76

*Irany Rodrigues Barbosa*

*Sandra Maria Campos Alves*

**ARQUIVOLOGIA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:** uma análise sob os preceitos da Teoria Crítica da Informação e da Competência Crítica em Informação ..... 77-94

*Renata Lira Furtado*

*Ana Roberta Pinheiro Moura*

*Amanda Yvaloo Brasil Feitosa*

**AS RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ARQUIVOLOGIA:** uma análise da produção científica na BRAPCI .....95-112

*Mariana Lousada Pinha*

*Thales Oliveira do Nascimento*



## EDITORIAL

É com grande satisfação que anunciamos a conclusão de mais uma edição da *Archeion Online* em 2024. Ao longo deste ano, exploramos temas relevantes, emergentes e promovemos diálogos que enriquecem a comunidade acadêmica e profissional. Cada documento publicado reflete o trabalho árduo de autores, revisores, editores e de toda a equipe que tornou este promissor periódico.

Neste v.12, n.2 de 2024 a *Archeion Online* apresenta informações que abordam temas diversos como a relação entre a Arquivologia e Competência em Informação, as implicações da LGPD na área, e a análise das práticas de Governança Arquivística e gestão documental em instituições públicas.

A Arquivologia ao se dedicar a gestão de documentos, em especial na organização e preservação da informação, traz estudos sobre a tomada de decisões e a transparência institucional. Neste contexto, a Competência em Informação emerge no reconhecimento de necessidade de informação com habilidades para localizar, avaliar e utilizar de maneira eficaz e ética, permitindo que profissionais arquivísticos gerenciem documentos e promovam o acesso e uso qualificado da informação, fortalecendo a governança e a gestão documental nas organizações.

Para fortalecer a gestão documental transparente e responsável, surgiu no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, com ênfase na proteção dos direitos de privacidade e liberdade dos cidadãos, reforçando a importância de documentar e justificar o tratamento de dados. Assim, as políticas de gestão documental devem garantir a conformidade com a legislação, a implementação de controles de acesso, juntamente com a anonimização de dados e, quando necessário o descarte seguro de informações.

Desse modo, as práticas de Governança Arquivística que compreendem ao conjunto de políticas, procedimentos e estruturas organizacionais voltados para a gestão eficaz dos documentos, contribuem diretamente para a conformidade com legislações como a LGPD e para a promoção da accountability nas instituições públicas.



A gestão documental é uma das bases de trabalho dessa governança ao assegurar que os documentos sejam adequadamente classificados, armazenados e acessíveis para que as organizações atendam às demandas legais, administrativas e sociais.

As instituições públicas devem implementar práticas de Governança Arquivística devido ao grande volume de informações geradas e a diversidade de formatos, como também a necessidade de equilibrar transparência e proteção de dados pessoais. Desse modo, é possível desenvolver soluções inovadoras com abordagem multidisciplinar, sobretudo na Gestão Eletrônica de Documentos (GEDs) com a rastreabilidade e segurança das informações.

Os artigos dessa edição trazem essa convergência entre Arquivologia, Competência em Informação, LGPD e Governança Arquivística que reflete uma transformação no papel do profissional arquivístico, agente estratégico ao fortalecer a gestão pública e a confiança social que requer habilidades técnicas e compromisso ético. A publicação está distribuída em três artigos originais e três relatos de pesquisas que apresentamos a seguir:

Os autores Alairson José da Silva e Ricardo Roberto Andrade, analisam no artigo intitulado “**A BIBLIOTECA E O ARQUIVO NA VIGILÂNCIA DO CONHECIMENTO: uma análise a partir de Vigiar e Punir de Michel Foucault,**” analisam a relação entre bibliotecas, arquivos e o pensamento de Foucault em *Vigiar e Punir*, destacando como poder e controle influenciam o acesso à informação e a preservação da memória. Explora estratégias de vigilância, normas institucionais e o impacto das tecnologias digitais, refletindo sobre como essas práticas moldam narrativas históricas e promovem ou resistem à manipulação na sociedade contemporânea.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Ana Gabriela Clipes Ferreira; Nelson Alfredo Salomão Neto e Felipe Teixeira Lourenço destacam aspectos discursivos em: “**A QUESTÃO PRAGMÁTICA NA VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS**” traz a validação discursiva da informação em documentos de arquivo, fundamentada na teoria do discurso de Jürgen Habermas. A compreensão é de que a informação é validada por meio do discurso, considerando os processos de argumentação e as pretensões de validade que surgem nas interações comunicativas. Assim, propõe a relação entre a informação e os documentos entendida de forma pragmática, onde a verdade é construída discursivamente, e as informações nos documentos são constantemente revalidadas por meio do entendimento mútuo e da argumentação entre os sujeitos envolvidos.



Trazendo uma temática relevante aos estudos de classificação, os autores Sérgio Rodrigues Santana; Eliane Epifane Martins e Daniel Jackson Estevam da Costa, contemplam no artigo a “**DESCCLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA ARQUIVOS PESSOAIS**: um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da Governança Arquivística a partir da teoria de García Gutiérrez”. O texto aborda a relação entre inovação e Governança arquivística, enfatizando o avanço técnico e epistemológico da Arquivologia. A desclassificação arquivística, tratada como uma reavaliação e reclassificação de documentos, é destacada no contexto de arquivos pessoais, considerados complexos devido à sua subjetividade. A pesquisa explora bases técnico-epistêmicas para essas práticas, enfrentando lacunas teóricas e incentivando uma visão mais plural e dinâmica no campo arquivístico.

As autoras Irany Rodrigues Barbosa e Sandra Maria Campos Alves em sua pesquisa intitulada “**A MEMÓRIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO IFPB E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ARQUIVOLOGIA**”, analisam o papel do GRETEC na gestão documental e sua produção de documentos a partir da contribuição para a preservação da memória da instituição, com foco na primeira década do IFPB (2008-2018). Avaliam ainda, como essa documentação pode ser incorporada aos instrumentos de gestão documental do IFPB.

Renata Lira Furtado; Ana Roberta Pinheiro Moura e Amanda Yvaloo Brasil Feitosa, em seu artigo intitulado “**ARQUIVOLOGIA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO**: uma análise sob os preceitos da Teoria Crítica da Informação e da Competência Crítica em Informação”, investiga a relação entre a Arquivologia e a Competência em Informação, com o objetivo de aprimorar a formação e a atuação dos arquivistas. A pesquisa, desenvolvida pelo GpArqCoInfo, identifica as sinergias entre essas áreas e como elas contribuem para uma gestão documental mais eficiente e eficaz. Os resultados indicam a importância de desenvolver habilidades críticas em informação nos profissionais da área, visando lidar com os desafios da era digital e garantir o acesso à informação de qualidade.

Em “**AS RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ARQUIVOLOGIA**: uma análise da produção científica na BRAPCI”, as autoras Mariana Lousada Pinha e Thales Oliveira do Nascimento em seu texto abordam as relações entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Arquivologia, a partir da produção científica na BRAPCI de 2018 a 2023. A pesquisa identificou que as práticas arquivísticas



possibilitam a proteção de dados pessoais e alinham às exigências legais promovendo a conformidade com a LGPD.

Ao longo dessa edição, acreditamos que os artigos publicados fomentem na comunidade científica inspirações de conhecimentos a partir da *Archeion Online*, com o intuito de gerar novos conhecimentos.

Expressamos com registro de sinceros agradecimentos aos autores por compartilharem suas reflexões e descobertas, aos pareceristas pela qualidade e o rigor científico nas avaliações e a todos os colaboradores, cujo apoio incondicional foi fundamental para os trabalhos editoriais desta revista, dentro do prazo estipulado, sobretudo por contribuir para o sucesso desta edição. A colaboração contínua dos envolvidos tem sido essencial para garantir a qualidade das produções divulgadas, especialmente durante o processo de avaliação.

Assim, enquanto nos despedimos deste ciclo anual, olhamos para o futuro com entusiasmo, energia renovada e novas expectativas para contribuir com a Arquivologia. Desejamos que 2025 venha com desafios instigantes para construirmos novos horizontes.

A todos um excelente final de ano e convidamos a continuarem conosco nessa jornada viajando em conhecimentos que fazem a diferença para a Arquivologia.

Com os melhores votos para 2025,

Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Marcílio Herculano da Costa

Editores



**A BIBLIOTECA E O ARQUIVO NA VIGILÂNCIA DO CONHECIMENTO:** uma análise a partir de Vigiar e Punir de Michel Foucault

**THE LIBRARY AND THE ARCHIVE IN KNOWLEDGE SURVEILLANCE:** an analysis based on Michel Foucault Discipline and Punish

Alairson José da Silva<sup>1</sup>

Ricardo Roberto Andrade<sup>2</sup>

**RESUMO**

O texto explora a interseção entre poder, controle e informação ao analisar a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, destacando a importância da biblioteca e o arquivo na democratização do conhecimento e preservação da memória. Indaga: como se dá a interseção entre estes elementos e como influenciam as estruturas de poder, autonomia intelectual e a resistência presente na sociedade digital? Busca analisar a interação entre bibliotecas, arquivos e o pensamento de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, compreendendo como as dinâmicas de poder, controle, acesso à informação e preservação da memória impactam a sociedade contemporânea. Trata-se de uma investigação qualitativa, de revisão bibliográfica, que se propôs a analisar as relações envolvendo esta tríade. A partir das reflexões estabelecidas, depreende-se que a relação entre Foucault, biblioteca e arquivo revela-se complexa, influenciando a capacidade de resistência, diversidade de perspectivas e busca pela verdade. Na acepção assumida, são reconhecidos como espaços dinâmicos de poder, autonomia intelectual, diversidade e resistência, enfatizando a importância do processo educativo na capacitação individual e na emancipação. Além disso, aborda o contexto das bibliotecas e arquivos digitais, ressaltando sua contribuição para a democratização do conhecimento e para a preservação da privacidade dos usuários. Em síntese, aportamos que a compreensão acerca dos atravessamentos que perpassam esta tríade é essencial para a reflexão sobre temas como poder, controle, acesso à informação e preservação da memória na era digital, enfatizando o papel dinâmico dessas instituições na construção contínua do conhecimento e da identidade coletiva.

**Palavras-chave:** Biblioteca; Arquivo; Foucault; Dinâmicas de poder; Preservação da memória.

**ABSTRACT**

This text explores the intersection of power, control, and information by analyzing Michel Foucault's *Discipline and Punish*, highlighting the role of libraries and archives in democratizing knowledge and preserving memory. It questions: how do these elements intersect, and how do they influence power structures, intellectual autonomy, and resistance within digital society? The study seeks to examine the interaction between libraries, archives, and Foucault's thought in *Discipline and Punish*, understanding how power dynamics, control, information access, and memory preservation impact contemporary society. It employs a qualitative, literature review-based approach to analyze the relationships involving this triad. The reflections indicate that the relationship among Foucault, libraries, and archives is complex,

<sup>1</sup> Bibliotecário | Mestrando em Educação Tecnológica | alairsonsilva@hotmail.com

<sup>2</sup> Arquivista | Mestrando em Educação Tecnológica | ricardor.arquivista@gmail.com



influencing the capacity for resistance, diversity of perspectives, and the pursuit of truth. In this sense, libraries and archives are recognized as dynamic spaces of power, intellectual autonomy, diversity, and resistance, underscoring the importance of educational processes in individual empowerment and emancipation. Additionally, the text addresses the context of digital libraries and archives, emphasizing their role in knowledge democratization and user privacy preservation. In summary, it posits that understanding the intersections within this triad is essential for reflecting on themes such as power, control, information access, and memory preservation in the digital age, highlighting the dynamic role of these institutions in the ongoing construction of knowledge and collective identity.

**Keywords:** Library; Archive; Foucault; Power dynamics; Memory preservation.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, marcada pela abundância de informações e pela influência das tecnologias digitais, a interação entre bibliotecas, arquivos e o pensamento de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* revela-se complexa e interconectada, o que conduz à necessidade de compreender o modo como as dinâmicas de poder, controle, acesso à informação e preservação da memória operam conjuntamente, impactando não apenas a democratização do conhecimento, mas também a construção da narrativa histórica.

Na esteira das complexas interlocuções possíveis, a relação entre poder, controle e informação tem sido um tema de profunda reflexão ao longo da história. O livro *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, de Michel Foucault apresenta a biblioteca como espaço fundamental para a disseminação do conhecimento e o arquivo, enquanto repositório organizado de informações, representando três pilares que convergem e se entrelaçam no contexto de nossa sociedade. Na compreensão de Carvalho, Mascarenhas e Oliveira (2006), a disseminação do conhecimento vai além dos modelos burocráticos, onde a informação é muitas vezes regulamentada por normas impessoais, e sua falha pode resultar em disfunções organizacionais.

Nesta interlocução, a obra de Foucault desafia nossas percepções sobre o poder e a disciplina, enquanto a biblioteca atua como um centro de acesso à informação e ao saber. Paralelamente, o arquivo, ao armazenar e catalogar informações atua na preservação da memória construção de narrativas históricas. Neste trabalho, o foco a ser explorado é a interseção entre essas três dimensões, buscando compreender como o controle, a vigilância, o acesso à informação e a preservação da memória se manifestam em sua complexidade, influenciando o entendimento sobre o poder, o conhecimento e a narrativa histórica.



Em *Vigiar e Punir*, Foucault descreve como a vigilância se torna uma ferramenta central de controle social. Nas bibliotecas e arquivos, a vigilância é implementada através de câmeras de segurança, registros de empréstimos e sistemas de controle de acesso. Essas práticas permitem, para além de uma organização administrativa inicial, monitorar o comportamento dos usuários, garantindo a segurança dos acervos e o cumprimento das regras institucionais. Nesta direção, Foucault apresenta na obra em questão, o modo como as instituições disciplinam os indivíduos para moldar comportamentos desejados. Bibliotecas e arquivos também normatizam o comportamento dos usuários através de regras de silêncio, restrições de acesso a determinados materiais e políticas de uso dos espaços. Essas normas, ao fim e ao cabo, disciplinam os usuários, promovendo um ambiente de ordem e produtividade.

A documentação e o registro são fundamentais para a operação do poder disciplinar. Da mesma forma, bibliotecas e arquivos tem a função de coletar, organizar e preservar informações. Através do controle do acesso e da disseminação do conhecimento, estes espaços institucionais exercem poder sobre a informação, influenciando o que é acessível, assim como quem tem acesso a ela. Em *vigiar e punir*, Foucault enfatiza a relação intrínseca entre poder e conhecimento, o que nos permite compreender que bibliotecas e arquivos atuam como depositários e disseminadores de conhecimento; espaços onde o poder é exercido por meio do controle da informação.

Deste modo, quem controla a informação disponível e como ela é acessada exerce uma forma de poder sobre a sociedade, impactando o discurso e conseqüentemente influenciando a formação do conhecimento. Mas como esta influência é exercida e quais impactos? Para investigarmos este questionamento, lançamos a questão norteadora deste estudo: como se dá a interseção entre bibliotecas, arquivos e o pensamento de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* e como influenciam as estruturas de poder, autonomia intelectual e a resistência presente na sociedade digital?

Na tentativa de encontrar resposta à complexidade presente neste questionamento, este estudo tem como objetivo analisar a interação entre bibliotecas, arquivos e o pensamento de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, buscando compreender como as dinâmicas de poder, controle, acesso à informação e preservação da memória moldam a sociedade contemporânea em suas articulações com a sociedade digital. Além disso, investiga as estratégias de vigilância e controle nas instituições de conhecimento,



examinando o papel das bibliotecas no acesso ao conhecimento e na promoção da diversidade intelectual e liberdade. Explora-se também o conceito de arquivo como repositório de informações, avaliando sua contribuição como fonte de preservação da memória e o impacto das tecnologias digitais. Diante disso, cabe refletir sobre como a interseção entre bibliotecas, arquivos e o pensamento foucaultiano influencia a capacidade da sociedade de resistir à manipulação, na direção da promoção da diversidade de perspectivas e busca das verdades por meio do acesso à informação.

### 1.1 Michel Foucault e a Obra *Vigiar e Punir*

Considerado um dos filósofos mais influentes e controversos do século XX, Foucault destacou-se por sua postura crítica e autocrítica em relação às suas próprias ideias. Oriundo de uma família tradicional de médicos, rompeu com as expectativas familiares ao optar por estudar história, filosofia e psicologia. Partindo deste arcabouço conceitual, este artigo examina a concepção de poder segundo Paul-Michel Foucault, filósofo francês nascido em Poitiers, em 15 de outubro de 1926, e falecido em 26 de junho de 1984, aos 57 anos, vítima de problemas neurológicos agravados por HIV/AIDS.

Foucault foi orientado por Jean Hyppolite, em sua tese dedicada ao estudo da obra de Hegel. Suas crises pessoais, incluindo tentativas de suicídio, aproximaram-no das áreas de psicologia e psiquiatria, onde desenvolveu reflexões essenciais para seu pensamento. Seus estudos centram-se no biopoder e na sociedade disciplinar, explorando essas questões a partir de três abordagens interligadas: discurso, poder e subjetivação. Embora reconhecesse a possibilidade de resistência aos padrões estabelecidos, Foucault argumentava que as relações de poder são intrínsecas à organização social.

Entre suas contribuições mais notáveis está a obra *Vigiar e Punir* (1975), na qual analisa a transformação das práticas punitivas ao longo da história. Nesta obra, Foucault revela a transição das formas violentas e públicas de punição, como os suplícios, para métodos mais sutis e invisíveis de controle social, como a prisão. Ele distingue dois tipos de poder: o poder soberano, caracterizado pela violência explícita e punitiva, e o poder disciplinar, que emerge no final do século XVIII e se sustenta por meio da vigilância contínua e discreta, com o objetivo de moldar o comportamento dos indivíduos.



Um conceito central em *Vigiar e Punir* é o panóptico, um modelo de prisão idealizado por Jeremy Bentham. Nesse sistema, os prisioneiros estão sob constante vigilância, sem saberem quando ou como estão sendo observados. Para Foucault, essa estrutura simboliza o funcionamento do poder disciplinar moderno, que permeia todas as esferas da vida, criando uma sociedade em que a vigilância é constante, ainda que invisível.

Assim, segundo Foucault, a punição evoluiu de práticas que infligiam dor física para formas mais sutis de controle social, como o confinamento e a reeducação. A prisão surge como o principal instrumento desse poder disciplinar, representando a transição do castigo corporal para o controle comportamental. Nesta obra, Foucault expõe como a sociedade moderna é organizada por mecanismos invisíveis de vigilância e disciplina, moldando tanto o comportamento individual quanto a ordem social de forma ampla.

A filosofia de Foucault pode ser caracterizada por três fases: arqueológica, genealógica e ética. A fase arqueológica do saber inaugura sua ruptura com a tradição filosófica, marcada pela dualidade entre linguagem e discurso. Nesta fase, Foucault explora como o saber, representado pelas ciências do homem, e o poder, expressado através das relações históricas, interagem para moldar as estruturas de conhecimento. A fase genealógica, iniciada com *Vigiar e Punir*, analisa o poder em suas múltiplas formas, incluindo o biopoder e as relações disciplinares. Por fim, a fase ética, presente em seus últimos trabalhos, foca na constituição da subjetividade e no papel do indivíduo na construção de sua própria ética.

## 2 MICHEL FOUCAULT, BIBLIOTECA E ARQUIVO

Embora arquivos e bibliotecas compartilhem o objetivo comum de armazenar documentos, suas metas se diferem em função dos tipos específicos de documentos que cada instituição aborda. Podemos, portanto, definir distintivamente as características de cada um. De acordo com a Lei 8.159/1991, os arquivos podem ser definidos como:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).



Araújo (2004) destaca a importância das bibliotecas na preservação dos registros do passado, sublinhando seu papel tanto na trajetória temporal quanto cultural da humanidade. Ele ressalta que a função primordial das bibliotecas deve ser a de um centro informacional, não apenas facilitando o acesso, mas também sendo um gerador de cultura e conhecimento. Essa visão alinha-se com a perspectiva de *Schellenberg* (1959), o arquivista norte-americano, que, ao definir os campos de atuação das bibliotecas e dos arquivos, estabeleceu um paralelo entre esses distintos órgãos de documentação. Analisando as características dessas instituições, destacamos cada uma no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Distinção entre Arquivos e Bibliotecas**

Biblioteca	Arquivo
<b>Gênero de documentos</b>	
Documentos impressos	Documentos textuais
Audiovisual	Audiovisual
Cartográfico	
<b>Origem</b>	
Os documentos são produzidos e conservados com objetivos culturais	Os documentos são produzidos e conservados com objetivos funcionais
<b>Aquisição ou custódia</b>	
São colecionados de fontes diversas, compra ou doação	Não são de coleção, atividades públicas ou privadas
Existente vários exemplares	Documentos produzidos em um único exemplar, limitados a número de cópias
O valor de um conjunto documental não está atrelado às inter-relações entre seus documentos.	Existe uma relação intrínseca de significado entre os documentos

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Schellenberg (1959).

Conforme destacado no quadro anterior, apesar das peculiaridades que as distinguem, ambos convergem para a compreensão da grande importância dessas instituições na preservação, acesso e geração de conhecimento, destacando a relevância do papel desempenhado por bibliotecas e arquivos na sociedade.

Sendo assim, arquivos e bibliotecas, frequentemente percebidos como meros repositórios imparciais de informações, podem na verdade, exercer uma função significativa na moldagem de narrativas históricas e culturais. A escolha e organização de



materiais, as técnicas de catalogação e as abordagens de preservação podem ser reconhecidas como reflexos e reforços das estruturas de poder e ideologias vigentes.

Como exemplo desta premissa, as decisões sobre quais livros são selecionados para armazenamento e como são categorizados podem influenciar profundamente o modo como o conhecimento é percebido e acessado. Esse aspecto é essencial para compreender o papel das bibliotecas não só como facilitadoras do acesso ao conhecimento, mas também como formadoras de narrativas específicas, exercendo assim um tipo de controle sobre a disseminação do saber.

De forma semelhante, os arquivos são responsáveis pela preservação das fontes primárias da história, não sendo, ao menos por princípio, coletores passivos de documentos e registros. O processo de organização, seleção, avaliação, conservação, e disponibilização dos documentos refletem decisões que podem estar alinhadas a perspectivas e interesses específicos. Dessa maneira, tanto bibliotecas quanto arquivos não são meros guardiões da história, mas também participantes ativos na forma como compreendemos o passado e o presente.

A interseção entre os conceitos explorados por Foucault, a importância da biblioteca como agente de democratização do conhecimento e o possível papel do arquivo na preservação das fontes primárias da história possibilita uma análise aprofundada das dinâmicas contemporâneas na era da informação e do conhecimento. Conforme *Le Goff* (1996), a memória, enquanto propriedade de conservar determinadas informações, conduz-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, por meio das quais o ser humano pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Foucault (1999) argumenta que a evolução do sistema de punição ao longo do tempo reflete uma mudança de práticas corporais brutais para um método mais sutil de vigilância e controle. A disciplina, para ele, transcende a repressão, sendo composta por mecanismos de controle constantes e insidiosos. Isso suscita indagações fundamentais sobre como o poder é exercido sobre os indivíduos e como a sociedade busca manter a ordem e a obediência.

A biblioteca, frequentemente vista como uma representante do acesso à informação e ao conhecimento, pode ser entendida ainda como um espaço que contribui para a democratização do saber, permitindo às pessoas buscarem informações, ampliar



horizontes e exercer sua autonomia intelectual. Contudo, essa autonomia não está isenta de controles, uma vez que as bibliotecas estabelecem regras, políticas e até mesmo formas sutis de controle, como a catalogação, para orientar o acesso aos recursos, impactando, mesmo que implicitamente, o comportamento dos frequentadores.

De acordo com *Deleuze* (1990), no passado vivíamos em uma sociedade disciplinar, onde instituições como escolas, prisões e fábricas exerciam controle rígido por meio de regras e hierarquias claras. Atualmente, na sociedade de controle, caracterizada pela difusão do controle em todos os aspectos da vida, as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel significativo. Nesse contexto, Araújo e Dias (2005) analisam a sociedade atual como caracterizada pela abundância de informações organizadas, destacando a importância do controle na forma como as informações são geridas.

Deste modo, relação entre vigilância, poder, controle, acesso à informação e preservação da memória, como discutido por Foucault, juntamente com o papel da biblioteca e do arquivo, instiga a reflexão sobre as implicações dessas dinâmicas na era da informação e do conhecimento. Torna-se imperativo, portanto, questionar e desafiar as relações entre vigilância, poder, democratização do acesso à informação e construção da narrativa histórica, reconhecendo como as instituições influenciam a compreensão do mundo, a capacidade de questionar estruturas de poder estabelecidas e a interpretação das narrativas históricas. Essa análise crítica se torna essencial para uma participação consciente e ativa na sociedade contemporânea.

### 3 BIBLIOTECA, ARQUIVO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Foucault (1999) desenvolve a argumentação de que o poder não se limita a uma estrutura vertical imposta de cima para baixo. De maneira mais sutil e abrangente, permeia diversas formas na sociedade e dentro desse contexto, a biblioteca e o arquivo emergem como espaços nos quais essas dinâmicas de poder se manifestam de maneira multifacetada, contribuindo para a construção da narrativa histórica que impacta nossa compreensão do passado e do presente.

Na linha deste pensamento, há que se reconhecer que nas bibliotecas, os leitores podem e devem assumir papéis ativos na busca pelo conhecimento, tornando-se agentes



capazes de fazer escolhas significativas. Ao selecionar os livros a serem lidos, explorar uma variedade de tópicos e examinar diversas perspectivas, os indivíduos vão gradativamente moldando sua própria compreensão sobre o mundo., a biblioteca, nesta acepção, se configura como um espaço que fomenta a autonomia intelectual e a liberdade de pensamento. Entretanto, esta ação não pode ser reconhecida destituída da ingerência de poder existente na esfera dos mecanismos socioculturais e políticos presentes na sociedade.

Ao mesmo tempo, o arquivo, ao preservar documentos e registros, oferece um acervo essencial para a construção e manutenção da narrativa histórica, funcionando como um ponto de referência para compreender a trajetória que nos trouxe ao presente, a qual de igual maneira não poderá ser compreendida descolada da realidade social que a circunda.

Além disso, tanto bibliotecas quanto arquivos podem desempenhar um papel essencial na promoção da diversidade intelectual e emancipação dos indivíduos. Ao disponibilizarem uma ampla gama de materiais que representam diferentes culturas, pontos de vista e ideologias, essas instituições podem ser reconhecidas como ferramentas poderosas para desafiar o poder estabelecido e o pensamento homogêneo. Os leitores e pesquisadores, ao serem expostos às ideias que contradizem as normas sociais ou dominantes, têm a oportunidade de desenvolver perspectivas críticas, contribuindo para uma forma de debate que conduza à transformação social.

Adicionalmente, as bibliotecas e arquivos, ao oferecerem uma plataforma para a diversidade intelectual, se transformam em espaços propícios para a expansão da compreensão cultural. Essas instituições não apenas preservam o conhecimento, mas também atuam como guardiãs da pluralidade de vozes e narrativas que compõem a riqueza da experiência humana.

Na busca por conhecimento em bibliotecas, os leitores são desafiados a explorar horizontes além de suas próprias perspectivas, incentivando um entendimento mais profundo da complexidade do mundo. Ao mesmo tempo, o arquivo, ao conservar e disponibilizar registros históricos, torna-se um repositório essencial para a compreensão de eventos passados, permitindo que as gerações presentes e futuras se conectem com suas origens e aprendam com as lições do passado.



A promoção da diversidade de ideias pode não apenas enriquecer o intelecto individual, mas também contribuir significativamente para uma evolução social. Bibliotecas e arquivos, ao questionarem as normas e oferecerem acesso a perspectivas alternativas, podem contribuir para a formação de uma sociedade questionadora e conseqüentemente mais informada, reflexiva e capaz de repensar suas estruturas sociais. E que, neste bojo, as bibliotecas e arquivos possam efetivamente serem reconhecidas não apenas como depósitos estáticos de informações, mas como espaços dinâmicos onde o poder, a autonomia intelectual e a diversidade convergem, desencadeando um impacto significativo na forma como compreendemos o mundo e nos relacionamos com os outros seres humanos e com a sociedade, num arcabouço que as permitam desempenhar papel vital na construção e reconstrução contínua do conhecimento e da identidade coletiva.

## 5 EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO

A educação e a alfabetização promovidas pelas bibliotecas, potencialmente podem atuar como ferramentas essenciais para a formação dos indivíduos. Parafraseando Freire (1970), a educação pode ser vista como um meio essencial para a conscientização e emancipação das pessoas, enfatizando a importância de uma abordagem educacional que não apenas transmita conhecimento, mas também incentive ativamente a reflexão crítica sobre as estruturas sociais e a realidade vivida.

O desenvolvimento das habilidades de leitura crítica e pesquisa estimulam o questionamento sobre as narrativas dominantes, promovendo um exercício de autonomia e fortalecendo atitudes de resistência à manipulação e à desinformação. Simultaneamente, o arquivo, ao preservar documentos e registros autênticos, contribui para o acesso e uma compreensão precisa e informada do passado, servindo como base para o desenvolvimento do conhecimento histórico.

A preservação<sup>3</sup> de documentos no arquivo permite que as gerações atuais e futuras acessem fontes autênticas, fundamentais para a construção de uma narrativa histórica robusta. Essa preservação não apenas fornece uma janela para o passado, mas também protege a integridade das informações, evitando distorções e revisões indevidas.

---

<sup>3</sup> De acordo com o dicionário de terminologia arquivística, a preservação pode ser entendida como: “a prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (2005, p.135)”.



Assim, a combinação da educação proporcionada pelas bibliotecas e a preservação de arquivos cria um alicerce sólido para o desenvolvimento intelectual e o entendimento crítico da sociedade.

Além disso, o arquivo desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e na garantia da prestação de contas. Ao armazenar documentos oficiais, contratos e registros públicos, ele se torna uma fonte confiável para verificar informações e monitorar as ações das instituições. Isso é crucial para uma sociedade democrática, onde a participação informada dos cidadãos é essencial para o funcionamento saudável das instituições.

A interconexão entre a educação proporcionada pelas bibliotecas e a preservação de arquivos cria um ciclo virtuoso. A educação prepara os indivíduos para analisar criticamente as informações disponíveis, enquanto os arquivos e as bibliotecas garantem a autenticidade e a disponibilidade contínua dessas informações ao longo do tempo. Essa simbiose contribui para a construção de uma sociedade mais resiliente, capaz de aprender com o passado e enfrentar os desafios do presente.

Contudo, investir na educação, alfabetização e preservação de arquivos não representa apenas um ato de salvaguarda do conhecimento, mas também um investimento na construção de uma sociedade emancipada e autônoma.

## 6 BIBLIOTECAS E ARQUIVOS DIGITAIS

No contexto digital contemporâneo, as bibliotecas digitais e os arquivos desempenham um papel central na disseminação do conhecimento, impulsionado pelo avanço da digitalização de documentos. Essas plataformas representam um farol de acesso gratuito a recursos educacionais e culturais, constituindo-se como agentes essenciais na promoção da igualdade de oportunidades para o aprendizado. Ao oferecerem uma vasta gama de materiais online, as bibliotecas e os arquivos digitais podem contribuir significativamente para a quebra de barreiras geográficas e socioeconômicas, promovendo uma forma de conhecimento mais democrático e horizontalizado, ao alcance de todos, independentemente de sua localização ou condição financeira.



Além da acessibilidade, é notável que muitas dessas plataformas digitais, ao contrário de diversas empresas de tecnologia, adotam práticas que respeitam a privacidade dos usuários. Em contraposição à coleta indiscriminada de dados para fins comerciais, as bibliotecas digitais e arquivos operam em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que prima pela confidencialidade e a segurança das informações dos usuários. Esse comprometimento com a privacidade consolida esses espaços como refúgios seguros para a busca de informações, preservando a integridade pessoal e incentivando uma exploração intelectual livre de preocupações relacionadas à exposição indevida.

Ao adentrarmos o campo da teoria, a relação entre Michel Foucault, biblioteca e arquivo emerge como um terreno complexo, porém crucial para a compreensão de temas como poder, controle, acesso à informação, construção do conhecimento e preservação da memória. Nesta direção, tanto a biblioteca quanto o arquivo se entrelaçam como peças-chave na formação da narrativa histórica e na promoção da diversidade intelectual.

Esses ambientes digitais não são apenas repositórios neutros de informações, mas podem representar espaços emancipatórios dinâmicos e de resistência, capazes de promover a liberdade intelectual. Desafiam, desta maneira, o status quo, estimulando o pensamento autônomo, ao tempo em que se configuram como guardiões digitais da memória coletiva, preservando e tornando acessíveis as diversas vozes que contribuem para a riqueza do conhecimento humano. Uma melhor compreensão sobre a relação entre a memória individual e a memória coletiva pode ser percebida em *Halbwachs* (1990, p. 53-54), que afirma:

*[...] a memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.*

*Halbwachs* argumenta que a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas é distinta delas, sendo moldada por leis sociais e culturais. Ao serem integradas na memória coletiva, as lembranças individuais mudam de significado e se adaptam às narrativas do grupo. A memória coletiva é dinâmica e fundamental para a formação da identidade coletiva, a coesão social e a preservação das tradições culturais.



## 7 CONCLUSÃO

O presente artigo explorou a interlocução entre poder, controle, informação e preservação da memória, destacando as contribuições significativas das bibliotecas, arquivos e o pensamento de Michel Foucault. Pelos aportes teóricos elucidados, ~~que~~ pudemos depreender, que essas instituições, longe de serem simples depósitos estáticos de informações, emergem como agentes dinâmicos na construção e reconstrução contínua do conhecimento e da identidade coletiva.

A análise das dinâmicas contemporâneas, influenciadas pelas tecnologias digitais revela que as bibliotecas e os arquivos podem desempenhar um papel central na democratização do conhecimento. Além de quebrarem barreiras geográficas e socioeconômicas, respeitam a privacidade dos usuários, estabelecendo-se como refúgios seguros para a busca do conhecimento. Embora bibliotecas e arquivos ainda desempenhem papéis importantes na promoção da educação, alfabetização e preservação da memória, sua centralidade no mundo contemporâneo tem sido reavaliada devido ao crescente papel da internet como principal fonte de informação. Nos tempos atuais, a internet tornou-se a ferramenta mais amplamente consultada pela sociedade, enquanto as bibliotecas e arquivos, inclusive em suas versões digitais, passaram a ocupar posição complementar no acesso à informação. Não obstante esta constatação, estas instituições continuam a desempenhar funções essenciais, especialmente na preservação da autenticidade dos registros e na promoção da diversidade intelectual, embora sua relevância seja vista hoje como parte de um ecossistema informacional mais amplo, coexistindo com outras plataformas digitais.

Pelo exposto, a relação entre educação, alfabetização e preservação de arquivos mostra-se fundamental na construção de uma sociedade informada e resistente à manipulação e desinformação. O ciclo virtuoso entre a capacidade crítica desenvolvida pela educação e a autenticidade garantida pelos arquivos tem o potencial de criar alicerces sólidos para o desenvolvimento intelectual e o entendimento crítico da sociedade, fomentando atitudes autônomicas e legítimas. Articulada com o pensamento de Foucault, o qual, ao explorar as dinâmicas de poder e controle, desafia nossas percepções sobre disciplina e vigilância.



Institucionalmente, a biblioteca como espaço de acesso ao conhecimento e o arquivo, como guardião da memória, amplificam essas reflexões, destacando o papel ativo dessas instituições na formação de narrativas históricas e na promoção da diversidade intelectual. Deste modo, as bibliotecas, ao fomentarem a autonomia intelectual, e os arquivos, ao preservarem a autenticidade da informação, emergem como pilares cruciais na resistência a estruturas de poder estabelecidas, estimulando um quadro emancipatório.

A interconexão entre bibliotecas, arquivos e o pensamento foucaultiano nos convida a questionar as relações entre vigilância, poder, democratização do acesso à informação e a construção da narrativa histórica. Essa análise crítica é fundamental para uma participação ativa na sociedade contemporânea e destaca o papel essencial dessas instituições na promoção da liberdade intelectual, diversidade e resistência diante das transformações informacionais, contribuindo não só para o presente, mas também para o futuro da sociedade.

Ao considerarmos o panorama de uma sociedade em constante evolução, precisamos estar atentos às novas dimensões que envolvem o acesso à informação, a preservação da memória e às dinâmicas do poder. As tecnologias emergentes, apresentam desafios e oportunidades singulares para bibliotecas, para os arquivos e para a compreensão das relações de poder existentes na contemporaneidade. A crescente digitalização dos documentos e a ascensão das redes sociais ampliam ainda mais o alcance das instituições de informação. Paradoxalmente traz consigo questões cruciais sobre a autenticidade da informação, o controle de algorítmico e a manipulação de narrativas, o que representa grandes desafios para a manutenção da integridade, confiabilidade e responsabilidade de bibliotecas e arquivos.

A sociedade, agora mais do que nunca, necessita de espaços que promovam não apenas a quantidade, mas a qualidade da informação. As bibliotecas e arquivos devem adaptar-se de maneira ágil e inovadora, explorando novas formas de lidar com a vastidão de dados disponíveis, e ao mesmo tempo, preservar a essência de sua missão como guardiões do conhecimento, promotores da diversidade intelectual e defensores da liberdade de pensamento.

A reflexão sobre as implicações éticas presentes nas tecnologias de informação, a proteção da privacidade e a garantia da acessibilidade universal, tornam-se aspectos



fundamentais nesse contexto. Manter o equilíbrio entre a inovação tecnológica e a preservação dos valores que as bibliotecas e arquivos representam é uma jornada desafiadora, mas essencial para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade.

Contudo, bibliotecas, arquivos e o pensamento foucaultiano continuam a ser um rico e dinâmico campo de exploração, desde que dispostos a adaptarem-se aos desafios e oportunidades do mundo digital. Nesta direção, a capacidade de resistir a estruturas de poder, promover a diversidade de ideias e preservar a autenticidade da informação pode vir a ser um legado valioso nessas instituições. Para tanto, a sociedade deve estar preparada para abraçar as mudanças, fortalecendo o papel essencial de bibliotecas e arquivos na construção do conhecimento, na preservação da memória e na promoção de uma sociedade não apenas informada e livre, mas sempre provisória, como um vir a ser.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André de. “Claustrum sine armário sicu i castrum sine armentario”: as bibliotecas beneditinas na idade média. **Análise & síntese**, Ano 3, nº 6, p. 135-151, 2004.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga., DIAS, Guilherme Atayde. A atuação profissional do bibliotecário no contexto da sociedade de informação: os novos espaços de informação. *In*: OLIVEIRA, Marlene, coordenador. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte., Editora UFMG, 2005. p.111-122.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, n. 6, p. 455, 9 de jan. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em 08 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República; 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em: Acesso em 08 jan. 2024.

CARVALHO, Antonio Ramalho de Souza; MASCARENHAS, Carlos Cezar de; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira. Ferramentas de disseminação do conhecimento em uma instituição de C,T&I de Defesa Nacional. **Revista de Gestão da**



**Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.77-92, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4301/S1807-17752006000200001>. Acesso em: 07 nov. 2023.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. **L'Autre Journal**. Paris, p. 1-4. maio 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1996.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Manual de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.



## A QUESTÃO PRAGMÁTICA NA VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS

### THE PRAGMATIC QUESTION IN THE DISCURSIVE VALIDATION OF INFORMATION IN ARCHIVED DOCUMENTS

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima<sup>1</sup>  
Ana Gabriela Clipes Ferreira<sup>2</sup>  
Nelson Alfredo Salomão Neto<sup>3</sup>  
Felipe Teixeira Lourenço<sup>4</sup>

#### RESUMO

Neste artigo discute-se a questão pragmática na Validação discursiva da Informação em documentos de arquivo. A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas. O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos. Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados. Faz-se então a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas dentro da sua guinada linguística. O entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade do mundo da vida. Finalmente, apresenta-se as consequências da abordagem pragmática na validação da informação em documentos. A relação positiva entre informação e documento pode ser compreendida como uma solução pragmática construída discursivamente.

**Palavras-chave:** documentos arquivísticos; pragmática da informação; agir comunicativo.

#### ABSTRACT

In this article, the pragmatic issue in the discursive validation of information in archival documents is discussed. Discursive validation is grounded in Habermas's theory of discourse. Discourse is a special mode of communicative action, that is, interaction mediated by language. It presupposes that subjects can reach an understanding about something in the world, both in theoretical and practical terms. In this case, there is a co-originaryity between subjectivation and intersubjectivation. Discourse is a process of building understanding through argumentation. It is important to emphasize that agreements must be capable of universalization. The foundations of Habermas's pragmatic turn within his linguistic turn are then introduced. The understanding and

<sup>1</sup> Professor | Pós-doutorado | clovismlima@gmail.com

<sup>2</sup> Bibliotecária | Doutora em Educação em Ciências | anaclipes@ufrgs.br

<sup>3</sup> Arquivista | Doutorando em Ciência da Informação | nelsonhist@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Arquivista | Doutorando em Ciência da Informação | felipe.garrido@cefet-rj.br



agreements constructed must not only be achieved intersubjectively but also correspond to the reality of the lifeworld. Finally, the consequences of the pragmatic approach to information validation in documents are presented. The positive relationship between information and documents can be understood as a pragmatic solution constructed discursively.

**Keywords:** archival documents; information pragmatics; communicative action.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo discute-se a questão pragmática na Validação Discursiva da Informação em documentos de arquivo. A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas. O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos.

Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados.

Faz-se a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas dentro da sua guinada linguística. O entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade do mundo da vida.

Finalmente, apresenta-se as consequências da abordagem pragmática na validação da informação em documentos. A relação positiva entre informação e documento pode ser compreendida como uma solução pragmática construída discursivamente.

## 2 VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO

Para Habermas (2004) a informação é constituída em dois pontos de difícil sutura que atuam com a função integradora da linguagem: entre a representação e a abdução linguística e entre os usos sistêmico-administrativos e os usos comunicacionais da linguagem (González de Gómez, 2007).

O primeiro conceito de informação resgatado por Habermas (2004) consiste no momento da relação do homem com o mundo. Informações “[...] constituem-se nos



processos de objetivação, em contextos de ação, ancorados no tempo e no espaço, e oferecem garantias performáticas à práxis, na lida com objetos” (González de Gómez, 2009, p. 185).

Assim, é criada pelas informações uma zona de negociação entre os mundos da vida e o mundo. Todavia, a comunicação intersubjetiva possui dependência do que o mundo decide comunicar, sobre a existência dos objetos a que remetem às informações ou acerca dos estados de coisas no mundo descritos “em proposições assertóricas” (González de Gómez, 2009).

Habermas (1991) chama de comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade (Habermas, 1991 *apud* Lima; Lima; Moreira, 2019).

As interações sociais mediadas pelo uso linguístico, orientadas para a comunicação, são constitutivas das formas de vida socioculturais. Esta espécie de socialização comunicativa, através da qual os sujeitos se individualizam ao mesmo tempo, funda uma profunda susceptibilidade, pois a identidade dos indivíduos socializados só se pode desenvolver por via da sua integração em dependências sociais cada vez mais abrangentes. A pessoa só consegue constituir um centro de vida interior, e só percebe a sua identidade, na medida em que se expõe simultaneamente a relações interpessoais construídas pela comunicação e em que se deixe envolver numa rede cada vez mais densa e subtil de vulnerabilidades recíprocas e de necessidades explícitas de proteção (Habermas, 1991, p. 215).

O agir comunicativo possui um conceito que presume a linguagem como médium de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, ao se referirem a um mundo, manifestam de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas (Habermas, 2012, p. 191). É o “telos do entendimento”, isto é “[...] o conceito do acordo obtido discursivamente que se mede pelo reconhecimento intersubjetivo, ou seja, pela dupla negativa de pretensões de validade criticáveis” (Habermas, 2003, p. 211).

A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas (2003). O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos. Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e a intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da



argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados. A validação pode ser feita como discurso.

Uma pretensão de validade pode ser manifestada por um falante diante de pelo menos um ouvinte. Uma pretensão de validade é equivalente à afirmação de que as condições de validade de uma exteriorização tenham sido cumpridas. Apesar de o falante manifestar uma pretensão de validade implícita ou explicitamente, o ouvinte tem a única opção de aceitá-la, rejeitá-la ou adiá-la temporariamente (Habermas, 2012).

A disposição de exposição à crítica, participando de argumentações por parte das pessoas que se portam racionalmente corresponde a capacidade de fundamentação de externalização racionais (Habermas, 2012).

A "força do melhor argumento" decide o resultado de um discurso, não apenas os constrangimentos lógico ou empírico. Assim, Habermas (2010) designa esta força por motivação racional (Habermas, 2010).

A pretensão de validade implicitamente contida em afirmações levadas a cabo de forma ingênua é explicitamente articulada nas constatações metalinguísticas, sendo, em seguida, ou confirmada ou negada (Habermas, 2010b, p. 184). A ideia da verdade apenas pode ser desenvolvida com referência à revalidação discursiva de pretensões de validade (Habermas, 2010b, p. 189). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados (Habermas, 2010b, p. 190).

Como "pretensões de validade", as ofertas enunciativas do falante são colocadas em jogo numa relação intersubjetiva e estão sempre sujeitas à aceitação ou rejeição do ouvinte. Sua validade depende assim das garantias, ou das boas razões que o falante pode oferecer para sustentar suas afirmações. Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de verdade objetiva), "[...] dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica" (González de Gómez, 2007).

A comunicação com vistas ao entendimento mútuo, com natureza de caráter discursivo, pode ser diferenciada segundo os níveis do agir e do discurso. As pretensões de verdade são ingenuamente levantadas no agir comunicativo e auto evidentes no contexto de um mundo da vida comum. Então, as pretensões de verdade se tornam objeto de uma controvérsia com base em argumentos. "Os envolvidos passam (mesmo que de modo rudimentar) do agir comunicativo para outra forma de comunicação, a saber, para uma práxis argumentativa em que eles desejam se convencer mutuamente, mas também



aprender uns dos outros” (Habermas, 2004, p. 92). “Sob os pressupostos comunicativos modificados de tal discurso racional, as opiniões, que até então pertenciam ao pano de fundo não problemático do mundo da vida, são examinadas quanto à sua validade” (Habermas, 2004, p. 92).

Habermas (2004) fala de pretensões ou demandas de validade, não fala de verdade. Como “pretensões à validade”, as ofertas enunciativas do falante podem estar em risco numa relação intersubjetiva, estando sempre sujeitas à aceitação ou rejeição por parte do ouvinte. A validade depende assim das garantias ou das boas razões que o falante poderá oferecer com o objetivo de sustentar suas afirmações. “Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de verdade objetiva), dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica” (González de Gómez, 2007, p. 4).

O conceito discursivo de verdade deve, de um lado, levar em conta o fato de que a verdade de um enunciado – dada à impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas – não pode ser medida por “evidências peremptórias”, mas apenas por razões justificadoras, se bem que jamais definitivamente obrigatórias; por outro lado, a idealização de determinadas propriedades formais e processuais da práxis argumentativa deve pôr em relevo um procedimento que, mediante uma consideração sensata de todas as vozes, temas e contribuições relevantes, faça justiça à transcendência da verdade em relação a seu contexto, tal como é reivindicada pelo falante para seu enunciado (Habermas *apud* Gonçalves; Lima, 2014).

As pretensões de validade são suscetíveis de serem resgatadas cognitivamente. Diferenciam-se em dois aspectos: (a) reivindica-se verdade para enunciados sobre coisas e eventos no mundo objetivo, e (b) correção para enunciados sobre expectativas normativas e relações interpessoais, que, à mesma altura, por assim dizer, pertencem a um mundo social acessível apenas numa atitude performativa (Habermas, 2004). “A ideia de verdade no sentido de uma pretensão de validade ideal resulta das idealizações inerentes à identidade coletiva” (Habermas, 2012, p. 131).

Um argumento contém razões que se ligam sistematicamente à pretensão de validade de uma exteriorização problemática. A força de um argumento é medida pela percepção das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade. Diante disso, é possível também julgar a racionalidade de um sujeito capaz de falar e agir segundo sua



maneira de comportar em cada caso enquanto participante da argumentação (Habermas, 2012, p. 48).

### 3 A GUINADA PRAGMÁTICA DE HABERMAS

Faz-se agora uma breve introdução das bases da guinada pragmática de Habermas (2004) dentro da sua guinada linguística. Nesse aspecto, é necessário que o entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade.

A virada linguística (*linguistic turn*) é a superação de uma metodologia introspectiva ou especulativa típica da filosofia moderna. Esse método é centrado na problemática da consciência, pela análise proposicional. O primeiro passo da virada linguística é priorizar a lógica das proposições numa rigorosa análise sintático-semântica e acreditando ser esse um passo prévio indispensável a qualquer estudo filosófico. Já a virada pragmática ocorre posteriormente no interior da virada linguística e se dá em função de um esgotamento da mera análise proposicional da linguagem (Habermas, 1990).

A relevante conquista da virada pragmática, ocorrida no seio da filosofia da linguagem, está na importância atribuída à práxis comunicativa e não somente à representação da realidade, levando-se em conta o caráter “intersubjetivo da linguagem (as interações comunicativas, os usos que se fazem dos sinais linguísticos, em suma, o seu caráter pragmático)” (Habermas, 1990, p. 77-82).

Habermas (2004) ora considera a informação como:

[...] parte dos processos de objetivação, ora como lastro de representações semânticas em formas não comunicativas de uso da linguagem: em situações monológicas, onde não se priorizam as metas ilocucionárias de entendimento mútuo ou em situações de comunicação estratégica – onde se violam ou se desativam as condições de compartilhamento e as garantias de validação dos enunciados (González de Gómez, 2006, p. 60).

A premissa de Habermas (2004) sobre a virada pragmática ocorre a partir do debate que estabelece com Richard Rorty (2006) desde a década de 1980, com especial destaque em “Verdade e Justificação” (Habermas, 2004, p. 227). Como ponto fundamental de sua análise, avalia o abandono da metafísica em Rorty (2006) e aprofunda o seu trilhar



rumo a uma abordagem pragmática de verdade, relacionada à justificação e à aceitabilidade racional. Desse modo, o conceito de Justificação desponta com especial destaque, uma vez que Rorty (2006), segundo Habermas (2004), associa a verdade à capacidade de fornecer argumentos e justificar crenças, imputando um caráter comunicacional à ideia de verdade, no lugar de uma ideia de verdade absoluta e inequívoca.

Nesse mundo cujas as ordens discursivas possuem validades relacionais e comunicacionais, as práticas são, em último grau, àquilo que confere coerência e legitimidade à verdade. Entende-se, deste modo, que Rorty (2006) abandona a intuição realista na construção de uma filosofia que ligue as lógicas de verdade e justificação, na prática, o abandono de que há uma linha teleológica infalível entre a realidade objetiva e a compreensão de verdade. Ou seja, a verdade é, na visão neopragmática rortyana, um terreno de disputas.

Isso parece presente na virada linguística. A proposta de Rorty (2006) vai, em alguma medida, buscar completá-la por meio de uma crítica acentuada à filosofia da consciência e dos sujeitos. A teoria clássica do conhecimento privilegia a compreensão de que o sujeito cognoscente pode acessar diretamente uma esfera de “vivências imediatas e absolutamente certas”.

O argumento de Rorty (2006) indica, para Habermas (2004), que não podemos escapar da linguagem do conhecimento. Não existem experiências não interpretadas, acessíveis apenas de forma privada, que evitem a apreciação ou correção pública. Assim, destaca que a compreensão do conhecimento vai além da simples representação de objetos. Para conhecer estados de coisas expressos em proposições, não é suficiente ter um modelo de objetos, e do mesmo modo a verdade não pode ser assegurada apenas pela origem das representações. É necessário justificá-la por meio de razões e está intrinsecamente ligada à criticabilidade dos enunciados.

Habermas (2004) afirma que, de acordo com a filosofia da consciência, é possível alcançar a objetividade quando o sujeito representa corretamente seu objeto, controlando a subjetividade através da referência ao mundo objetivo. Na concepção linguística, a subjetividade das opiniões é controlada pelo acordo público na comunidade de comunicação, substituindo a objetividade pela intersubjetividade do entendimento mútuo. A mudança de paradigma da virada linguística torna obsoletas as questões epistemológicas.



O conceito de subjetividade gera o ceticismo moderno ao introduzir um dualismo entre o mundo interior e o exterior. O ceticismo questiona a realidade do mundo com base na natureza privada das experiências. Com a mudança para o paradigma linguístico, a razão é situada na comunicação entre sujeitos, levando ao questionamento contextualista sobre a verdade e a validade dos enunciados. A virada pragmática rejeita a dúvida cartesiana e enfatiza a fundamentação pública do conhecimento. O debate atual envolve a relação entre opiniões justificadas, verdade e realidade, e o contextualismo problematiza o relativismo cultural como uma solução inadequada.

A relação entre linguagem e realidade é indissolúvel, e não podemos isolar as limitações da realidade que tornam um enunciado verdadeiro das regras semânticas que estabelecem essas condições de verdade. A verdade de um enunciado não pode ser compreendida como correspondência com algo no mundo no paradigma linguístico. Embora a coerência das crenças seja importante, não é suficiente para explicar o conceito de verdade. Existe uma relação interna entre verdade e justificação, mas as abordagens deflacionista e epistêmica têm limitações na explicação dessa relação. O contextualismo levanta a questão de como recuperar a intuição de distinguir o verdadeiro do aparentemente verdadeiro no paradigma linguístico.

Em Habermas (2004), a distinção entre um enunciado justificado e um enunciado verdadeiro é explorada por meio da idealização das condições de justificação. A verdade é considerada aquilo que pode ser justificado em condições ideais de conhecimento, em uma situação de fala ideal ou em uma comunidade de comunicação ideal, na qual se encontra acordo por meio da argumentação. No entanto, objeções surgem questionando a viabilidade desse estado ideal e a distância entre verdade e assertibilidade justificada.

Neste artigo, justifica-se a apropriação deste debate entre Habermas (2004) e Rorty (2006) a partir dos elementos de dissenso entre os autores. Não cabe aqui um aprofundamento em todos os pontos desse embate. Pretende-se demonstrar que Habermas (2006), ao recorrer à virada pragmática, potencializa a relação entre verdade e justificação. Nesse sentido, quer-se destacar um ponto fundamental neste embate.

Rorty, segundo o argumento de Habermas, propôs uma visão naturalista dos seres humanos como seres vivos que desenvolvem instrumentos para se adaptarem ao ambiente. No entanto, essa autodescrição neodarwinista substitui um objetivismo por outro. Rorty busca substituir o modelo representacional do conhecimento por um modelo comunicacional baseado no entendimento mútuo. No entanto, Habermas argumenta que



essa abordagem não considera as diferenças entre usos estratégicos e não estratégicos da linguagem, entre convencer e persuadir, e entre motivação por razões e influência causal. Isso leva à perda de critérios críticos relevantes no cotidiano e à falta de sensibilidade para diferenças práticas.

Sob esta perspectiva traçamos um ponto fundamental da discussão às práticas da Ciência da Informação: a questão da correspondência com o mundo da vida. A verdade está além do esclarecimento do sujeito e o entendimento intersubjetivo é necessário que ela se relacione com o mundo.

Habermas (2004) ressalta que: “[...] a idéia de verdade somente pode ser desenvolvida se pressupusermos o resgate discursivo de pretensões de validade.” (Habermas (2004). Desse modo, podemos inferir que não basta, do ponto de vista discursivo pragmático, que um enunciado ou um dado refira-se a um ente ou ação verdadeira, para que este tipo de enunciado verdadeiro corrobore à construção de um discurso, é necessário que se suporte em formas de validação socialmente constituídas.

Habermas (2004) privilegia uma perspectiva na qual a relação entre as afirmações que fazemos e os objetos de nossa experiência é mediada por um complexo processo de validação e legitimidade. O cerne de seu argumento gira em torno da ideia de que as pretensões que fazemos em nossas comunicações são fundamentais para a construção do entendimento compartilhado, mas esse entendimento não é automaticamente garantido.

Habermas (2009) distingue as pretensões que podem ser reclamadas e contestadas, daquelas que podem ser reconhecidas como válidas e, mais importante ainda, as que são legítimas. A legitimidade de uma pretensão é fundamental para a confiabilidade das expectativas resultantes dessa pretensão, e Habermas (2009) enfatiza que a validade legítima surge quando a razão para reconhecer essa validade pode ser deduzida intrinsecamente da situação em questão. Isso sugere que a legitimidade deriva não apenas de regras sociais ou convenções, mas também de uma conexão direta com a situação e a ação em curso.

Habermas ressalta que a comunicação não é apenas uma troca de informações, mas também um processo dinâmico no qual a validade, legitimidade e a construção do conhecimento são interligadas de maneira intrincada, exigindo a abertura para o debate e a análise crítica para alcançar um entendimento sólido. Igualmente, impõe que a verdade deve ser sustentada em algo material e concreto, aferível e recuperável (muito embora reconheça a transitoriedade dos objetos que cumprirão tal fim).



#### 4 O DISCURSO PRAGMÁTICO NA VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS

Agora quer-se demonstrar como a validação discursiva das informações contidas em determinados documentos de arquivo podem ser atingidas mediante processos de discussão pragmática, obtidos a partir de entendimentos intersubjetivos por meio da argumentação e contra argumentação constantes, mas sem deixar de lado o seu confronto empírico com o mundo da vida.

Se a informação é tomada pela abordagem do agir comunicativa, sua forma registrada, o documento, também precisa ser ponderada em suas interações intersubjetivas. Ao criar um documento, e sobretudo o documento de arquivo, um ou mais sujeitos registram suas reivindicações de validade em um suporte estável, com formas socialmente definidas. Tais reivindicações podem ser aceitas para os fins administrativos ou institucionais a que se destina, mas estão potencialmente sujeitas ainda a uma validação coletiva e social quando seu conteúdo for mobilizado como instrumento de prova ou testemunho histórico. Muitos são os exemplos capazes de ilustrar uma validação social, mas são sobretudo nos documentos que remetem à situações políticas atípicas, regimes de exceção e reparação de direitos que podemos observar com maior clareza os benefícios da abordagem pragmática.

Luciana Duranti (1994) identifica as seguintes características nos documentos: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Contudo, nenhuma dessas características diz respeito a seu conteúdo enquanto vinculação e verossimilhança das informações registradas no documento ou no conjunto de documentos. Como reivindicações registradas em ato de poucos atores, um documento pode, por diversos motivos, narrar fatos distorcidos ou até mesmo atestar fatos inexistentes. Isso pode se dar por diversos interesses, incluindo políticos, como os dois casos que discutimos mais à frente. Cabe, aqui, citar os três aspectos da autenticidade da documentação arquivística – o legal, o diplomático e o histórico - definidas na Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq, 2012). Os documentos são:

Documentos **legalmente** autênticos são aqueles que dão testemunhos sobre si mesmos em virtude da intervenção, durante ou após sua produção, de uma autoridade pública representativa, garantindo sua genuinidade.



Documentos **diplomaticamente** autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e do lugar indicados no texto e assinados pela pessoa (ou pessoas) competente para produzi-los.

Documentos **historicamente** autênticos são aqueles que atestam eventos que de fato aconteceram ou informações verdadeiras. (Conarq, 2012, p. 3, grifo dos autores).

O caso Vladimir Herzog em meados dos anos 1970 é emblemático para compreender a ditadura militar brasileira. Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo, professor da Universidade de São Paulo e militante do Partido Comunista Brasileiro, é torturado e morto em 1975 nas dependências do II Exército em São Paulo (DOI-CODI). Em seu atestado de óbito original emitido pelo Instituto Médico Legal de São Paulo, atesta-se a versão de que a morte é decorrente de suicídio por asfixia mecânica de enforcamento, reforçando e dando suporte assim à nota oficial divulgada pelo comando do II Exército (Perosa, 2001).

A versão oficial sempre foi motivo de discussões por ampla parcela da sociedade brasileira, a começar pela família do jornalista. Entretanto, a contestação formal do documento médico legal se dá apenas em 2012, quando a Comissão Nacional da Verdade aprova e submete pedido de retificação do atestado de óbito à Justiça. Ao fazê-lo, sinaliza haver um novo entendimento sobre o conteúdo do documento. O documento é retificado por determinação da 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo e entregue à família do jornalista em seguida.

Um segundo caso, também referente ao período da ditadura militar. Na gênese do golpe que implanta a ditadura, um evento é particularmente relevante: a sessão de dois de abril de 1964 do Congresso Nacional que declara vaga a Presidência da República em virtude de suposto “abandono” por parte do então presidente João Goulart. Assim, é possível empossar como substituto o presidente da Câmara à época, Ranieri Mazzilli. A referida “declaração de vacância” na Câmara tem por objetivo dar ares de legalidade ao golpe de estado que estava em marcha desde o dia 31 de março (Ribeiro, 2015).

Registrada em diário, a sessão permanece inalterada em seus efeitos até o projeto de Resolução PNR 4/13 (Brasil, 2013), que visa anular a sessão tendo em vista sua inconstitucionalidade. Após passadas décadas dos acontecimentos, os efeitos de anulação da sessão e a conseqüente restituição do mandato do presidente João Goulart são apenas simbólicos, de forma a sinalizar à sociedade um novo entendimento sobre os eventos de abril de 1964.



Observa-se, portanto, que o documento arquivístico pode ser submetido a um ou mais processos de validação intersubjetiva, quando grupos de pessoas trabalham com o objetivo de encontrar um melhor entendimento sobre as informações registradas. Assim, cabe pontuar que funções arquivísticas podem ser pensadas à luz dos discursos intersubjetivos e que algumas delas podem ser em si mesmas uma validação ou uma contestação de pretensões de validades.

Rousseau e Couture (1998) e Santos (2008) apresentam as sete as funções arquivísticas, quais sejam: 1) Produção; 2) Avaliação; 3) Aquisição; 4) Conservação; 5) Classificação; 6) Descrição; e 7) Difusão. Os autores ainda inserem uma etapa anterior a essas, o diagnóstico, como de suma importância. No entanto, para os propósitos deste artigo, duas funções mostram-se fundamentais: a) **descrição**, responsável para a garantia de que os documentos arquivísticos tenha acessibilidade, compreensão e preservação e; b) **difusão**, que tem por objetivo fornecer acesso e utilidade dos arquivos para a sociedade.

A descrição é uma função arquivística que tem como finalidade criar representações, organizar, e difundir acervos, preferencialmente permanentes, e que recorrentemente está ligada à sistematização do acervo através de um quadro de arranjo. A descrição muitas vezes se confunde com o seu produto, os instrumentos de pesquisa e é amplamente padronizada por normas e manuais. Portanto, é uma função que se refere a controle e representação informacional, bem como análise de contexto e conteúdo do objeto a ser descrito, mas que nos referenciais acima expostos pode facilmente tornar-se meramente técnica, não alcançado de forma plena suas potencialidades.

A visão da descrição como um elemento meramente técnico e padronizado contraria a ideia dos objetos que serão alvo dessa função, pois, segundo Panisset e Assis (p. 81, 2016):

[...]a verdade contida nos documentos arquivísticos é mais contextual, ela representa o contexto de produção do documento e as relações orgânicas com ele estabelecidas... Assim, a verdade do documento arquivístico está relacionada ao que o documento revela sobre sua produção, seu produtor e sua organicidade

Os instrumentos de representação da informação são ferramentas capazes de expor o texto por trás do texto, desnudando um aspecto de neutralidade tanto do produtor do documento quanto do arquivista responsável pela sua descrição e ao fazer



isso aquela memória se evidencia como “[...] carregado das intencionalidades políticas, institucionais e pessoais intrínsecas aos agentes de sua produção” (Panisset; Assis, 2006, p. 87). Esta afirmação está baseada nas teorias Schwartz e Cook (2002), que defendem que os documentos contêm além não só informações pontuais. Para os autores é necessário analisar o contexto histórico e cultural do documento, as intenções dos autores e/ou criadores, os significados implícitos, as relações de poder e influência e a estrutura e a organização do documento

Desta maneira, o próprio instrumento de descrição arquivística pode ser compreendido como local de discussão e entendimento intersubjetivo. No entanto, para que deixe de ser mera possibilidade, a descrição além de ser pensada como uma função de pesquisa nos moldes que Oliveira (2010; 2012) propõe, também deve ser construída de modo colaborativo e discurso, buscando envolver a comunidade de concernidos.

Além disso, é fundamental que os instrumentos de pesquisa provenientes dos processos descritivos sejam disponibilizados de maneira transparente para a sociedade, com isso cumprindo a função arquivística da difusão. Esse processo de transparência permitirá constante discussão tanto pela sociedade quanto por outros pares, que propiciará uma constante argumentação em torno das informações contidas nos documentos arquivísticos, que invariavelmente chegam a contemporaneidade de forma fragmentária.

Ainda que nossa compreensão seja a de que alcançar a completude da realidade factual nem sempre é possível, e de que os entendimentos construídos em processos intersubjetivos são muitas vezes temporários, é possível fazer com que se minimizem equívocos a partir da submissão dos processos de validação a estratégias e métodos discursivos. Cumpre destacar que devido à dificuldade material de aplicar os procedimentos propostos a todo o conjunto documental de um arquivo, deve-se entender que pode ser aplicado em casos de excepcionalidade como demandas jurídicas, políticas ou científicas, grande clamor popular ou quando a sensibilidade do corpo de arquivistas indicar.

Documentos frutos de recorrentes consultas, ou referente a temas de grande exposição, midiática ou não, podem ter suas pretensões de validade proativamente verificadas de forma a oferecer alguma mediação descritiva aos usuários que busquem os arquivos, reduzindo o risco de descontextualização e desinformação. Tais iniciativas incluem os arquivistas e os arquivos em um contexto de decisões políticas e morais, mas



sobretudo éticas. Demanda que os profissionais se reconheçam cada vez mais necessários em um mundo permeado pela desinformação, de forma a fazer do arquivo e dos documentos, ferramentas pragmáticas de representação do mundo da vida.

Assim, em termos práticos, a descrição arquivística pode ser utilizada como parte da validação pragmática do conteúdo informacional contido nos documentos. Neste sentido, cabe abrir e ampliar a discussão interdisciplinar para planejar, execução e avaliar o processo de validação. A descrição feita discursivamente pode lhe conferir melhor fundamento.

A coleta de documentos e de dados conexos a eles para a discussão referente a eles, e seu registro por meio da descrição arquivística também vão variar de acordo com as especificidades do conjunto documental a ser analisado. No entanto, alguns procedimentos são basilares, tais como: busca e análise da produção bibliográfica e da legislação pertinente a temática concernente ao conjunto documental a ser analisado. Caso existam outros conjuntos documentais que se relacionam com o conjunto alvo de análise, eles também devem ser estudados e considerados, sobretudo se o conjunto citado tiver sido alvo de uma validação pragmática. Sempre que possível recomenda-se entrevistar testemunhas dos fatos relatados na documentação e com pessoas que possam trazer à tona clareza sobre o momento e o contexto de produção dos documentos. Após esse período de coleta as conclusões devem ser registradas em relatório que serve de base norteadora para a realização da descrição arquivística.

A construção de representações descritivas dos arquivos deve considerar a pluralidade de contextos, de produção, uso e custódia e utilizar como diretriz representacional a Norma Brasileira de Descrição Arquivística. A norma é referencial e a definição dos elementos descritivos adequados para a representação do objeto pode advir da junção de outras normas ou mesmo de elementos que a pesquisa pode fornecer.

Após o processo de descrição é fundamental que os instrumentos, registros e relatórios de pesquisa sejam amplamente difundidos e, se possível, o arquivo responsável pela custódia do conjunto documental deve criar canais de comunicação que permitam escutar e conversar com os seus consulentes e interessados, e acompanhar as pesquisas a partir do uso das informações contidas nos documentos do arquivo.

Rockembach (2015) afirma que a difusão tem como característica ser um elo entre a ciência da informação e a ciência da comunicação, uma vez que “[...] o ‘difundir’ fazendo parte do fenômeno ‘comunicar’ que, por sua vez, estabelece relação com o fenômeno



‘informar’ a partir dos usos do conteúdo produzido”. Ou seja, é a função arquivística responsável por fornecer acesso, tornando público o arquivo ao democratizar a informação. Para Cook e Doods (2006) a função arquivística da difusão é a responsável pela disseminação de informações sobre os arquivos e seus conteúdos e vias promover o acesso, o uso e compreensão dos documentos arquivísticos.

Isso pode abrir discussão e um processo de argumentação entre os concernidos e os interessados. A busca cooperativa dos melhores argumentos pode ser progressivamente ampliada. Portanto, o que se quer demonstrar é que o discurso, como modo especial de agir comunicativo, pode ser usado na validação de informação em documentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem como objetivo propor reflexões sobre a aplicação da pragmática na Validação discursiva da Informação em documentos de arquivo. Em um primeiro lugar, fica evidente como Habermas ao longo das suas obras privilegia uma perspectiva na qual a relação entre as afirmações que fazemos e os objetos de nossa experiência é mediada por um complexo processo de validação e legitimidade e que o âmago seu argumento está na ideia de que as pretensões que fazemos em nossas comunicações são fundamentais para a construção do entendimento compartilhado. Esse entendimento não é automaticamente garantido, pois a sua legitimidade depende não apenas de regras sociais ou convenções, mas também da relação direta com o mundo da vida.

Faz-se a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas (2004). Assim, destacou-se que os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade.

O artigo propõe que as funções arquivísticas da descrição e da difusão de documentos façam parte do processo de validação pragmática das informações contidas em documentos de arquivo.

No entanto, deixa-se claro que o objetivo é lançar bases para reflexão e discussão do que é proposto. Gostaríamos também de observar o desenvolvimento de ações empíricas, para a análise profunda e mais adequada do processo e dos procedimentos expostos.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Resolução nº4, de 2013**, de 28 de novembro de 2013. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2013/resolucao-4-28-novembro-2013-777488-publicacaooriginal-142050-pl.html>. Acesso em: 09 dez. 2023.
- CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 37**, de 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- COOK, Terry; DODDS, Gordon. **Imagining archives: essays and reflections**. Chicago: Society of American Archivists, 2003.
- CÔRBO, Dayo de Araujo Silva; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso. **Informação@Profissões**, v. 2, n. 2, p. 45, 13 dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2317-4390.2013v2n2p45>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- GONÇALVES, Marcio; DE LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. Validação discursiva da informação. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 17, n. 3, p. 901-925, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15319>. Acesso em 15 dez. 2023.
- GONÇALVES, Marcio; DE LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. Pretensões de validade da informação diante da autoridade do argumento na Wikipédia. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.7, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/311>. Acesso em 15 dez. 2023.
- GONZÁLEZ de GOMEZ, M. N. A informação como Instância de Integração de Conhecimentos, Meios e Linguagens. Questões Epistemológicas, Conseqüências Políticas. In: Maria Nélide González de Gómez; Evelyn Goyannes Dill Orrico. (org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN- Editora da UFRN, 2006, p. 29-84.
- GONZÁLEZ de GOMEZ, M. N. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Responsabilidade social da Informação – Anais do X ENANCIB**. João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/171429>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- GONZÁLEZ de GOMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais [...] 2007**, Salvador, Bahia, 2007. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/171570>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**, v.7, n.13, 1994, p.49-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976>. Acesso em: 01 dez. 2023.



HABERMAS, Jürgen. El concepto de dignidad humana y la utopia realista de los derechos humanos. **Diánoia**, v. 55, n. 64, p. 3-25, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-24502010000100001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-24502010000100001&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 09 nov. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?** 2 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010b.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução de Paulo Asthor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa, Instituto Piaget, 1991.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; MOREIRA, Fernanda Kempner. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. In: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **Administração discursiva**. Rio de Janeiro: Salute, 2019 (Habermas, discursos e organizações, 1), p. 44-64. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1202>. Acesso em: 19 out. 2023.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/es.php>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PANISSET, B. T. C.; ASSIS, J. M. F. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n. 10, p. 81-89, 2016. Disponível em: [https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4171907/revista\\_agcrj\\_10.pdf](https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4171907/revista_agcrj_10.pdf). Acesso em: 01 nov. 2024.

PEROSA, Lilian Maria Farias de. **Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa**. São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2001.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002441874>. Acesso em: 09 nov. 2024.

RORTY, Richard. Resposta a Jürgen Habermas (Realidade objetiva e comunidade humana). In: SOUZA, José Crisóstomo (org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia: Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.



ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015. Disponível em: <https://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60/50>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivísticas**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista de. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUZA, R. T. B. **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2. ed. Brasília, DF: SENAC, 2008. p. 175-219.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, mar. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/bf02435628>. Acesso em: 08 nov. 2024.

ZAGANELLI, Bárbara Martins; DE FIGUEIREDO, Marcia Feijão; DE LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. 50 anos do Golpe Militar de 1964: A busca pela verdade das justiças de transição. **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 3, p. 161-170, 2015. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/2772](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2772). Acesso em: 15 dez. 2023.



**DESCLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA ARQUIVOS PESSOAIS:**  
um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da Governança Arquivística a  
partir da teoria de García Gutiérrez

**ARCHIVAL DECLASSIFICATION FOR PERSONAL ARCHIVES:**  
an exploratory and epistemic study in the context of Archival Governance  
based on García Gutiérrez's theory

Sérgio Rodrigues Santana<sup>1</sup>  
Eliane Epifane Martins<sup>2</sup>  
Daniel Jackson Estevam da Costa<sup>3</sup>

**RESUMO**

A desclassificação arquivística é uma ação metacognitiva de reavaliar os agrupamentos documentais realizados, e pode ser aplicada no âmbito dos arquivos pessoais. Contudo, quais são as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística que se aplique aos arquivos pessoais? Objetivou descrever e discutir as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística em vista dos arquivos pessoais no âmbito da Governança arquivística e através do pensamento de García Gutiérrez. A justificativa a partir da complexidade referente aos arquivos pessoais. Adotou a abordagem mista quanti-qualitativa, e o método exploratório para realização deste estudo preliminar. Os resultados de pesquisa apontam oito bases epistêmicas para promoção da desclassificação: o erro, a mudança de status, a mudança de suporte, a evolução e ruptura tecnológica, a evolução e ruptura técnica, condições de sigilo, a discriminação e o preconceito, os riscos de perda de informação. Como hipótese construída, a desclassificação pode ser pensada e aplicada através de oito bases epistêmicas, porém, deve-se promover outros estudos teóricos e práticos para amadurecimento destas descobertas, ou para refutá-las.

**Palavras-chave:** Desclassificação; Governança Arquivística; Arquivos Pessoais; García Gutiérrez.

**ABSTRACT**

Architectural declassification is a metacognitive action to reassess the documentary groups created, and can be applied in the area of individual archives. Contudo, what are the technical-epistemic bases of architectural declassification that apply to personal archives? Objectiveu to discover and discuss the technical-epistemic bases of architectural declassification in view of two personal archives in the scope of architectural governance and through the thoughts of García Gutiérrez. A justification based on the complexity of personal files. We adopt a mixed quanti-qualitative approach, and the exploratory method for carrying out this preliminary study. The research results point to epistemic bases for the promotion of declassification: error, change in status, change in support, evolution and technological rupture, evolution and technical rupture, conditions of secrecy, discrimination and preconception, the risks of loss of information. As hypothesized, declassification can be thought about and applied through some epistemic bases,

<sup>1</sup> Arquivista | Doutor em Ciência da Informação | sergiokafe@hotmail.com

<sup>2</sup> Bibliotecária | Mestra em Ciência da Informação | jadyeliane@gmail.com

<sup>3</sup> Químico | Doutorado em Ciências | danieljacksonpb@gmail.com



therefore, other theoretical and practical studies must be promoted to mature these discoveries, or to refute them.

**Keywords:** Declassification; Architectural Governança; Arquivos Pessoais; García Gutiérrez.

## 1 INTRODUÇÃO

A inovação trata da melhoria das formas do fazer e refazer, é um processo constante nas organizações, áreas e nações (Tohidi; Jabbari, 2012). Na Arquivologia, ela pode representar uma inclinação epistêmica voltada para promover melhorias dos paradigmas científicos, especialmente ao se considerar a Governança arquivística em relação ao avanço da área. Essa parceria é produtiva, pois conforme Jardim (2018), a Governança arquivística é uma reflexão do fazer e refazer mediante seu objeto que se figura a gestão arquivística. Essa reflexão considera os aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos no cenário arquivístico, tendo em vista à prática de criar condições no sentido das intra-áreas 'qualidade' e 'democracia' para que os acervos arquivísticos sejam bem cuidados, preservados e acessados.

A reflexão e a prática do fazer e refazer no ponto de intersecção entre a inovação e Governança arquivística abordam também a construção de tecnologias e técnicas para o campo, pois para Bachelard (1996) toda ciência tem suas tecnologias e técnicas, e como tal, a Arquivologia tem e valoriza as suas próprias e clássicas, sem negar as necessidades e possibilidades de pensar e construir novas. Focar na construção e uso das tecnologias e técnicas é imperativo porque elas se originam dos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos de um determinado tempo espaço e o que cada aspecto citado exige e/ou demanda.

Na atualidade, ao definir os aspectos, as intra-áreas, os objetivos e objeto da Governança arquivística quanto às formas do fazer e refazer, define-se por consequência investigar quais são, e como ocorre a intersecção dos artefatos, das informações, dos conhecimentos da inovação que promovem a teoria e a prática da desclassificação no *status* de tecnologias e técnicas da Arquivologia. Nessa lógica, a Governança Arquivística vem à baila, especialmente, quando se visualiza os arquivos pessoais, que se figuram um arranjo de documentos produzidos, recebidos e acumulados ao longo da vida por um sujeito, o que os tornam complexos e multifatoriais frente à intersecção entre a individualidade, subjetividade e humanidade (Silva; Silva 2013).



A classificação arquivística é uma atividade cognitiva, enquanto a desclassificação arquivística envolve uma ação metacognitiva, que consiste na reavaliação dos agrupamentos documentais realizados na classificação, com o objetivo de proceder à sua reclassificação à luz de novos critérios ou contextos. Para García Gutiérrez (2006, p. 110) a desclassificação, é “uma operação com categorias abertas, cuja tendência última é o pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo”. Trata-se de um convite aos pesquisadores arquivistas para a reavaliação contínua de conceitos e itens informacionais, estimulando a incorporação de novas perspectivas que possam ter sido negligenciadas nas classificações iniciais (Bezerra, 2019). Essas classificações iniciais podem ter em suas bases aspectos sociais, cultural, político e técnico-científicos superados, inadequados ou podem ser melhorados, como também atualizados.

Deste modo, com o foco na inovação tecnológica e técnica no âmbito Governança arquivística, quais são as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística que se apliquem aos arquivos pessoais? Essa pesquisa descreveu e discutiu as bases técnica-epistêmicas da desclassificação arquivística em vista os arquivos pessoais no âmbito da Governança arquivística e do pensamento de García Gutiérrez. A justificativa versa sobre a complexidade, como a falta de derivação teórica, conceitual e tecnológica-técnicas referente aos arquivos pessoais, pois para Yeo (2008) os arquivos pessoais passam um tanto ao largo do processo de constituição das teorias arquivísticas, o que dificultada sua visibilidade enquanto construto da Arquivologia.

## 2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Adotou a abordagem mista quanti-qualitativa por duas perspectivas: a) situar-se entre a o conhecimento da pesquisa quantitativa e qualitativa que aumenta o alcance de uma solução viável de interesse do pesquisador e da sua própria ciência (Farias Filho, 2018); b) quando se pretende avaliar um campo científico através da perspectiva poliepistemológica de forma mais efetiva, essa abordagem promove as condições de entender o fazer técnico por meio da intersecção de dados estatísticos e teóricos (Günther, 2006).

No viés qualitativo, a pesquisa se debruçará sobre os dados teóricos, assim sendo essencialmente subjetivos como contributo para compreender os fenômenos que surgem dos aspectos compreensivo e interpretativo (Günther, 2006, p. 5), e suas ‘[...] relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda



característica geral é a construção da realidade.’ Quanto ao viés quantitativo, se debruçará sobre os dados numéricos, ela será utilizada para construção do *corpus*, e na consideração do fazer e refazer científico, que pode ser avaliado através da produção bibliográfica produzida e quantificável, quanto à classificação, desclassificação e os arquivos pessoais.

Em função da escassez de investigações sobre a teoria da Desclassificação de García Gutiérrez (DGG) ainda pouco explorada no campo da Arquivologia, esta pesquisa adotou o Método Exploratório (ME), como estudo preliminar para definir um escopo temático para futuras pesquisas, especialmente para pesquisa aplicadas na construção de tecnologias e técnicas para pavimentar as investigações com metodologias mais amplas e mais abrangentes acerca da DGG (García Gutiérrez, 2007).

Ao examinar uma temática e/ou fenômeno raramente estudado, o ME busca construir novos conhecimentos e explicações, sem a formulação de hipóteses estabelecidas (Gil, 2019). Assim, o ME tem como objetivo desenvolver novos conceitos e ideias, além de formular hipóteses passíveis de serem testadas em estudos futuros. O ME pode ser aplicado por meio de muitas técnicas, e nesta pesquisa se adotou a inclinação bibliográfica, em que o levantamento bibliográfico acerca da teoria da DGG, como sua relação com a Arquivologia. Assim, o *corpus* foi constituído de teses, dissertações e comunicação científicas, e, a revisão destes conteúdos bibliográficos para identificar os padrões que compõem a teoria da DGG.

A busca para a construção do *corpus* ocorreu em dois momentos no primeiro semestre de 2024. A primeira parte da busca foi feita na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) que contempla a produção da Arquivologia. Nesta base a busca foi realizada utilizando os buscadores ‘teoria da desclassificação’, ‘desclassificação’, ‘García Gutiérrez’ e ‘desclassificação arquivística’, a partir dos filtros ‘todos’ e ‘título’ e ‘palavras-chave’.

Na segunda parte, a busca ocorreu de forma avulsa no *Google*, utilizando os mesmos marcadores da busca feita na BRAPCI, assim se recuperou conteúdo de bases como o *Scielo*, *Research Gate* e também de alguns repositórios temáticos e institucionais. O recorte temporal abrange o período de 2007 a 2024, porém, a seleção do *corpus* foi realizada com base no critério de saturação. Esse mecanismo epistemológico se refere à adição contínua de novos dados e informações bibliográficas até o momento em que esses não oferecem novas perspectivas ou conhecimentos ao *corpus*, assim a saturação é atingida, indicando que o *corpus* está completo (Thiry-Cherques, 2009).



A partir da flexibilidade do ME (Malhotra, 2006), foi possível explorar novos territórios, incluindo sua aplicação prática em relação às suas dimensões e protocolos. Em relação às dimensões, o ME pode ser realizado segundo o modelo tradicional e/ou o modelo proposto (Piovesan; Temporini, 1995, p. 322), ambos aplicados nesta pesquisa devido à sua natureza epistemológica. Para Piovesan e Temporini (1995), no modelo tradicional a mente do pesquisador volta-se para o que está sendo observado problema de pesquisa e os resultados. No modelo proposto, a pesquisa exploratória volta-se para valores subjetivos que são postos em suspensão no fluxo da consciência e da sciência epistemológica das perguntas e o que agrega o resultado, e seus valores subjetivos excedentes delas. Assim, a criatividade científica é posta em prática para o grau de controle possível de vieses subjetivos, materiais e mentais que serão feitos na medida do possível.

Quanto aos protocolos que diferencia o ME de uma simples 'etapa exploratória', 'fase exploratória', 'tipo de pesquisa' e/ou apenas aplicada aos objetivos de uma pesquisa Gil (2019), é o direcionamento como método por aplicação de cinco protocolos: a 'localização de lacunas', a 'descrição das lacunas'; a 'formulação de novas hipóteses'; a 'descrição das novas hipóteses' e a 'reflexão e a reavaliação' (Santana; Melo; Martins, 2024). A 'localização de lacunas' é o protocolo mais importante, pois se refere aos indícios de um fenômeno, sejam eles de temas, técnicas, teorias e, epistemologia e/ou poliepistemológico, que no caso desta pesquisa, os indícios voltam para o fazer e refazer da Arquivologia, e nesta pesquisa se localizou a lacuna temática acerca da desclassificação arquivística para arquivos pessoais nunca investigadas (Santana; Melo; Martins, 2024).

A 'descrição das lacunas' busca justificar suas existências, ressaltando a importância de serem investigadas, isso envolve descrevê-las por meio de suas características, forças e possíveis origens (Santana; Melo; Martins, 2024). A 'formulação de novas hipóteses' diz acerca das lacunas de temas, técnicas, teorias, epistemologia e/ou poliepistemológico, que no caso desta pesquisa, essas são apontadas nas discussões, em que a desclassificação arquivística teoricamente pode ser aplicada pelo 'erro', a 'mudança de *status*', a 'mudança de suporte', a 'evolução e ruptura tecnológica'; a 'evolução e ruptura técnica', 'condições de sigilo', a 'discriminação e o preconceito' e os 'riscos de perda de informação'.

A descrição das 'novas hipóteses' significa a ação de nomeá-las, bem como apontar suas características, com objetivo de fornecer aos futuros pesquisadores dados



suficientes para sua verificação, refutação e aplicação (Santana; Melo; Martins, 2024). Assim, descrição das 'novas hipóteses' estão delimitadas nas análises e discussão deste estudo, nomes e suas características. Outro protocolo importante se configura a 'reflexão e reavaliação' que são apontadas na conclusão desta pesquisa, ela versa nos processos, técnicas e/ou estratégias e suas eficácias, e profundidade, e os resultados para melhorar futuras pesquisas, como também os resultados obtidos que podem identificar sobre os mesmos os melhores ajustes para estudos futuros (Gil, 2019; Santana; Melo; Martins, 2024).

### 3 ARQUIVO PESSOAL

Para Carvalho (2020) as discussões conceituais não são suficientes para demarcação da natureza de arquivo pessoal de forma adequada, fato que é problemático, mas, que ao mesmo tempo, sinaliza para estudos epistêmicos que foquem essas fragilidades, em que os arquivistas devem se debruçarem com mais ênfase.

Ainda para Carvalho (2020) quando o pesquisador se inclina para os estudos dos arquivos pessoais ele é lançado dentro de um labirinto terminológico sem definições claras e consenso quanto aos conceitos. Contudo, Córdula *et al.* (2019) trazem luz a uma distinção que se aproxima de construções epistêmicas pertinentes do arquivo pessoal, argumentando que os eles contêm memórias e podem ser reinterpretados, revelando tanto aspectos desconhecidos como invisíveis. Isso significa dizer que sobre os arquivos pessoais as abordagens de interpretação encontram terreno fértil, pois os arquivos pessoais são interpretativos, e sobretudo, tem um caráter subjetivo que os demarca, o que não ocorre como a nação de arquivos públicos. Portanto, os itens documentais pessoais refletem a personalidade da pessoa produtora, seus hábitos, crenças, comportamentos, vivências, realizações e relacionamentos vivenciados pelo titular. Neste sentido, de alguma forma serve como testemunhas do contexto social e coletivo através do tempo e espaços ao destacar a história e memórias. Portanto, os arquivos pessoais são constituídos, especialmente, de memórias individuais e com o potencial de memórias coletivas (Camargo; Goulart, 2007; Córdula; Silva, 2023).

Quanto à memória, ela pode ser tanto individual quanto social, porém os arquivos pessoais, em sua essência, não têm a finalidade de narrar a história do mundo ou os aspectos sociais e coletivos. Esse ocorre por que um sujeito cria o seu arquivo de forma espontânea e com objetivos de atender sua subjetividade e personalidade, e não de forma



compulsória através de um determinado mecanismo jurídico, regra, estatuto, regulamento e outros (Hobbs, 2001). Portanto, o alargamento o conceito de arquivos pessoais para compreender os aspectos sociais e coletivos são excedentes, que ocorrem quando eles são avaliados por algum pesquisador, quando a sua custódia é posteriormente transferida para a esfera pública (Carvalho, 2020). Destarte, os arquivos pessoais em essência se referem à memória individual, ela se liga a identidade, pois há laços fundamentais entre esses dois construtos, em que a memória é faculdade primeira nutre a identidade (Candau, 2012).

A narrativa dos arquivos pessoais, no que se refere à memória e à identidade, se desenvolve a partir de duas perspectivas: compulsória e facultativa. No primeiro caso, versa na produção de documentos oficiais que constituem os sujeitos civil e cidadão, com os: documentos de identificação, documentos financeiros, documentos de propriedade, documentos de saúde, documentos educacionais, documentos profissionais. No segundo correspondências e objetos pessoais através de artefatos, fotografias, anotações variadas, como e outros resquícios que versam sobre o sujeito subjetivo (Camargo; Goulart, 2007).

O conceito de 'documento' se expande no âmbito dos arquivos pessoais, como faz Briet (1951) ao apontar o caso do antílope. A autora afirma que um documento é um objeto de evidência, prova e/ou fato, de tal modo, que os documentos nos arquivos pessoais podem ser analógicos, digitais e tridimensionais. Essa lógica é vista por Carvalho (2020) quanto à diversidade de tipologia, massa, formatos, tangibilidade e intangibilidade compreendida por Briet (1951) e Carvalho (2020) quanto aos arquivos pessoais. Esses aspectos estão mais claramente demarcados nos arquivos pessoais do que nos acervos dos arquivos públicos e institucionais, pois a padronização presente nestes últimos limita a incorporação de outros artefatos, suportes, resquícios e indícios, logo os significados tendem a ser mais restritos (Camargo; Goulart, 2007; Córdula *et al.*, 2019).

Neste sentido, ao trabalhar com arquivos pessoais é importante, pois eles têm marcas específicas e peculiares que o distingue e enriquece as discussões epistêmicas. Sendo preciso compreender com mais ênfase esse fenômeno multifatorial em vista a tríade 'classificação, desclassificação e a reclassificação' em potencial nessa modalidade de arquivo. Da mesma forma, os arquivos pessoais consistem em conjuntos de documentos analógicos, digitais e tridimensionais, produzidos, recebidos e acumulados ao longo do tempo. Eles são compostos por elementos de humanidade, pois refletem a



experiência de um sujeito, expandindo-se para a compreensão de um tempo e espaço moldados pelo corpo e pela psique desse mesmo sujeito.

Apesar de sua essência individual, a expansão epistêmica dos arquivos pessoais ocorre porque esses acervos funcionam como fontes de informação, conhecimento, memória e saberes, refletindo a experiência de um corpo e psique moldados por um tempo e espaço específicos. Apesar deles não existirem como mecanismos pensados para representar mundo, eles o fazem de forma orgânica, um excedente para compreensão da história cultural das sociedades. Ao compreender e abordar as especificidades, características, humanidades e subjetividades dos arquivos pessoais, discute-se o caráter individual desses arquivos, mas ampliado para o social. Isso influencia a postura do arquivista em relação a eles, considerando sua materialidade, os espaços em que estão inseridos, bem como sua preservação e acesso.

#### 4 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

A Governança Arquivística tem mobilizado inovações teóricas e técnicas em um cenário de profundas transformações, especialmente nos últimos trinta anos, através de seu objeto a Gestão arquivística (Jardim, 2018). Quando Jardim (2018, p. 32) aponta os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, o autor está se referindo também à influência destes sobre o fazer e refazer da Arquivologia, ao mesmo tempo que requer um olhar interdisciplinar frente à condição multifatorial que se apresenta destes aspectos com outros presentes no conceito do autor. Segundo Bachelard (1996) a ciência é a estética da inteligência, e a Arquivologia não está isenta dessa premissa. Assim, a forma de pensar e repensar que refletem o fazer e o refazer da Arquivologia advêm dos aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, tanto positivamente quanto negativamente, de tal modo que Jardim (2018, p. 32) faz o convite para se pensar através destes dois caminhos com vista à Governança Arquivística, sempre focando o contexto atual.

Ao pensar a 'qualidade' e a 'democracia', o convite se entende e traz luz para esse pensar e repensar sobre o fazer e o refazer que deve se incidir sobre essas duas intra-áreas. A 'qualidade' aborda o lado de dentro do acervo, pode ser entre outras, acerca da classificação e desclassificação como das tecnologias e técnicas, da informação, conhecimentos e o saberes. A 'democracia' considera o lado de fora, na disseminação, acesso livre e visibilizar a memória, essas que orbitam os sujeitos como também as



intuições no desejo do cuidado, aquisição e busca da informação de forma eficaz e eficiente.

Neste fluxo, a Governança arquivística converge mediante uma rede de interesses, ações, atores sociais e institucionais que transpõe os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas, com vista à plena participação de todos (Jardim, 2018; Cougo Junior; Albernaz, 2017). Pensar estas possibilidades, se configura a Governança arquivística com ações interdisciplinares através da colaboração de diferentes conceitos, métodos e procedimentos que abarcam todos os tipos e protocolos da interdisciplinaridade.

A gestão arquivística tem alcance significativo na Arquivologia, de tal modo, que seus elementos mobilizadores teórico-técnicos orbitam a natureza e lugares de produtos, serviços e instituições arquivísticas. Segundo Jardim (2018, p. 32), a gestão arquivística atravessa todo os processos do ciclo do documento, inclusive, a produção de mecanismos que facilitam esses processos. Neste sentido, se percebe que a Gestão arquivística como conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para administrar e preservar documentos e informações de forma organizada e eficiente, inclui pensar na produção de mecanismos, de novas tecnologias, inclusive nas tecnologias de desclassificação, capazes de atender as demandas atuais que surgem por novos fatores do âmbito dos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos do próprio campo.

Do mesmo modo, a Gestão arquivística no campo das inovações ocorre epistemologicamente pela Governança Arquivística, pois a primeira não é um substituto a segunda, e vice-versa. Para Bachelard ‘Todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento.’ (Bachelard, 1977, p. 130), logo se deve pensar nos pontos epistêmicos da Governança Arquivística para a Gestão arquivística, como por exemplo, através da inovação com chave para a vigilância como progresso do conhecimento.

Para Bachelard (1996, p. 21) todas as ciências desconfiam das identidades aparentes, deste modo, a vigilância deve e pode começar através da desconfiança para promover o novo, e com isso visualiza a construção de estratégias, métodos e tecnologias sofisticadas, como os mecanismos de desclassificação na Arquivologia, para que essa em termos dos modos de fazer e refazer sejam eficazes e efetivas. Para promover o novo, Bachelard (1996) argumenta também sobre as tecnologias e técnicas, para ele em certa medida elas devem pensar pelo pesquisador, de tal modo que a perspectiva da fenomenotécnica é importante para a Arquivologia. Assim, ela poderá ir além dos



caminhos até então não percorridos, especialmente quanto ao uso das tecnologias clássicas e pós-modernas na tarefa de pensar pelos arquivistas, deste modo suspendendo, aprimorando, bem como construindo novas possibilidades na área.

Em suma, refletir todas estas questões, significa pensar a Governança arquivística para além da Gestão de documentos numa perspectiva diferenciada como argumenta Melo, Silva e Esteves (2022), que configura a Governança arquivística como um campo reflexivo, como um campo epistêmico, pois Venâncio (2022, p. 27) a noção de Governança arquivística tem um desdobramento para uma proposta de reflexão. E como campo epistêmico ela pensa nos avanços da Arquivologia através de três prismas que se refletem mutuamente, a histórico-epistêmico, que versa na formação da Arquivologia; a teórico-epistêmico, que aborda os conceitos, teorias e construtos científico da Arquivologia; e técnico-epistêmico, nas filosofias da tecnologia e técnicas da Arquivologia, construídas, adotadas, usadas e refinadas.

## 5 TEORIA DA DESCLASSIFICAÇÃO DE GARCÍA GUTIÉRREZ

A desclassificação é tão imperativa quanto classificar, pois, ela supõe, reclassificar (García Gutiérrez, 2007), fazer o retorno para melhor ordenar a informação e/ou os dados. Deste modo, a DGG como construto sociológico no fluxo de uma inclinação interdisciplinar teórica pode ser situada e aplicado em diversos contextos, e sua ligação interdisciplinar com a Arquivologia incide sobre o fazer e refazer da área, assim examina como certas informações que são inicialmente classificadas com bases os aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos e que ao logo do tempo perdem sua classificação inicial por diferentes motivos.

Segundo García Gutiérrez (2006) a classificação, em seu sentido tradicional, tende a dividir e separar de acordo com princípios hierárquicos e absolutistas. Em contrapartida, a desclassificação introduz uma nova ordem, permitindo a classificação sob diferentes lógicas, com o objetivo de agregar e reunir. Na DGG se considera a filosofia de que ela não nega a classificação, envolve o pressuposto metacognitivo e o pluralismo lógico. Além de não negar a classificação, García Gutiérrez (2011) não propõe uma desclassificação como substituição das ferramentas convencionais e/ou clássica de classificação, mas, que a desclassificação atue quando essas ferramentas se mostram inadequadas, assim agrupando-se a elas de maneiras a superar as discrepâncias e incongruências inerentes, o que faz da desclassificação um vetor epistêmico-técnico. Para



ele, a classificação e a desclassificação não são antagonistas, não há forças de tensão dicotômicas e/ou antagônicas, uma vez que a desclassificação não se opõe à classificação (Vanin, 2024). Essa premissa se ancora na lógica de que o oposto de classificar seria simplesmente não classificar. A desclassificação sempre implica em uma reclassificação, uma abordagem com outras filosofias e objetivos (García Gutiérrez, 2018).

No que diz respeito à metacognição, essa dimensão refere-se à consciência e à senciência. A consciência é um conceito que abrange a percepção, a sensação e a introspecção, permitindo que o sujeito tenha consciência de si mesmo. Por sua vez, a senciência é a capacidade dos sujeitos humanos e de alguns organismos mais simples de perceber os eventos no fluxo das emoções, sentimentos e afetações de forma consciente e impostar-se sobre elas, assim monitorando, controlar, organizar e modificar esses mesmos eventos e seus excedentes para o presente e o futuro, e com isso potencializando a construção de conhecimento (Almada, 2019; Silva; Ataíde Júnior, 2020). Portanto, a metacognição versa em refletir através da percepção, a sensação e a introspecção, e sozinho selecionar e usar o melhor método para resolver uma tarefa ou problema.

O pluralismo lógico aborda a coexistência de diferentes ideias (García Gutiérrez, 2007), e para Vanin (2024), ele dá conta da aceitação das contradições, reduz desigualdades, os apagamentos e silenciamentos; oferece uma explicação a respeito dos operadores complexo e transcultural; versa sobre a revisão; revela contradições quanto a um recurso cognitivo e preferencial; visualiza aceitação da possibilidade de diferentes interpretações e na rejeição da ideia de uma racionalidade única. Portanto, em vez de temê-los deve-se considerá-lo indispensáveis para compreender e representar a informação adequadamente aos diversos conteúdos, formatos e massa dos documentos.

Em suma, a desclassificação é um olhar hermenêutico novo, é um retorno imperativo sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos ao qual se refere Governança Arquivística. Esse retorno se dá através da crítica, a retórica, a reflexão, emoções, o afeto e a contradição como alicerces de processos sistemáticos (Almeida; Saldanha, 2021). Para Farias e Almeida (2016, p. 7) quanto a esse novo olhar a partir da desclassificação versa em revisar práticas interpretativas, e como sujeito interpretativo, o arquivista deve manter compromisso como o caráter metacognitivo.

Para Vanin (2024), com base em García Gutiérrez (2018), a desclassificação seria um processo pode ser requerido pelo desejo de um sujeito, de grupo ou comunidade por meio transversalidade. Deve ocorrer de forma semelhante à lógica paraconsistente, ou



seja, pode trabalhar como a possibilidade ou impossibilidade de admissão das contradições em que as ferramentas de abordagens críticas e emancipatórias convencionais não conseguem superar os dilemas epistêmicos teóricos e técnicos. Na desclassificação, o sujeito deve escolher e aplicar uma estratégia *ad hoc*. Assim, os procedimentos adotados são indicativos e podem ser ampliados ou reduzidos, reformulados ou combinados. Essa flexibilidade permite que se adaptem às situações e contextos que exigem uma heteroautogestão única, sensível e intransferível. Apesar da enérgica autoexigência metacognitiva na desclassificação se assume a sua própria contradição como fundamental (Vanin, 2024). Desse modo, a desclassificação pode ser feita sob os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, esses destacados por Jardim (2018, p. 31) e que embasam a Governança Arquivística, ao qual destaca Vanin (2024).

## 6 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Como estudo exploratório que se constroem nos conhecimentos, ideias e hipóteses, essa pesquisa localizou oito bases epistêmicas que podem ser explorados nos estudos teóricos quanto aplicados da desclassificação na arquivologia, em que a inclinação interdisciplinar emerge, já que esses aspectos podem ser atravessados por fenômeno como o 'erro', a 'mudança de *status*', a 'mudança de suporte', a 'evolução e ruptura tecnológica'; a 'evolução e ruptura técnica', condições de 'sigilo', a 'discriminação e o preconceito' e os 'riscos de perda de informação'.

A 'doutrina dos erros' é valiosa em qualquer área do conhecimento, para Bachelard (1996), os erros epistêmicos, incluindo os técnicos, devem ser destacados como elementos fundamentais e constitutivos do processo de criar e recriar, são produtivos, e não meras imperfeições a serem evitadas. Ele também aponta que o principal obstáculo ao processo de criar e recriar o conhecimento no pensamento pré-científico era a ausência de uma doutrina sobre os erros epistêmicos. Sendo preciso errar, em especial quando se trata de produção científica, pois, ela somente é erguida pelas reconsiderações desses erros. Para ele o erro precisa ser instrumentalizado como motor do conhecimento, pois, não há verdade sem erro reconsiderado, e a atitude objetiva é resultado da história dos erros subjetivos.

A 'mudança de *status*' se refere ao fato que um determinado 'arquivo se torna pessoal', visto que muitas vezes por falta de recursos, interesses e conhecimentos do



arquivista a vida do sujeito é anexada, confundida com sua vida profissional e artística na medida que ele se figura em um arquivo institucional, do mesmo modo antagonizando o valor pessoal como menos valia. Para Oliveira, Sobral, Silva (2018) os arquivos pessoais passam por fundamentos teóricos e procedimentos técnicos ainda contraditórios, e essas que contradições muitas vezes são justificadas em função do processo de produção documental inerente ao ambiente privado e da intimidade, que diferem do dos procedimentos técnicos da produção documental de arquivos institucionais.

A 'mudança de suporte', para Melo, Silva e Esteves (2022) teóricos e profissionais da Arquivologia têm se empenhado em acompanhar as mudanças de suporte e a transformação digital, e como estratégia se visualiza a ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento. Nesse processo, revisões teórico-práticas epistêmicas foram realizadas e novas metodologias surgiram para viabilizar que as funções das tecnologias e técnicas que possam tratar os documentos arquivísticos digitais. Porém, ao focar os arquivos pessoais quanto às influências das TIC que recai sob as práticas arquivísticas no despertar dos teóricos e profissionais, a importância é crucial. Para Córdula *et al.* (2019), no contexto dos arquivos pessoais, ainda é escasso esse entrosamento com o meio das tecnologias e técnicas, nos sentidos, inclusive na dimensão evolução e ruptura.

A tecnologia é um conjunto de saberes, principalmente de princípios científicos, que se aplica a uma determinada atividade, mas ela pode se conformar como um simples artefato criado pelo sujeito nos primórdios de sua história, segundo Leakey e Lewin (1982 p. 08): [...] um ser humano primitivo pegou um seixo, e com alguns golpes habilidosos transformaram-no num implemento [...] uma peça de deliberada tecnologia." O discurso de Leakey e Lewin (1982) é ilustrativo, e possibilita construir uma imagem epistêmica acerca da tecnologia, especialmente de evolução e ruptura tecnológica, em que um galho usado para desenterrar raízes ou para retalhar a carne de um animal morto ao logo o tempo fora usado como artefato de demanda do sujeito primitivo e fora superado com sua evolução. Melo, Silva e Esteves (2022) argumento que os arquivistas têm tralhado para essa questão de superação, evolução e ruptura tecnológica, especialmente, no campo TIC na Governança Arquivística, assim, evolução e ruptura tecnológica devem ser considerados.

Na 'evolução e ruptura técnica' também devem ser consideradas, pois a técnica é um conjunto de regras, protocolos e/ou modos de agir, especialmente em relação às potencialidades de uma tecnologia e à sua utilização. A técnica pode emergir como saber



vulgar tradicional, ou seja, senso comum, mas, pode ser impregnado na produção de saberes científicos, que não é reconhecido como tal, mas como vetor epistêmico. Ou seja, na ciência a técnica supõe um objetivo preciso, supõem saberes, já disponíveis ou novos. Na ciência a produção e o uso da técnica versam em alcançar um número finito de atos numa ordem dada e também com um objetivo definido. Contudo, a técnica implica valores, uma vez que “tal coisa é útil ou adequada para tal outra” quanto a ação e consenso do uso dela e do que ela produz (Assunção, 2014). E como tal, ela perde valor através de uma nova demanda e exigência advindas de novos aspectos sociais, culturais, políticos e também técnico-científicos, e neste fluxo a evolução e ruptura técnica são realidades, pois novas podem surgir e outras se tornar obsoletas.

Referente ao ‘vetor sigilo’, destaca-se o decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019 no capítulo II da comissão permanente de avaliação de documentos, o Art. 9º e inciso IV, ao ‘[...] analisar os conjuntos de documentos para a definição de sua destinação final, após a desclassificação quanto ao grau de sigilo’. O sigilo é uma condição que se considera na classificação de uma informação, variando em diferentes graus/níveis, como ultrassecreto, secreto e reservado (Brasil, 2019). Segundo o ‘Guia Sobre informações classificadas e desclassificadas no âmbito do Poder Executivo Federal’ (Brasil, 2024), ao focar o sigilo no âmbito da desclassificação, deve pensar e fazer dois movimentos, a) sigiloso, tornar o conteúdo sigiloso que antes era não-sigiloso, b) não-sigiloso, tornar o conteúdo não-sigiloso, que antes era sigiloso. Portanto, o sigilo se figura nesta lógica em que o arquivista pode avaliar essa os motivos da atribuição de noção de sigiloso e não-sigiloso na aplicação da desclassificação, em que uma instituição e/ou sujeito podem solicitar a desclassificação de uma informação, removendo seu status de sigiloso e atribuindo-lhe o caráter de não-sigiloso, e vice-versa (Brasil, 2024).

A ‘discriminação e preconceito’, versa na marginalização, criminalização e estigmatização de alguns grupos sociais, em que o processo de classificação em alguma medida são atravessados através de lógicas colonizadoras que perpetuam violências e injustiças sociais, promovendo em determinada conjuntura social exclusão, como as minorias étnicas ou raciais que enfrentaram com mais ênfase a discriminação e o preconceito sistemáticos e estruturais que empurrado e mantido para as margens da sociedade a partir da classificação primeira, como, por exemplo, a comunidade LGBTQIA+, pois, para Vanin (2024) estratégia de aplicação da desclassificação como para organizar o legado LGBTQIA+ não objetiva substituir as abordagens convencionais, mas de



complementá-las, introduzindo operadores teóricos que eliminam hierarquias para a promoção do pluralismo lógico (Vanin, 2024, p. 250). A premissa pode ser aplicada para outras comunidades sub-representadas, pois, ela abre espaço de pluralidade de vozes e experiências que contribuíram e continuam a contribuir para a construção da identidade cultural das comunidades (Vanin, 2024), pois, discriminação e preconceito por conseqüências estão minimizados.

Quanto aos ‘riscos de perda de informação’, a preocupação da Arquivologia na ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento para revisões teórico-práticas epistêmicas ocorre também com a área Gestão de riscos. Ela se refere a ‘[...] organização que visa proteger todos os seus recursos (humanos, financeiros, materiais) das conseqüências de possíveis eventos aleatórios que possam ameaçar o crescimento ou desempenho da mesma.’ (Tavares, 2013, p.3). No âmbito da Arquivologia, por exemplo, é imprescindível se debruçar sobre o futuro no contexto de antecipação, no âmbito da preservação e conservação do legado das culturas e memórias, em que a desclassificação feita em acervos a filosofia do risco versa em reduzir o potencial informacional dos conteúdos dos documentos.

## 7 Considerações

A aplicação, reflexão e reavaliação dos processos metodológicos exploratórios desta pesquisa, como sua base filosófica e as inferências apontadas, revelam que o objetivo da pesquisa foi obtido. A hipótese apontada como uma das inferências descreve que a desclassificação pode ser pensada e aplicada através de um conjunto de bases teórica-epistêmicas. Porém, sobre essa hipótese, deve-se promover alargamentos por outros estudos teóricos e práticos para amadurecimento destas descobertas, ou para refutá-las, se for o caso.

Nestas bases teórica-epistêmicas, se destaca a ‘doutrina dos erros’, um fator que precisa ser instrumentalizado como motor do conhecimento para reconfiguração. Destaca-se também a mudança de *status*’, ela versa, entre outros, na distinção dos itens documentais pessoais e da vida produtiva institucionais do sujeito produtor que muitas vezes são confundidos como somente um fundo. Além destas, se visualiza a ‘mudança de suporte’, especialmente, quando se considera a transformação digital, pois, a lógica dos suportes sempre foi uma preocupação genuína na construção e preservação do conhecimento. Nesta lógica, se inclui pensar mais duas bases, como a ‘evolução e ruptura



tecnológica', essa que promove as mudanças de suportes, pois novos suportes e tecnologias inferem em pensar novas técnicas, uma vez que a técnica é conjunto de regras, protocolos e/ou modos de agir contextuais. É importante pensar as condições de 'sigilo', que em determinado momento da classificação foi aplicado para proteger o sujeito produtor e a própria informação contida nos documentos.

Além destas, é imperativo também considerar o 'domínio da discriminação' e o preconceito, na minimização as lógicas colonizadoras através das violências e injustiças sociais e simbólicas acerca das minorias étnicas, raciais e outros grupos sub-representados.

E por fim, deve-se pensar os 'riscos de perda de informação' que se debruça sobre os acervos atuais com vistas ao futuro no sentido de preservação da memória ao longo dos anos frente aos riscos eminentes naturais e humanos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.; SALDANHA, G. S. Tópoi, tropos, loci e a teoria da cultura contra o epistemicídio: diálogos com antonio garcía gutiérrez, 2021. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/193105>. Acesso em: 02 maio 2024.

ASSUNÇÃO, A. V. A poética do intelecto: relações entre o imaginário e a tecnologia na formação técnico-profissional. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/4758>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **O Racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEZERRA, V. C. A. **Epistemografia Interativa como prática em ambientes digitais**: um protótipo no Repositório Filatélico Brasileiro, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal [...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/decretos-federais/decreto-no-10-148-de-2-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 02 maio 2024.



BRASIL. **Guia sobre informações classificadas e desclassificadas no âmbito do poder executivo federal.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br/lai-para-sic/transparencia-passiva/guias-e-orientacoes/GuiaInfClasificadasatualizado.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit -Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais.** Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CANAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, S. A. Personal archives as auto/biography: (Re)constructing life narratives through personal archives, *In: ANTUNES. A. C. ; ANGJELIU, G.; BELLANOVA, M. Advances in Cultural Heritage Studies*, 2020. Contributions of the European Students' Association for Cultural Heritage, Mazu Press, Oeiras, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/46944736/Personal\\_archives\\_as\\_auto\\_biography\\_Re\\_constructing\\_life\\_narratives\\_through\\_personal\\_archives](https://www.academia.edu/46944736/Personal_archives_as_auto_biography_Re_constructing_life_narratives_through_personal_archives). Acesso em: 02 maio 2024.

CÓRDULA, A. C. C. *et al.* Arquivo pessoal José Simeão Leal: possibilidades de aplicação de produtos e serviços de informações arquivísticas. *In: OLIVEIRA, B. M. J. F.; ROSA, M. N. B.; CÓRDULA, A. C. C. (org.). Vidas desarquivadas: memórias que narram os arquivos privados pessoais.* João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 286p. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/361>. Acesso em: 02 maio 2024.

COUGO JUNIOR, F. A.; ALBERNAZ, R. O. A externalização de arquivos à luz da avaliação e patrimonialização arquivística. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES*, 6., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Coninter, 2017.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. A desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens socioculturais da organização do conhecimento, 17. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17, 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/190653>. Acesso em: 02 maio 2024.

FARIAS FILHO, J. R. *et al.* Método de pesquisa misto para identificação do problema de pesquisa. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 10, n. 22, p. 88-102, set./dez. 2018. Disponível em: [https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/5155](https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/5155). Acesso em: 02 maio 2024.



GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclassificação na organização do conhecimento**: ensaio pósepistemológico. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acesso em: 02 maio 2024.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LEAKEY, R. E.; LEWIN, R. **Origens**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

MELO, J. H.; SILVA, J. T.; ESTEVES, R. C. S. P. A. Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística. **Em Questão**, Porto Alegre, n. online, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/194697>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, L. M. V. ; SOBRAL, C. C.; SILVA, J. A. Repensando as cartas em arquivos pessoais. In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 7. 2018, Madri. **Anais [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Murcia. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/381/16>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTANA, S. R.; MELO, M. L.D.; MARTINS, E. E. O USO DOS SOFTWARES DE IDENTIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE TEXTUAL NO CONTEXTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DO KITSCH: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM VISTA À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA In: Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação, 6., 2024, Alagoas. **Anais [...]**. Alagoas: PPGCI/UFAL, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/visiti#schedule>. Acesso em: 14 out. 2024.



SILVA, C.; SILVA, R. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum**, Santa Maria. n. 37, p. 31-41, 2013.

TOHIDI, H.; JABBARI, M. M. Different Stages of Innovation Process. **Procedia Technonology**, v.1, p. 574-578, 2012.

THIRY-CHERQUES, H. R. SATURAÇÃO EM PESQUISA QUALITATIVA: ESTIMATIVA EMPÍRICA DE DIMENSIONAMENTO. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/09/SATURACAO\\_EM\\_PESQUISA\\_QUALITATIVA\\_ESTIMATIVA\\_E\\_MPIRICA\\_DE\\_DIMENSIONAMENTO.pdf](https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/09/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_E_MPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

VENÂNCIO, R. P. Governança arquivística: um tema de pesquisa em construção. In: CUNHA, F. J. A. P.; MATOS, M. T. N. B.; LIMA, G.L.Q. **Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: Teoria e prática**.2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

YEO, G. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. **The American Archivist**, Chicago, v. 71, p. 118-143, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40294496>. Acesso em: 22 maio 2024.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254829?show=full>. Acesso em: 11 jun. 2024.



## A MEMÓRIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO IFPB E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ARQUIVOLOGIA

### THE MEMORY OF THE STUDENT COUNCIL AT IFPB AND POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO ARCHIVELOGY

Irany Rodrigues Barbosa<sup>1</sup>  
Sandra Maria Campos Alves<sup>2</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa foi realizada na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Mossoró. Este artigo é fruto da pesquisa realizada no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e debruça em um resgate histórico da primeira década desta instituição no tocante a memória do movimento estudantil secundarista por meio do Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) e seu enlear com a educação não formal nos espaços formais de educação. O estudo é de natureza qualitativa com método da pesquisa documental realizado análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Para entender a problemática quanto às contribuições do GRETEC na memória institucional do IFPB Campus João Pessoa, trazemos os debates voltados a educação não formal de Gomes e Vitorino (2017) e Gohn (2020) e o contributo de Michel Pollak (1992) e Ciavatta (2005) quanto a memórias silenciadas e esquecidas de grupos sociais, além de possíveis contribuições para a Arquivologia, Belloto (2014) e Schmidt (2024). Nas conclusões abordamos as contribuições do movimento estudantil para a memória institucional a partir de suas lutas e como a pesquisa documental do GRETEC pode contribuir para arquivologia no tocante a incorporação desta na gestão documental e nos instrumentos de gestão.

**Palavras-chave:** Memória; Arquivologia; Grêmio Técnico Estudantil; Educação Profissional e Tecnológica.

#### ABSTRACT:

This research was conducted in the research line “Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education” of the Master's in Professional and Technological Education (ProfEPT) offered at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Mossoró. This article is the result of research conducted at the Center for Documentation and Research in Professional Education of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) and delves into a historical recovery of the first decade of this institution

<sup>1</sup> Arquivista | Mestra em Educação Profissional e Tecnológica | irany.iris@gmail.com

<sup>2</sup> Engenheira Agrônoma | Doutora | sandra.campos@ifrn.edu.br



regarding the memory of the secondary student movement through the Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) and its involvement with non-formal education in formal education spaces. The study is qualitative in nature, using the documentary research method and Laurence Bardin's (2011) content analysis. To understand the issue regarding GRETEC's contributions to the institutional memory of IFPB Campus João Pessoa, we bring forth the debates on non-formal education by Gomes and Vitorino (2017) and Gohn (2020), and the contributions of Michel Pollak (1992) and Ciavatta (2005) regarding the silenced and forgotten memories of social groups, in addition to possible contributions to Archival Science by Belloto (2014) and Schmidt (2024). In the conclusions, we address the contributions of the student movement to institutional memory based on their struggles and how GRETEC's documentary research can contribute to archival science in terms of incorporating it into records management and management tools.

**Keywords:** Memory; archival Science; education; Student technical guild; Professional and Technological Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Para este artigo abordamos a pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no âmbito do Campus João Pessoa, efetivada durante o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) vinculado ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em relação à importância do Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) no contexto da memória do IFPB, Campus João Pessoa.

Após aprovação no comitê de ética em pesquisa em outubro de 2022, foi dado início a coleta de dados em duas fases, sendo estas: pesquisa documental nas fontes encontradas de documentos físicos no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP) e entrevistas com grupos sociais identificados, porém neste artigo debruça-se apenas no material documental do movimento estudantil secundarista para a compreensão, análise deste, e posterior considerações.

A partir da análise de conteúdo na documentação do GRETEC pudemos verificar as tipologias documentais produzidas e a sua relevância para a memória do IFPB. No tocante ao conteúdo dos documentos, a maioria, administrativos e de correspondência oficial. É importante ressaltar que foram encontrados apenas quatro caixas de arquivo correspondentes ao recorte temporal estabelecido (primeira década do IFPB) e estas estão sob custódia do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), órgão vinculado à Reitoria do IFPB.



A partir deste, lançamos a seguinte questão: quais contribuições o grêmio estudantil do IFPB pode prover na gestão documental e memória institucional? Para resolver essa indagação lança-se o objetivo de analisar a literatura e cruzar os dados coletados para alcance e resposta ao problema proposto.

Portanto, para este estudo é necessário trazemos a autora Gohn (2006, p. 35), que por sua vez considera que a relevância da sociedade civil organizada formadora dos sujeitos os quais são envolvidos na educação não formal e informal cujo “os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais.”

Este artigo se debruça sobre as contribuições do Grêmio Técnico Estudantil do IFPB, Campus João Pessoa e sua relevância na memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na memória institucional a partir da produção de documentos deste coletivo que embasa ações promovidas, função e funcionamento do GRETEC e sua atuação na primeira década do IFPB ocorrida de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Quanto a arquivologia e gestão documental, podemos considerar que a partir do fomento da inclusão deste fundo nos instrumentos de gestão, podemos mudar a realidade dessa documentação e de outros fundos semelhantes. Encontramos um fundo que ocorreu dispersão por não estar acobertado de uma política de recolhimento ou gestão, além de não comporem os instrumentos de gestão como a tabela de temporalidade de documentos (TTD) e possuir código de classificação documental (CCD).

De acordo com (SCHIMIDT, 2024) que considera a classificação como significado do documento em seu contexto, já a avaliação identifica o valor do documento, portanto, a aplicação de um código de classificação pode determinar a eliminação de documentos não mais necessários conforme seus valores legais e fiscais e atribuir seu valor histórico.

A saber, a contribuição destes movimentos da sociedade civil organizada pela Educação “abrange questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, pessoas com deficiência, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais entre outros. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes.” A seguir Gohn (2006, p. 35 e p. 36) lista as principais demandas e eixos envolvendo as contribuições dos movimentos estudantis.

A cada luta corresponde um momento do processo de aprendizagem, típico da educação não-formal, a saber: Lutas pelo acesso; Aumento de vagas; Escola pública com qualidade; Gestão democrática da escola; Escola com projetos pedagógicos que respeitem as culturas locais; Valor das mensalidades das escolas particulares; Por políticas públicas;



Realização de experiências alternativas; Luta no processo de implantação de novos modelos, experiências ou reformas educacionais, envolvendo organização, trajetória das experiências, acompanhamento, construção de cultura política, redefinição do conceito de participação ; Luta dos professores e outros profissionais da educação por condições salariais e de trabalho; Lutas dos estudantes por vagas, condições, mensalidades, refeitórios, moradia, contra discriminações, etc.

É nessa perspectiva que os espaços não formais a exemplo do movimento estudantil secundarista são relevantes para formação política educacional dos estudantes. Esses espaços também são formadores e proporcionam a partir de eventos, reuniões e da própria luta em prol de melhorias locais um rico aprendizado e o alcance de ganhos para toda comunidade, seja na estrutura física das escolas seja na estrutura pedagógica que abarca até melhorias salariais dos profissionais de educação.

Portanto para dialogar com relação a educação formal e não formal envolvendo os sujeitos pesquisados, consideramos as colocações de (GOMES et al., 2017) que aborda tal temática, para compreendermos os momentos em que os sujeitos participam da educação formal e não formal e sua importância na vida social e na própria formação e acesso aos recursos dispostos em sociedade.

A educação coloca e formata o indivíduo em uma cultura e também o forma para os processos sociais, políticos e culturais que o acompanharão ao longo de sua vida. Isso ocorre de duas maneiras: aquela que consideramos formais por seu caráter regulamentar, planejado, especializado e intencional, e aquela que chamamos de não formal, por ocorrer fora do âmbito oficial/escolar, porém de maneira organizada e sistemática (Gomes; Vitorino, 2017, p. 16).

Para contextualizar precisamos explicar o funcionamento da educação formal que segundo a mesma autora “há um conjunto de princípios que também estabelecem esse tipo de educação. Entre eles estão uma matriz curricular, uma rede estruturada de poderes hierárquicos e regras estabelecidas nacionalmente, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação”. Portanto, toda uma legislação nas esferas federais, estaduais e municipais tendo como bojo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.131/95).

Quanto ao espaço não oficial, segundo os mesmos autores, trata-se de locais a exemplo de comunidades, associações de moradores, museus, entre os mais variados eventos e momentos em que grupos sociais se reúnem, convivem e trocam conhecimentos e saberes e dentre estes o movimento estudantil secundarista que aqui reforçamos sua relevância e memória agregadora a instituição ao qual é vinculado.



## 2 METODOLOGIA

Neste artigo utilizamos a pesquisa documental com abordagem qualitativa e para entender um pouco sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2002) apresenta o seguinte:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (Gil, 2002, p. 46)

Com relação ao local da pesquisa, esta foi realizada no NDPEP que é o setor responsável pela preservação da memória institucional do IFPB ao longo de sua história, desde 1909 (ano de fundação da escola de Aprendizes Artífices) além de receber visitação, realiza diversos trabalhos de catalogação dos artefatos documentais e digitalização de mídias, contudo, o seu acervo possui mais de 5 mil peças entre fotografias, fitas de vídeo, documentos administrativos entre outros suportes.

O NDPEP foi criado por meio da Portaria nº 01/2010, cujo objetivo é realizar o resgate histórico documental e a preservação da memória do IFPB, além de receber diversos pesquisadores e comunidade em geral, viabiliza a produção de conhecimento de forma crítica sobre a história da Educação Profissional (EP) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), órgão suplementar vinculado à Reitoria do IFPB, fica localizado na Av. João da Mata, 256 – no bairro de Jaguaribe, João Pessoa – PB, no Edifício Coriolano de Medeiros, popularmente conhecido como “casa rosada”.

Utilizamos aqui a metodologia de Bardin (2011) para os contextos documentais pré-analisados, sendo estes, portanto, de classificação arquivística como material de correspondência oficial. Para tal, o método de análise segundo Bardin (2011, p. 124) corresponde a “diferentes fases da análise de conteúdo e organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.”



Ao contactar a equipe de servidores do NDPEP foi nos apresentado as quatro (4) caixas de documentos referente a primeira década do então IFPB (2008-2018), estas ainda em espera de uma organização arquivística, pois o setor passa por dificuldades de recursos humanos assim como de espaço físico, porém, a maior parte da documentação do movimento estudantil já se encontrava organizada no tocante a décadas anteriores.

O Quadro 1 apresenta o detalhamento das atividades realizadas nas etapas de organização, categorização e Inferências/Interpretações dos arquivos recebidos.

**Quadro 1** – Etapas da análise de conteúdo da pesquisa segundo Laurence Bardin (2011)

<b>Etapa 1 - Organização</b>	<b>Método de coleta de dados</b>	<b>Procedimento de registro dos dados</b>	<b>Organização dos dados</b>
	Análise documental das fontes	Análise e escrita por meio de fichamento	Descrição e interpretação
<b>Etapa 2 - Categorização</b>	<b>Inventário</b>	<b>Classificação</b>	<b>Enumeração</b>
	Toda documentação encontrada em quatro (4) caixas com mais de 500 itens documentais em papel	Recebidos e produzidos no GRETEC	Cronologia organizada por gestão
<b>Etapa 3 - Inferências/interpretações</b>	<b>Acervo</b>	<b>Tipologias documentais</b>	<b>Seleção do material</b>
	Toda documentação pesquisada foi em suporte de papel sendo estes, impressos, manuscritos e cópias simples ou autenticadas em cartórios.	Projetos de eventos; Ofícios de solicitações; Memorandos de solicitações; Atas de posse; Termos de posse; certificados de posse; Listagens de participação; Abaixo-assinados; Folhetos de evento; Declarações de vínculo; Termos de autorizações de menores; Atas de eleições; Editais de eleições; Ordem de serviço; Cartas; Atas de reuniões; Carta de renúncia entre outros.	Foram selecionados os documentos produzidos pelo GRETEC uma vez que refletem intimamente a função e os feitos dos Gremistas envolvidos na gestão (Presidência e diretorias) durante a primeira década do então IFPB (2008 a 2018).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

A documentação correspondente ao movimento estudantil durante as diversas fases da instituição (EAAPB; LIJP; EICM; EIFPB; ETFPB; CEFETPB e IFPB)<sup>3</sup> ocupam grande

<sup>3</sup> Na sequência das siglas: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba; Liceu Industrial de João Pessoa; Escola Industrial Coriolano de Medeiros; Escola Industrial Federal da Paraíba; Escola Técnica federal da Paraíba;



parte de uma estante e já se encontram organizadas de modo a facilitar o acesso e a preservação da informação dos mesmos, mas como já mencionado, nosso recorte considerou apenas a primeira década do IFPB que corresponde de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Partindo para análise do conteúdo, foram pré-analisados mais de 540 documentos um a um, contudo pudemos identificar variadas tipologias, conforme descritas no Quando 1 e com isto pudemos verificar que a partir da produção dos documentos, realizados no âmbito do GRETEC, pelos próprios gremistas, foi possível identificar com afinco as funções exercidas, as reivindicações, os projetos, os eventos organizados e as lutas travadas por uma educação pública de qualidade e justiça social.

Foram realizadas consultas a egressos que fizeram parte da gestão do GRETEC para tirar dúvidas, pois, ainda faltavam muitos documentos, que segundo eles, devido a muitas mudanças de salas do Grêmio, se perderam. Então pudemos perceber que é um setor que não é coberto por uma gestão documental de recolhimento ou transferência, e que não há menção de tal fundo nos planos de classificação e tabelas de temporalidades das IFES<sup>4</sup>.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que é constituída por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II<sup>5</sup>, que atuam no âmbito da educação secundarista e Superior. Portanto, possuem demandas consideráveis para incluir a documentação produzida pelo movimento estudantil em um plano de recolhimento de documentos dos Arquivos Centrais e/ou Centros de Memórias.

A segunda parte da análise de conteúdo nos debruçamos sobre os documentos produzidos de comunicação interna e externa, a exemplos de ofícios e memorandos,

---

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

<sup>4</sup> Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade são instrumento da gestão documental segundo Bernardes (2008, p.10).

<sup>5</sup> Fonte: Ministério da Educação MEC. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal#:~:text=Em%202022%2C%20a%20Rede%20Federal,e%20o%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II.>



mesmo com sequência incompleta foi possível identificar feitos e pedidos de melhoria, além da participação ativa dos gremistas em atividades de organização desportivas, culturais e educacionais como exposto no Quadro 2.

**Quadro 2 – Análise da amostra**

<b>Gestão do GRETEC (2008 a 2018)</b>	<b>Amostragem selecionada (um documento de cada gestão dentro do recorte temporal)</b>	
<b>Unidade de Registro (UR)</b>	<b>Unidade de Contexto (UC)</b>	<b>Eixo Temático</b>
<b>G1 - 2008-2009</b>	Ata de eleição C.R.C (17/10/2008)	Intervenção organizacional
<b>G2 - 2010-2011</b>	Regulamento GRETEC do III torneio de Futsal (20/04/2010)	Intervenção esportiva
<b>G3 - 2012-2013</b>	Edital de eleição para gestão (2014-2015)	Intervenção gerencial
<b>G4 - 2014-2015-2016</b>	Folheto em prol das ocupações com evento para 17/12/2016	Intervenção política
<b>G5 - 2016-2017</b>	Carta aberta com pedido de afastamento (11/12/2017)	Intervenção disciplinar
<b>G6 - 2018-2019</b>	Ofício nº 03/2018 GRETEC (31/10/2018) Solicitando liberação de alunos para participar de aulão do ENEM	Intervenção educacional

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

A documentação produzida pelo Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) se encontra bastante falhada no sentido de cronologia das comunicações oficiais e com lacunas em relação às seis gestões que dirigiram o GRETEC entre 2008 e 2018, primeira década do IFPB no Campus João Pessoa. Quando separada a documentação por gestão pudemos selecionar uma amostra baseada nos assuntos de maior relevância quanto aos feitos políticos e culturais, sendo contribuições valiosas promovidos por tal grupo social.

Foram analisados mais de quinhentos documentos sendo a amostra obtida a partir de oitenta e seis, produzidos pelo GRETEC durante o período mencionado e dividido por gestões, oito da primeira gestão (G-1); quarenta da segunda gestão (G-2); cinco da terceira gestão (G-3); dez da quarta gestão (G-4); dezoito documentos da quinta gestão (G-5) e cinco da sexta gestão (G-6).

Demos falta de documentos normativos, de posse de algumas diretorias e sequência cronológica de documentos de comunicação oficial a exemplo de ofícios e memorandos, além de ter sido encontrados alguns documentos pertencentes a categorias vinculadas ao GRETEC como o exemplo de atas do Conselho de Representação de Classe (C.R.C) e ofícios da Associação Estudantil de Grêmios Técnicos da Paraíba (ASSEGT)



fundada em novembro de 2015 conforme minuta do regimento a nós enviada por um egresso. Tudo isso reflete a não cobertura da gestão documental neste tipo de fundo.

A ASSEGT intermediava e orientava todos os Grêmios Técnicos nos Campi do IFPB em relação aos processos eleitorais dentre outras atividades para uma integração e diálogo das lutas e unificação de pautas que abarcasse o Estado alinhando-se às pautas do movimento estudantil nacional. É possível que esta entidade seja a pioneira na região nordeste, porém uma pesquisa mais aprofundada poderia responder tal interrogação.

A partir dos eixos temáticos do quadro anterior chegamos a tais categorias abaixo (quadro 3), para assim cruzarmos com o eixo teórico.

**Quadro 3 – Categorização com base na análise de conteúdo**

Categorização	Interpretação		
	UR	Conceito norteador	Categorias finais
G1	1-Processo eleitoral democrático; 2-participação coletiva; 3-estudantes secundaristas; 4-participação gremista.	Eleição organizada pelo GRETEC conforme prerrogativa do próprio estatuto na qual elegeu-se representantes de cada curso para o chamado Conselho de Representantes de Classe e conselho fiscal formando assim uma estrutura democrática escolar.	1- Estrutura democrática secundarista
G2	5-Normatização de regras; 6-protagonismo da juventude; 7-iniciativas para esporte e lazer.	Normativa criada pelo GRETEC para um torneio de futsal organizado de forma técnica e responsável inserindo esporte e lazer no ambiente escolar e evidenciando o protagonismo dos alunos.	2- Protagonismo e a presença da educação não formal na escola
G3	8-Gestão democrática; 9-continuidade dos processos; 10-formação política.	Elaboração de edital pela gestão do GRETEC como continuidade dos processos para escolha de novos membros e mesa diretora.	3- Gestão democrática no movimento político secundarista
G4	11-Participação coletiva; 12-luta estudantil por educação; 13-engajamento externo; 14-marco do movimento estudantil no IFPB;	Folheto de evento cultural durante a ocupação do Campus João Pessoa, que apresenta o engajamento dos estudantes com a comunidade externa e a luta em prol do fechamento de escolas e congelamento de recursos para a educação, entre outras pautas.	4- Engajamento na ocupação com a sociedade em prol da educação
G5	15-Responsabilidade política; 16-disciplina escolar; 17-autoavaliação.	Foi encontrado uma carta de renúncia de um gremista após um congresso da UBES e este conteúdo reflete o cumprimento ao	5- Disciplina aplicada aos gremistas e regida por normativas



		regimento do GRETEC, auto avaliação e disciplina,	com teor de autoavaliação
<b>G6</b>	18-Coletividade; 98-engajamento político; 20-engajamento educacional.	Comunicação interna solicitando liberação dos alunos vestibulandos a participarem de aula para o ENEM que ocorreu fora da instituição	6- Interesse no coletivo para além das lutas internas na instituição

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

A partir dos eixos temáticos no quadro 3: “Intervenção organizacional”, “Intervenção esportiva”, “Intervenção gerencial”, “Intervenção política”, “Intervenção disciplinar” e “Intervenção educacional” extraídas de documentos selecionados na análise documental chegamos às vinte categorias elencadas no Quadro 3 sob luz de Sousa (2019, p. 1413) foi realizado o esquema de categorias iniciais, conceito norteador e categorias finais, sendo estas resultado das categorias iniciais.

No sentido de analisar as contribuições do Grêmio Técnico Estudantil do IFPB, Campus João Pessoa na memória institucional e sua relação com a educação não formal nos espaços educacionais e de luta evidenciamos estas por meio de inferências no quadro 3.

Deste modo chegamos às categorias finais, sendo estas: Estrutura democrática secundarista; Protagonismo e a presença da educação não formal na escola; Gestão democrática no movimento político secundarista; Engajamento na ocupação com a sociedade em prol da educação; Disciplina aplicada aos gremistas e regida por normativas com teor de autoavaliação e Interesse no coletivo para além das lutas internas na instituição.

Adiante será explanado as contribuições dos sujeitos da pesquisa e atuações por meio da história marcada em fontes documentais, assim como possíveis contribuições para o fazer arquivístico e memória institucional.

### 3.1 Contribuições para arquivologia e para memória institucional

Para contextualizar esta pesquisa é importante compreender um pouco da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Sendo assim, na Constituição de 1988, a EPT ganhou um novo regulamento, sendo reconhecida como uma modalidade de ensino igualitário ao ensino regular. De acordo com a legislação, "A educação profissional



deve ser oferecida de forma integrada ao ensino regular, garantindo aos estudantes o desenvolvimento de competências técnicas e a formação cidadã".

Essa mudança fortaleceu a busca por uma educação técnica mais abrangente, que valorizasse não apenas as habilidades técnicas, mas também a formação humana e ética dos estudantes. Segundo Dermeval Saviani (2007), destacado educador e filósofo da educação, "a formação profissional deve estar intrinsecamente relacionada à formação humana, proporcionando ao aluno não apenas habilidades técnicas, mas também uma visão crítica do mundo e seu papel como cidadão".

Nesse contexto que a *omnilateralidade* se encontra embricada a EPT, pois essa abordagem, também conhecida como educação integral ou educação holística, valoriza não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, físico, social e ético do educando. E é nessa perspectiva que enfatizamos a importância do grêmio estudantil do IFPB na história e memória dessa instituição, pois, este movimento é a materialização do pensar/fazer político, social, crítico e exercício na prática da cidadania.

A história do Grêmio Estudantil no IFPB iniciou na década de 60 quando a instituição era ainda a Escola Industrial Coriolano de Medeiros cujo documentos comprovam a criação do Diretório Estudantil Técnico Industrial (DETI) foi precisamente fundado em 1961. De acordo com Candeia (Donner, 2017), no ano de 1963 houve uma greve dos estudantes que ocasionou a saída do Diretor da época, José Jurema de Carvalho.

Conforme pesquisa de Candeia (Donner, 2017) ainda em 1967 o Grêmio passa a se chamar "Grêmio Técnico Estudantil (GRETE) mas mesmo diante de um movimento estudantil forte a história deste foi atravessada pela Ditadura Militar (Golpe Militar de 1964) e com isto após o AI-5 – Ato Institucional n.º 5 em 13 de dezembro de 1968, que ocasionou o fechamento do Congresso Nacional, período que tanto a UNE<sup>6</sup>, a UBES<sup>7</sup> quanto os Grêmios Estudantis foram fechados dando lugar ao "CCE - Centro Cívico Escolar, que apenas burocraticamente representava os estudantes dentro e fora da unidade escolar".

Em 1985 foi instituído a "Lei dos Grêmios" Lei Nº 7.398, de novembro de 1985, que "Dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º grau e assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios" e em 1986 ocorreu um congresso da UBES fator que no ano seguinte, precisamente abril de 1987 o Grêmio Técnico Estudantil

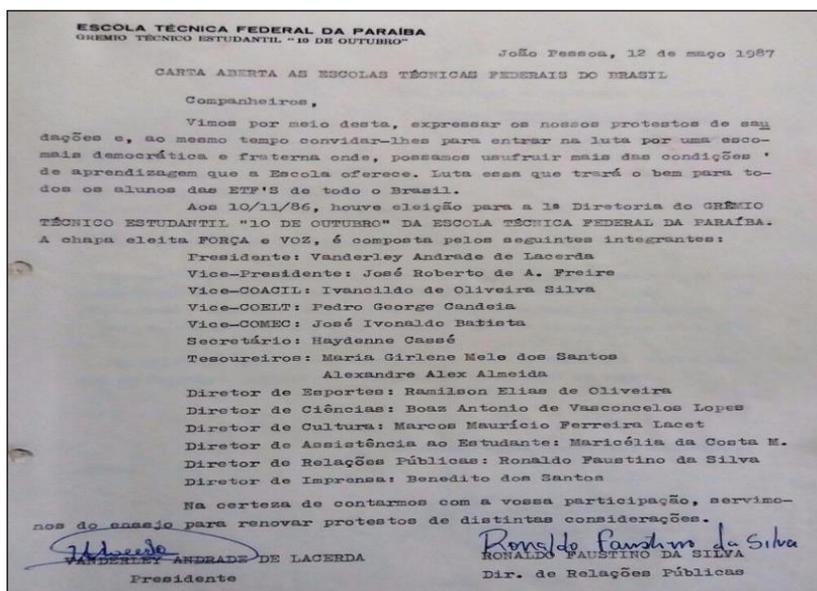
<sup>6</sup> União Nacional dos Estudantes - UNE

<sup>7</sup> União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES



foi criado, período ainda da Escola Técnica Federal da Paraíba, conforme documento oficial da Figura 1.

**Figura 1** – Imagem digitalizada do documento de posse da primeira diretoria do Grêmio Estudantil



Fonte: Acervo do NDPEP, 2016.

Aqui, temos um ato legal que comprova a relação da proveniência, princípio basilar para a constituição de um fundo. “Além da relação orgânica com o seu produtor e entre si, o chamado vínculo arquivístico” (Bellotto, 2014).

O recorte temporal aqui pesquisado confere a primeira década do então IFPB, instituição que nasceu da “Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa”, conforme artigo 5º, inciso 21 da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Portanto, considerando o decreto nº 7.022 de 2 de dezembro de 2009 que estabelece medidas organizacionais e dar suporte à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892 /2008, estamos nos referindo precisamente o período de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Diante das dificuldades encontradas em relação às fontes documentais um pouco dispersas e faltando documentos da época para uma melhor organização dos fatos e feitos do GRETEC, ressaltamos que corroboramos com o pensamento de que “a vivência com os colegas de infância e de juventude tornam-se, mais tarde, densos “lugares de memória”, contribuindo para a construção de uma identidade singular e, ao mesmo tempo, coletiva, [...]” como afirma Ciavatta (2005).



É importante que haja um “enquadramento” da memória conforme é abordado na obra de Pollak (1992) para que grupos sociais que acabam ficando à margem da memória oficial, caindo no silenciamento ou esquecimento como e para tal carece de resgate e, portanto, “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é.” E é nessa perspectiva que aprontamos o quadro a seguir.

**Quadro 4** – Presidências do GRETEC na primeira década de IFPB – Campus João Pessoa

Sequencial	Ano de gestão	Gestão por gênero	Nome oficial do GRETEC	Observações
1º Presidente	2008-2009	Feminino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	Primeira presidente do GRETEC na primeira década do IFPB.
2º Presidente	2010-2011	Feminino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	-
3º Presidente	2012-2013	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	-
4º Presidente	2014-2016	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	Período das ocupações nas escolas do Brasil; Criação da ASSEGT/IFPB.
5º Presidente	2016-2018	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	-
6º Presidente	2018-2022*	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	*Gestão que se prolongou até o período pandêmico.

**Fonte:** Própria autora, 2023.

A primeira gestão do GRETEC ocorreu em um período de transição em que o CEFET passou a ser IFPB e foi nesse período que uma menina ocupou então essa liderança fazendo dela a segunda da história da instituição e a primeira do período IFPB, Campus João Pessoa a atuar juntamente com a vice-presidente, mais, secretário-geral, 1º secretário, tesoureiro geral, diretora de esportes, diretor de cultura, diretor educacional e diretor de imprensa, assim como estava documentado na ata de posse da época.

No Quadro 4, podemos destacar três momentos importantes na memória do movimento estudantil secundarista do IFPB, campus João Pessoa. O primeiro destaque é para a primeira presidente do GRETEC da “era IFPB”, que ocupou o espaço político e de representatividade para todas as meninas naquele momento em que aconteciam mudanças significativas, estruturais e curriculares no espaço escolar daquela instituição. Fazemos um adendo para alteração do nome do Grêmio na quarta gestão, conforme apareceram nos documentos pesquisados, porém, não encontramos o fator ou motivo do ocorrido.

O segundo marco do movimento estudantil secundarista no IFPB foi o período de ocupações nas escolas em todo o país unindo alunos e comunidade em prol da luta por



educação pública de qualidade, debate em torno do congelamento dos recursos para educação pelo governo federal e a reorganização escolar com fechamento de escolas no estado de São Paulo (Piolli *et al.*, 2016).

Um período de bastante efervescência foi iniciado em 2015, mas, foi em 2016 o ápice da luta estudantil e que gerou muita produção do conhecimento levando alguns autores a nomear de “primavera secundarista” (Martins *et.al.*, 2020) todo o engajamento político dos estudantes do ensino médio e ensino médio técnico das escolas públicas.

Para contextualizar o fato, voltemos ao início das ocupações escolares que tiveram como principais atores o movimento estudantil secundarista tendo como base forte os grêmios estudantis de várias escolas públicas brasileiras. O movimento iniciou-se no estado de São Paulo com a proposta do fechamento de escolas públicas que tinha como objetivo uma reorganização escolar, conforme aponta Gohn (2019):

La resistencia contra la reforma del estado de São Paulo generó otro movimiento social: el movimiento “No Cerrar Mi Escuela” – comenzó en 2015 como una página de Facebook. Creada por un colectivo, el conjunto, vinculado a la red PSOL y Emancipa, para contribuir en la lucha contra el cierre de escuelas que serían promovidas por la reorganización escolar. Luego también se destacó por las prácticas de 'fun acts' -acciones relámpago en lugares de visibilidad o residencia de los políticos. El 4 de mayo de 2016, un fun act fue convocado a través de Facebook para protestar por el escándalo de corrupción del almuerzo escolar paulista (Gohn, 2019 p. 66).

As ocupações e protestos organizados pelos gremistas no IFPB iniciaram na capital e depois partiu para outros Campi e para dialogar com as categorias elencadas na metodologia é importante ressaltar o engajamento político dos estudantes que marcaram todas as gestões do movimento estudantil secundarista e que atravessaram as várias mudanças na instituição conforme revela a memória institucional anterior ao IFPB, portanto, para contemplar o objetivo desta pesquisa nos voltamos para momentos demarcados e considerados relevantes neste estudo. É importante resgatar esse período no IFPB por meio de documentos e notícias uma vez que os gremistas se tornaram protagonistas na luta pela educação envolvendo a sociedade e dando uma verdadeira aula de cidadania nos espaços formais com atividades culturais, educativas e social durante uma média de dois meses de ocupação assim como nas ruas e nos espaços de poder político.

O terceiro momento foi a criação da Associação Estudantil de Grêmios Técnicos (ASSEGT/IFPB) ainda em 2015 e que possibilitou uma articulação maior nas pautas



políticas do GRETEC em termos de organização e apoio aos Grêmios dos demais campi do IFPB e com isto podemos considerar que os estudantes estavam fortalecidos politicamente durante os dois meses de ocupações que ocorreram no Campus João Pessoa e cuja pautas foram elencadas em reportagem da Assembleia Legislativa.

A PEC 241, de autoria do presidente Michel Temer, e que já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados no último dia 10, visa instituir por 20 anos o Novo Regime Fiscal para todos os Poderes da União fixando para cada ano o para a despesa primária do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo. De acordo com a matéria, os valores fixados serão corrigidos em cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). [...] Já a MP 746, promove alterações na estrutura do ensino médio implantando escolas de tempo integral, determinando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como obrigatórias, assim como o ensino da Língua Inglesa a partir do sexto ano e restringindo a obrigatoriedade das disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia.” (Assembléia Legislativa Da Paraíba, 2016)

Sabe-se que aquele movimento estudantil, mesmo que não tenha alcançado os objetivos de reverter os prejuízos advindos com as medidas do governo à época, todos esses fatos envoltos a luta por direito a educação pública e de qualidade, pelo envolvimento de professores e sociedade civil em geral é verdade que obtiveram a legitimidade merecida e ganhos por meio de formação política e social que advém também da educação não formal assim como empoderamento e o sentimento de uma semente plantada para as próximas gerações.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável as contribuições do movimento estudantil secundarista no seio escolar e social e isto se torna a florado em tempos de crise no qual a juventude se coloca na linha de frente organizada e com pautas contundentes em prol da defesa de seus direitos enquanto estudantes. Este estudo traz também indagações: Como resgatar e enquadrar a memória dos grêmios técnicos estudantis? Conforme apresentamos neste estudo, não há só um grêmio no IFPB. Como se encontram a documentação nos demais *campi*? Quais soluções para incorporar os fundos do movimento estudantil na gestão documental?

Essa lacuna na gestão de documentos pode ser solucionada a partir da revisão dos códigos de classificação e tabela de temporalidade da atividade fim das IFES, incorporando no eixo ensino toda documentação produzida pelo movimento estudantil, pois este possuem vínculo institucional a partir da matrícula e desde sua gênese enquanto



movimento social participam ativamente para melhorias da educação pública, estando presentes nos colegiados, conselhos e comissões, além da sua parcela na memória institucional.

Para tal, consideramos que profissionais envolvidos na organização da memória institucional busquem fomentar e elaborar políticas de recolhimento de documentos e um olhar mais atento aos movimentos estudantis de seus campi e/ou suas instituições, no tocante a produção e preservação documental além do descarte responsável também, conforme emana as normas e leis de Arquivo.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, p. 54, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.477.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

DONNER, Felipe. Fundação da nossa primeira organização estudantil foi no dia 5 de abril. **Direção de Comunicação e Marketing do Instituto Federal da Paraíba**. 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/noticias/2017/04/pesquisa-destaca-fundacao-da-nossa-primeira-organizacao-estudantil>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos(ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 27-38, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, democracia, educação e direitos no Brasil: 2013-2018. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 55-71, 2019.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; VITORINO, Diego da Costa. **Educação formal e não formal**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017.

Legislativo da Paraíba. **Assembleia realiza audiência pública com estudantes sobre ocupação de escolas na Paraíba**. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/23287/assembleia-realiza-audiencia-publica-com-estudantes-sobre-ocupacao-de-escolas-na-paraiba.html>. Acesso em: 16 jan. de 2022.



MARTINS, Jonathan Alves; QUEIROZ, Maria Aparecida. Engajamento coletivo na primavera secundarista: a ocupação da escola estadual José Lins do Rego. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, out. 2020.

Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional do IFPB: **Estudantes da ETFPB – 1986**. Blog do NDPEP – IFPB. 4 de agosto de 2016. Disponível em: <http://nucleodocifpb.blogspot.com/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. 21–35, ago. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Classificação em Arquivos: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2024. p.294.



**ARQUIVOLOGIA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:** uma análise sob os preceitos da Teoria Crítica da Informação e da Competência Crítica em Informação

**ARCHIVAL SCIENCE AND INFORMATION LITERACY:** an analysis under the precepts of Critical Information Theory and Critical Information Literacy

Renata Lira Furtado<sup>1</sup>  
Ana Roberta Pinheiro Moura<sup>2</sup>  
Amanda Yvaloo Brasil Feitosa<sup>3</sup>

## RESUMO

A pesquisa apresenta a interlocução entre a Competência em Informação e a Arquivologia a partir de três eixos: 1) Competência em informação e aprendizagem no contexto arquivístico; 2) Competência em informação e o fazer arquivístico; e 3) Fenômenos Informacionais na Arquivologia. O Estudo se configura como a segunda fase de uma pesquisa e tem como objetivo investigar as possíveis relações da díade Arquivologia – Competência em informação com os preceitos da Teoria Crítica da informação e da Competência Crítica da Informação. Metodologicamente, a pesquisa adota a Revisão Bibliográfica Sistemática para coleta de dados. Os resultados foram analisados por meio da Análise comparativa e apresentados em um mapa conceitual. Os resultados obtidos evidenciaram a relação entre os aspectos teóricos investigados, sublinhando a Competência Crítica em Informação como ferramenta de transformação social, que auxilia nos processos de produção, uso, destinação e acesso à informação, de forma eficaz, ética e responsável incluindo todos os atores sociais envolvidos nesse processo. Os temas abordados nesta pesquisa ainda são pouco explorados na comunidade arquivística, tornando-se essencial a continuidade deste estudo, bem como o desenvolvimento de outras pesquisas acerca dos temas, com o intuito de ampliar a discussão e a aplicação desses conceitos no campo arquivístico, visando novas e significativas contribuições para a área.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Competência em Informação; Teoria Crítica em Informação; Competência Crítica em Informação.

## ABSTRACT

The research presents the dialogue between Information Literacy and Archival Science based on three axes: 1) Information Literacy and learning in the archival context; 2) Information Literacy and archiving; and 3) Informational Phenomena in Archival Science. The Study is configured as the second phase of research and aims to investigate the possible relationships of the Archival Science – Information Literacy dyad with the precepts of Critical Information Theory and Critical Information Literacy. Methodologically, the research adopts the Systematic Bibliographic Review for data collection. The results were analyzed using comparative analysis and presented in a

<sup>1</sup> Professora | Doutora em Ciência da Informação | re23br@gmail.com

<sup>2</sup> Arquivista | Mestra em Ciência da Informação | anaroberta@ufpa.br

<sup>3</sup> Arquivista | Graduada | mflourite@gmail.com



concept map. The results obtained highlighted the relationship between the theoretical aspects investigated, highlighting the Critical Information Literacy as a tool for social transformation, which assists in the processes of production, use, destination and access to information, in an effective, ethical and responsible way, including all social actors involved in this process. The themes covered in this research are still little explored in the archival community, making it essential to continue this study, as well as the development of other research on the topics, with the aim of expanding the discussion and application of these concepts in the archival field, aiming to new and significant contributions to the area.

**Keywords:** Archival Science; Information Literacy; Critical Information Theory; Critical Information Literacy.

## 1 INTRODUÇÃO

A interlocução entre a Arquivologia e a Competência em Informação (CoInfo) tem ganhado espaço dentro de pesquisas desenvolvidas no universo Arquivístico. As pesquisas que relacionam Competência em Informação (CoInfo) e Arquivologia estão ganhando destaque, especialmente no contexto internacional, onde temas como *Archival Literacy* e *Archival Intelligence* são mais discutidos. No Brasil, as pesquisas se intensificaram com a tese de doutorado 'A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada' de Furtado (2019), que identificou a situação da CoInfo no contexto arquivístico, considerando aspectos teóricos, formação acadêmica e atuação profissional. A pesquisa revelou uma baixa produção teórico-científica sobre a relação Arquivologia-CoInfo, uma forte aderência dos princípios da CoInfo nos documentos de ensino da Arquivologia no Brasil, e a necessidade de inserir essa temática na formação dos arquivistas, reconhecida por profissionais da área (Furtado *et al*, 2023a).

Em 2019, a partir dessas questões, iniciou-se o projeto de pesquisa 'Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações', que levou à formação do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação (GpArqCoInfo) na Universidade Federal do Pará (UFPA). O GpArqCoInfo segue como o único grupo de pesquisa brasileiro focado na relação entre Arquivologia e CoInfo e tem como finalidade sistematizar a experiência de pesquisa em torno da relação da Competência em Informação com a Arquivologia, os arquivos, os arquivistas e outros envolvidos nos processos informacionais, desde a graduação, desenvolver novos planos de estudo e trabalho, e organizar recursos humanos, financeiros, institucionais e técnicos.



As pesquisas desenvolvidas abordam a formação e atuação dos arquivistas e o papel dos elementos arquivísticos no cenário informacional contemporâneo, marcado por fenômenos como desinformação, hiperinformação, infodemia, *fake news* e Pós-verdade. O grupo está estruturado em quatro linhas de pesquisa: 1) Competência em Informação e aprendizagem no contexto arquivístico, 2) Competência em Informação e o fazer arquivístico, 3) Competência em Informação e os fenômenos informacionais no contexto arquivístico, e 4) Competência em Informação e Práticas Informacionais (Furtado *et al*, 2023b).

No contexto desta pesquisa, a referida díade segue sustentada por três, dos quatro referidos eixos: 1 – Competência em informação e aprendizagem no contexto arquivístico; 2 – Competência em informação e o fazer arquivístico; e 3 – Fenômenos Informacionais na Arquivologia.

No eixo 1, as pesquisas<sup>4</sup> buscam aproximar os preceitos da Competência em Informação à formação do arquivista, tanto na formação básica como na formação continuada, compreendendo a CoInfo como uma ferramenta relevante para o desenvolvimento e atuação profissional, com destaque para a universidade como instrumento social de transformação coletiva no âmbito da formação de arquivistas (Furtado *et al*, 2023b).

O eixo 2, concentra pesquisas<sup>5</sup> relacionadas às atividades que envolvem o planejamento e a implantação de programas de gestão de documentos tanto físico como digitais, bem como demais atividades prioritárias da Gestão de documentos, além de outras atividades que compõem o métier do arquivista contemporâneo como a Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento. As discussões visam relacionar o fazer arquivístico com os preceitos da CoInfo, colocando em evidência o Arquivista. Ressalta a necessidade do desenvolvimento de habilidades específicas e aquisição de consciência crítica sobre diferentes formas de produção, uso e destinação de informações e práticas informacionais relevantes na resolução de situações da vida profissional e cotidiana. Abarca pesquisas sobre Competência e Inteligência Arquivística com destaque para o papel de mediador exercido pelo arquivista na relação dos usuários com documentos e instituições arquivísticas (Furtado *et al*, 2023b).

---

<sup>4</sup> Ver Furtado et al, 2023b.

<sup>5</sup> Ver Furtado et al, 2023b.



As discussões no eixo 3 convergem em pesquisas<sup>6</sup> relacionadas às temáticas Desinformação, Pós-Verdade, Notícias falsas (doravante *Fake News*), dentre outros fenômenos que interferem negativamente na qualidade da informação e nos processos de construção do conhecimento, numa perspectiva que abarca distintos sujeitos envolvidos nos processos arquivísticos – arquivista, produtores de documentos e usuários. As pesquisas visam ampliar o olhar sobre o uso e acesso à informação na Arquivologia abarcando elementos como pensamento crítico, criatividade, ética e autonomia na produção, gerenciamento, disseminação e preservação da informação e do conhecimento, considerando que esses elementos podem interferir na qualidade da informação e nos processos de construção e de preservação da memória social, sem excluir, contudo, reflexões sobre direitos humanos e justiça social (Furtado *et al*, 2023b).

Considerando as pesquisas desenvolvidas nos três eixos, observou-se a necessidade de inserir a perspectiva dos estudos críticos em informação no universo da Arquivologia, buscando identificar elementos que convergem entre si. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar as possíveis relações da tríade Arquivologia – Competência em informação com os preceitos da Teoria Crítica da Informação (TCI) e da Competência Crítica em Informação (CCI).

O artigo se configura como resultado da segunda fase de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujos resultados iniciais foram publicados anteriormente em 2021 e 2022<sup>7</sup>.

Metodologicamente, a pesquisa adota a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) para coleta de dados, cujos resultados foram analisados por meio da Análise comparativa e estão apresentados em um mapa conceitual que é a base para a discussão realizada neste artigo. Os resultados apontam a convergência entre Arquivologia, CoInfo e TCI e CCI, com necessidade de aprofundamento e indicam um caminho para próximas pesquisas.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A primeira fase desta pesquisa<sup>8</sup> mapeou nos anos de 2020 - 2021, por meio de

---

<sup>6</sup> Ver Furtado et al, 2023b.

<sup>7</sup> Ver Furtado e Santos, 2021; Furtado, Santos e Santos, 2022.

<sup>8</sup> Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), nos anos 2019 e 2021, cujos resultados foram publicados em 2021 e 2022: Furtado e Santos, 2021; Furtado, Santos e Santos, 2022.



uma RBS, a produção bibliográfica acerca da díade Arquivologia – Competência em Informação nos processos de aprendizagem, nas práticas profissionais e nos fenômenos informacionais. Os resultados dessa RBS (16 artigos, apresentados no Quadro 1) se configuram como o *corpus* da presente pesquisa e foram analisados à luz de perspectivas teorias críticas, a saber: Teoria Crítica da Informação (TCI), Teoria Crítica da Sociedade (TCS) e Competência Crítica em Informação (CCI).

Para análise dos 16 artigos recuperados na RBS, adotou-se a Análise comparativa cujo objetivo é apontar relações existentes entre os três eixos com base nas palavras-chave recuperadas, apresentadas no mapa conceitual produzido na plataforma CANVA<sup>9</sup>. O referencial teórico sobre TCS, TCI e CCI (Araújo, 2009; Bezerra, 2020; Bezerra *et al.*, 2019; Brisola, 2021; Fuchs, 2009) embasou a análise comparativa junto aos preceitos da Teoria Crítica da informação e da Competência Crítica da Informação, a fim de compreender conceitos, características e contextos de aplicação das referidas teorias.

### 3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA EM 3 EIXOS: aprendizagem, práticas profissionais e fenômenos informacionais

A presente seção apresenta os resultados obtidos com a Revisão Bibliográfica Sistemática (já publicados em 2021 e 2022)<sup>10</sup>. O Quadro 1 apresenta detalhadamente o resultado da RBS, categorizados a partir dos 3 eixos mencionados. A codificação utilizada para cada um dos 16 artigos, foi organizada a partir dos três eixos analisados, onde o primeiro elemento - numeral, que diz respeito ao eixo correspondente (1, 2 e 3), o segundo elemento – letra R, não é variável e corresponde à palavra Resultado, e por fim, o terceiro elemento – numeral, relacionado à ordem do artigo dentro do eixo:

**Quadro 1 – Produção bibliográfica: Competência em Informação x Arquivologia**

Eixo 1 – Competência em informação e aprendizagem no contexto arquivístico			
Cód.	Local e ano	Título	Autores
1R1	International Journal of Information Management - 2014	<i>Archives, Quo Vadis et Cum Quibus?: Archivists' self-perceptions and perceptions of users of contemporary archives</i>	Polona Vilar e Alenka Sauperl
1R2	Arch Sci - 2012	<i>Empirical research on archivists' skills and knowledge needs in Chinese archival education</i>	Hiatao Li e Linlin Song

<sup>9</sup> A plataforma pode ser acessada no endereço: [https://www.canva.com/pt\\_br/about](https://www.canva.com/pt_br/about)

<sup>10</sup> Furtado e Santos, 2021; Furtado, Santos e Santos, 2022.



1R3	Journal of Archival Organization - 2009	<i>Archivists as Educators: Integrating Primary Sources into the Curriculum</i>	Peter Carini
1R4	Libraries and the Academy - 2016	<i>Information Literacy for Archives and Special Collections: Defining Outcomes</i>	Peter Carini
1R5	Em Questão - 2017	Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil	Fernanda Martendal, Eva L. Silva e Elizete Vitorino
1R6	ÁGORA - 2014	Emprego da competência em informação por estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia	Gleise Brandão e Jussara Borges
1R7	ÁGORA - 2015	Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP	Fernanda M. Alves e Adriana Alcará
<b>Eixo 2 – Competência em informação e o fazer arquivístico</b>			
2R1	Biblios - 2018	Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista	Renata Ventura, Eva L. da Silva e Elizete Vitorino
2R2	The Electronic Library - 2014	<i>Records management and Information Culture: Tackling the People Problem</i>	Gillian Oliver e Fiorella Foscarini
2R3	International Digital Library Perspectives - 2004	<i>Information literacy for primary sources: creating a new paradigm for archival researcher education</i>	Elizabeth Yakel
2R4	Informação & Informação - 2018	Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista	Renata L. Furtado e Regina C. Baptista Belluzzo
2R5	Convergências em Ciência da Informação - 2019	O papel do arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da competência em informação	Renata L. Furtado e Victor M. Silva
2R6	ENANCIB - 2018	Contribuições da competência crítica em informação para a atuação em preservação por arquivistas e bibliotecários	Bruno F. Leite e Ricardo M. Pimenta
2R7	Ciência da Informação - 2016	Análise das competências infocomunicacionais a partir da <i>metaliteracy</i> : um estudo com arquivistas	Jussara Borges e Gleise da S. Brandão
<b>Eixo 3 – Fenômenos Informacionais na Arquivologia</b>			
3R1	Archival science - 2002	<i>Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection</i>	Eric Ketelaar
3R2	Archival Science - 2019.	<i>Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/ reproach to Federal Recognition</i>	María Montenegro

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020

O que se apresenta a seguir, são observações obtidas a partir de análises



anteriores dos 16 resultados, publicados em: Furtado e Santos (2021) e Furtado, Santos e Santos (2022)

Por meio da análise dos resultados obtidos no Eixo 1 - Competência em informação e aprendizagem no contexto arquivístico - é possível observar a Competência em Informação presente em diferentes contextos que envolvem a Arquivologia, desde o ensino regular, graduação, pós-graduação e mercado de trabalho, sendo a atuação do arquivista possível em todas elas (Furtado, Santos, 2021).

Em outra vertente do eixo 1, identificou-se a necessidade de inserir a CoInfo na formação profissional do arquivista na graduação, pós-graduação ou ao longo da sua jornada profissional (aprendizagem ao longo da vida), visando promover a agilidade e eficiência dos profissionais quanto às áreas que eles estão inseridos, uma vez que não é apenas o sujeito atuante que se beneficia, mas o conjunto de pessoas ao redor dele, bem como a instituição na qual atua, abrangendo, assim, a sociedade como um todo (Furtado, Santos, 2021).

A partir da análise dos resultados obtidos no eixo 1, observou-se uma lacuna acerca do reconhecimento dos preceitos e habilidades de CoInfo, tanto entre os estudantes quanto entre os profissionais, o que demonstra a falta do debate desde o ensino médio ou técnico, que comumente antecede a entrada dos alunos no ensino superior, bem como no próprio ensino superior. Nesse sentido, cabe ressaltar que as demandas por essas habilidades são uma realidade e requer um avanço na preparação de quem lida com a informação diariamente, especificamente no contexto dessa pesquisa: arquivistas, produtores de documentos e usuários.

O eixo 2 - Competência em informação e o fazer arquivístico - propôs identificar a relação da Competência em Informação com o fazer arquivístico, especificamente em torno das práticas profissionais do arquivista. São distintos os pontos apresentados em cada um dos artigos analisados. Há de se observar, contudo, a existência de uma linha tênue entre “Competência profissional” e “Competência em informação”, relação que tem sido explorada em outras pesquisas<sup>11</sup>.

Observou-se ainda a presença da Teoria das dimensões da Competência informacional (Vitorino; Piantola, 2009), cujas discussões possibilitaram estabelecer diálogos profícuos entre a referida teoria e o fazer profissional do arquivista de forma

---

<sup>11</sup> Ver Santos, Furtado e Vitoriano, 2024.



ampla, contemplando a perspectiva crítica da CoInfo – Competência Crítica em Informação e as distintas atividades que compõem o métier do arquivista contemporâneo.

Destaca-se também a relevância do conceito de cultura da informação e o papel do arquivista nesse universo, com recorte para as relações interdisciplinares com outros profissionais e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas, ainda que tais habilidades não se configurem como a essência da CoInfo e sim como uma necessidade contemporânea genuína, abarcada pela Dimensão técnica proposta por Vitorino e Piantola (2009). A relação do arquivista com os usuários também é explicitada por meio das expressões: *Information literacy for primary sources*, *Archival literacy* e *Archival Intelligence* – temáticas pouco exploradas no contexto brasileiro.

No eixo 3, buscou-se evidenciar Fenômenos Informacionais na Arquivologia - especificamente Pós-verdade, *Fake News* e Desinformação, numa interrelação com a Competência em Informação. Identificou-se a inexistência de pesquisas com os três temas centrais investigados e discutidos em conjunto. O que se apresenta nas últimas linhas do Quadro 1 são os dois resultados obtidos com as *strings* de busca “Arquivologia e Pós-verdade” e “Arquivologia e *Fake News*”.

Da análise dos dois artigos é possível destacar a importância da preservação da memória social e coletiva como uma garantia futura de direitos aos cidadãos. A caracterização de documentos arquivísticos como instrumentos de capacitação, liberação, salvação, liberdade e facilitadores da democracia e do empoderamento quando gerenciados de forma correta. Por outro prisma, é possível caracterizar os mesmos documentos arquivísticos como instrumentos que perpetuam aspectos colonizadores que corroboram com práticas de exclusão, racismo, apropriação e apagamento (Ketelaar, 2002; Montenegro, 2019).

O arquivista é retratado como um elemento relevante em processos que envolvem direitos humanos e justiça social, atuando no reconhecimento de grupos minoritários e marginalizados, formulando e legitimando concepções anticoloniais de evidências que consideram sujeitos e contextos específicos, atuando na criação e manutenção de documentos desses grupos, na avaliação de registros e documentos para advogar por procedimentos de validação e no arquivamento de relatos orais e outros registros "não oficiais", que possam ser utilizados como evidência em processos de reconhecimento e/ou de posse, na contribuição da descolonização dos arquivos,



defendendo a adoção de abordagens centradas nesses grupo, a fim de produzir e preservar registros como evidências que referenciam diretamente o estilo de vida, códigos e costumes específicos, de modo a garantir que tais grupos sejam tratados de forma justa, imparcial e não discriminatória (Ketelaar, 2002; Montenegro, 2019).

#### 4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO x ARQUIVOLOGIA À LUZ DE TEORIAS CRÍTICAS

Após a leitura e interpretação dos 16 artigos apresentados no Quadro 1, foram extraídas as palavras-chave apresentadas nos artigos. Foram atribuídas outras palavras-chave alinhadas com a fundamentação teórica de TCS, TCI e CCI, conforme apresentado no Quadro 2:

**Quadro 2 – Análise dos artigos x Extração de palavras-chave**

<b>Eixo 1 – Competência em informação e aprendizagem no contexto arquivístico</b>		
<b>Cód.</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Palavras-chave</b>
1R1	<i>Archives, Quo Vadis et Cum Quibus?: Archivists' self-perceptions and perceptions of users of contemporary archives</i>	Educação formal; Pedagogia arquivística; Competência digital; Ética.
1R2	<i>Empirical research on archivists' skills and knowledge needs in Chinese archival education</i>	Educação formal; Competência digital; Aprendizado ao longo da vida; Aprendizagem independente.
1R3	<i>Archivists as Educators: Integrating Primary Sources into the Curriculum</i>	Educação formal; Pedagogia arquivística; Pensamento crítico; Interpretação crítica; Competência arquivística; Credibilidade das fontes; Usuário; Pós-verdade; Responsabilidade social; Aprendizagem por experiência.
1R4	<i>Information Literacy for Archives and Special Collections: Defining Outcomes</i>	Educação formal; Educação não formal; Pedagogia arquivística; Usuário; Pensamento crítico; Aprendizagem por experiência; Aprendizagem significativa; Ética; Inteligência arquivística; Historicidade; Análise crítica.
1R5	Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil	Avaliação crítica; Ética; Pensamento crítico; Democracia; Justiça; Cidadania; Memória; Acesso; Inclusão; Ambientes formais e não formais; Dimensão ética e política.
1R6	Emprego da competência em informação por estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia	Aprendizagem ao longo da vida; Processos cognitivos; Competência digital; Ética; Direitos autorais.
1R7	Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP	Aprendizagem; Aprendizagem ao longo da vida; Competência digital; Consciência crítica; Formação formal e não formal; Populações vulneráveis
<b>Eixo 2 – Competência em informação e o fazer arquivístico</b>		

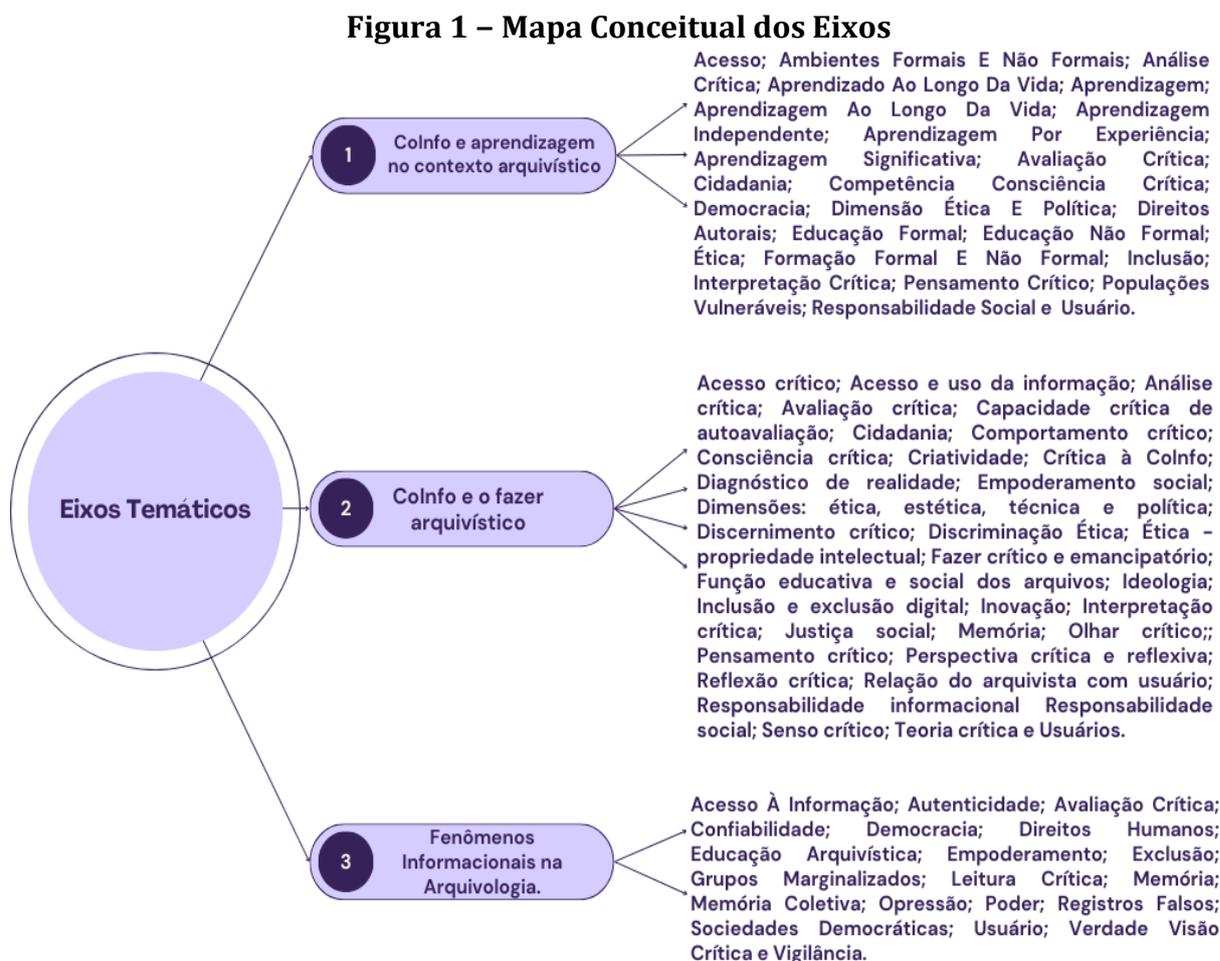


2R1	Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista	Dimensões Técnica, estética, ética e política; Cidadania; autonomia; Empoderamento social; Relação arquivista – usuário; Arquivo como local de aprendizagem – não formal; Função educativa e social dos arquivos; Aprendizagem com documentos; Educação formal e informal; Formação continuada
2R2	<i>Records management and Information Culture: Tackling the People Problem</i>	Cultura da informação
2R3	<i>Information literacy for primary sources: creating a new paradigm for archival researcher education</i>	Educação formal; Pedagogia arquivística; Pensamento crítico
2R4	Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista	Competência digital; Inclusão e exclusão digital; Aprendizado ao longo da vida; Formação (do arquivista) formal ou informal; Acesso e uso da informação; Criatividade; Inovação; Aprendizado ao longo da vida; Pensamento crítico; Aprendizagem organizacional; Ecologia informacional
2R5	O papel do arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da competência em informação	Interpretação crítica; Senso crítico; Olhar crítico; Responsabilidade social; Cidadania; Direitos humanos; Dimensões: ética, estética, técnica e política; Aprendizado ao longo da vida; Justiça social; Educação arquivística; Autonomia; Discriminação; Usuários; Legalidade do acesso à informação
2R6	Contribuições da competência crítica em informação para a atuação em preservação por arquivistas e bibliotecários	Crítica à CoInfo; Direito de acesso ao documento; Cidadania; Emancipação; Teoria crítica; Reflexão crítica; Comportamento crítico; Olhar crítico; Consciência crítica; Fazer crítico e emancipatório; Diagnóstico de realidade; Memória; Ideologia; Ética
2R7	Análise das competências infocomunicacionais a partir da <i>metaliteracy</i> : um estudo com arquivistas	Capacidade crítica de autoavaliação; Acesso crítico; Pensamento crítico; Avaliação crítica; Análise crítica; Discernimento crítico; Perspectiva crítica e reflexiva; Responsabilidade informacional; Aprendizagem significativa, independente, colaborativa, coletiva; Cultura informacional; Ética - propriedade intelectual; Notícias falsas e manipuladas; Competência digital
<b>Eixo 3 – Fenômenos Informacionais na Arquivologia</b>		
3R1	<i>Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection</i>	Poder; Acesso à informação; Democracia; Empoderamento; Instrumentos de opressão e dominação; Vigilância; Registros falsos; Educação Arquivística; Direitos Humanos; Memória; Avaliação crítica; Memória coletiva; Usuário.
3R2	<i>Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/reproach to Federal Recognition</i>	Grupos marginalizados; Exclusão; Leitura crítica; Sociedades democráticas; Poder; Opressão; Autenticidade; Confiabilidade; Verdade; Visão crítica

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022



Foram encontradas 112 palavras-chave, que foram tratadas e selecionadas de acordo com o objetivo proposto, possibilitando elaborar o Mapa Conceitual apresentado na Figura 1, que relaciona os três eixos investigados com a fundamentação teórica de TCS, TCI e CCI:



**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2023

Diante das palavras-chave recuperadas foi possível identificar elementos que convergem entre os três eixos temáticos: TCS, TCI e CCI. No Eixo 1, sobre ColInfo e aprendizagem no contexto arquivístico, é possível destacar a **Aprendizagem - Ao Longo da Vida; Independente; Por Experiência e Significativa.**

Fuchs (2009) explica que a partir de testes psicológicos realizados pelo International Business Machines (IBM), que visam medir o pensamento crítico, o sexto ponto de análise é a Inquisitividade - curiosidade intelectual para aprender coisas novas. Ela está presente em indivíduos que manifestam o pensamento crítico, fortalecendo todo



estímulo à aprendizagem ao longo da vida, atribuído como um ponto para o estímulo do pensamento crítico aplicado ao desenvolvimento profissional.

Giroux (1994, p. 200) enfatiza que no viés da aprendizagem, o **pensamento crítico** relaciona-se principalmente ao processo de ensinar como analisar e desenvolver tarefas de leitura e escrita a partir da perspectiva de padrões formais e lógicos de consistência. O autor destaca que todas as habilidades de aprendizagem são importantes. Nesse sentido, a implementação pedagógica deve resultar em atividades de CCI que reconheçam a cumplicidade individual – e do sujeito como membro da comunidade – em bases informacionais de estruturas de poder e luta (Downey, 2016). Busca-se, desse modo, provocar um **pensamento crítico** a respeito dessas relações com a intenção emancipatória do ser, a fim de suscitar **consciência crítica** e humanitária, senso de coletividade e **responsabilidade social**, que promovam a **cidadania** e, conseqüentemente, a **democracia** (Brisola, 2021).

Logo, a TCS, TCI e CCI se tornam aliadas no contexto da aprendizagem arquivística pela convergência entre pontos de desenvolvimento do sujeito para práticas de aprendizagem enviesadas pela promoção do pensamento crítico, elucidando a manifestação da consciência crítica, responsabilidade social, cidadania, democracia e toda e qualquer prática que esteja alinhada ao bem-estar coletivo, capacitando o indivíduo para vivência pessoal e profissional mediante a produção, uso e destinação de informações de forma ética e socialmente responsável.

No Eixo 2 – Competência em informação e o fazer arquivístico - pode-se enfatizar a **teoria crítica** atribuída à luta de classes intelectuais, que é anticapitalista, contrária à dominação e luta por uma **democracia** sem classes, não dominativa, cooperativa e participativa. Dessa forma, pode-se ressaltar a necessidade **ética** no fazer arquivístico, visando a socialização de registros informacionais que possam cooperar de forma participativa e ativa na sociedade, se caracterizando como um bem dinâmico, social e histórico.

A informação é intrinsecamente ligada ao fazer arquivístico e entendida pela Teoria Crítica como recurso fundamental para a condição humana no mundo e, como tal, a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais. Como recurso, a informação é apropriada por alguns, que garantem para si o **acesso**. Aos demais, sobra a realidade da **exclusão** (Araújo, 2009. p 197). Nesse sentido, a relação



informação e atores sociais enfatiza aspectos da **responsabilidade social e informacional** entre **Arquivista e Usuário** como atores sociais envolvidos no processo de produção, uso, destinação, disponibilização e acesso da informação arquivística.

Dessa forma, surgem aspectos teóricos que evidenciam a relação entre as teorias de TCS, TCI e CCI verticalizadas para o fazer arquivístico, indicando que a função da Teoria Crítica não é ser apenas “uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma” (Horkheimer, 1980, p.136), intencionada a emancipar o homem de uma situação escravizadora por meio do pensamento e uso crítico da informação.

No Eixo 3 – Fenômenos Informacionais na Arquivologia - é possível destacar, no contexto pesquisado, a **interdisciplinaridade**. Seguindo os preceitos da Escola de Frankfurt (origem da TCS), a cooperação entre as disciplinas colabora com os estudos e compreensão dos fenômenos sociais (Brisola, 2021). Assim, reconhece-se as relações interdisciplinares existentes entre as discussões acerca dos fenômenos informacionais, as pesquisas sobre o tema no contexto arquivístico e a relação destas com a TCS, TCI e CCI.

Destaca-se o impacto dos fenômenos informacionais para a **Sociedade**, atingindo todos os processos informacionais e sociais, envolvendo o **governo**, todo e qualquer **cidadão, sujeito** nos processos de produção, uso e disseminação da **Informação** e do **Conhecimento**.

Os **sujeitos** envolvidos nesse contexto, independente da sua posição na sociedade, se governo, profissional da informação ou cidadão, necessitam desenvolver habilidades críticas em torno da produção, uso, análise, avaliação e acesso da informação e do conhecimento, bem como do pensamento e do comportamento, visando o exercício da **democracia** e o **empoderamento social**. A ausência de tais habilidades pode direcionar os sujeitos para processos **de opressão, dominação, alienação, vigilância, controle, violação de direitos**, entre outros que podem ser legitimados por **registros** (informações e documentos arquivísticos) que se configuram paralelamente aos **arquivos**, enquanto instituições custodiadoras, como instrumentos e evidências desses processos.

O **arquivista** nesse contexto atua como **mediador** e como **educador**. No âmbito da mediação destaca-se a função desse profissional de aproximar o cidadão das instituições arquivísticas bem como dos registros arquivísticos. No que se refere à



**educação arquivística**, deve ocorrer tanto em **ambientes formais**, como em **espaços informais e não formais**. Um dos principais elementos que deve ser destacado nos resultados obtidos é o **Poder** que permeia transversalmente todas as discussões identificadas tanto na análise dos resultados quanto na comparação com as teorias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos evidenciaram a relação entre os aspectos teóricos investigados, sublinhando a CCI como ferramenta de transformação social, que auxilia nos processos de produção, uso, destinação e acesso à informação, de forma eficaz, ética e responsável incluindo todos os atores sociais envolvidos nesse processo. O arquivista, como profissional da informação, deve apropriar-se de teorias que colaborem para o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais, a fim de se expandirem novos horizontes e possibilidades de atuação e aprendizado.

Diante da era da informação, onde as informações são atualizadas em questão de segundos, uma notícia falsa pode circular rapidamente por meio das redes sociais e atingir um número elevado de pessoas numa espécie de “efeito manada”, gerando dúvidas e provocando desinformação na sociedade. Desse modo, é imprescindível uma visão crítica, que questione, duvide, procure a fonte da informação, bem como saiba interpretá-la, a fim de se comprovar a sua veracidade e autenticidade.

As teorias sustentadas numa perspectiva crítica contribuem para refletir e repensar a forma como se lida com a informação e como ela é um elemento primordial para o exercício da cidadania e do bem-estar social. Todavia, as temáticas discutidas ao longo da pesquisa são pouco exploradas na comunidade arquivística, necessitando que haja continuidade da mesma visando ampliar a discussão e a aplicação desses elementos no universo arquivístico, resultando em novas contribuições na área.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 47-76, out. 2015. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/541> . Acesso em: 14 mar. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 38, p. 192-204, 2009.



BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, p. 182-201, 2020.

BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleise da Silva. Análise das competências infocomunicacionais a partir da metaliteracy: um estudo com arquivistas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 15-25, ago. 2016. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3798> . Acesso em: 25 nov. 2022.

BRANDÃO, Gleise da Silva; BORGES, Jussara. Emprego da competência em informação por estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n.49, p. 277-310, 2014. Disponível [https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/512/pdf\\_73](https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/512/pdf_73) Acesso em: 5 nov. 2024.

BRISOLA, Anna Cristina C. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 2021. 293f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, 2021.

CARINI, Peter. Archivists as Educators: integrating primary sources into the curriculum. **Journal of Archival Organization**, [S. l.], v. 7, n. 1-2, p. 41-50, maio, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15332740902892619> Acesso em: 14 mar. 2023.

CARINI, Peter. Information Literacy for Archives and Special Collections: defining outcomes. **Portal: Libraries and the Academy**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 191-206, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231141113.pdf> . Acesso em: 14 mar. 2023.

DOWNEY, Annie. **Critical Information Literacy**: foundations, inspiration and ideas. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

FUCHS, Christian. Towards a critical theory of information. **TripleC Communication, Capitalism & Critique**: Journal for a Global Sustainable Information Society, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 243-292, nov. 2009.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 314-339, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881> . Acesso em: 3 dez. 2022.



FURTADO, Renata Lira; SILVA, Victor Martins. O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação.

**Convergência em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 23-43, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/11782> . Acesso em: 3 dez. 2022.

FURTADO, Renata Lira. A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada. 2019. 364f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Gabriel Jhonatta Pereira. Mapeamento da produção acadêmico-científica sobre competência em informação na arquivologia: da aprendizagem às práticas profissionais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 62, p. 1-24, 2021.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Maria de Nazaré Coelho dos; SANTOS, Felipe Cesar Almeida. Precisamos falar sobre os fenômenos informacionais contemporâneos no contexto arquivístico. **Informação em Pauta**, v. 7, p. 3, 2022.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Dimensões conceituais para inserção da competência em informação no cenário arquivístico brasileiro. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. 1-22, 2023a. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1173> Acesso em: 08 jun. 2024.

FURTADO, Renata Lira; CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; COSTA, Maria Ivone Maia da; SANTOS, Felipe Cesar Almeida dos; MOURA, Ana Roberta Pinheiro. A trajetória do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação. **Folha de Rosto**, p. 37-62, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/963> Acesso em: 08 jun. 2024.

GIROUX, Henry. Toward a pedagogy of critical thinking. In: Kerry S. Walters (ed.). **Re-Thinking reason: new perspectives in critical thinking**. Albany: Suny, 1994. p. 200-201.

HORKHEIMER, Max. **Traditional and critical theory**. New York: Continuum, 1980.

KETELAAR, Eric. Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. **Archival Science**, [S. l.], v.2, p.221-238, 2002.

LEITE, Bruno Ferreira; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Contribuições da Competência Crítica em Informação para a atuação em preservação por arquivistas e bibliotecários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 6227-6240. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102552> . Acesso em: 3 dez. 2022.



LI, Haitao; SONG, Linlin. Empirical research on archivists' skills and knowledge needs in Chinese archival education. **Archival Science**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 341-372, ago. 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10502-012-9183-4> . Acesso em: 3 dez. 2022.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite; VITORINO, Elizete Vieira. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/69952> . Acesso em: 25 nov. 2022.

MONTENEGRO, Maria Elvira. Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/reproach to Federal Recognition. **Archival Science**, [S. l.], v.19, p.117-140, 2019.

OLIVER, Gillian; FOSCARINI, Fiorella. **Records management and Information Culture: Tackling the people problem**. Londres: Facet Publishing, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EL-09-2015-0167/full/html> . Acesso em: 25 nov. 2022.

SANTOS, Felipe César Almeida dos; FURTADO, Renata Lira; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Explorando as interfaces entre a Competência profissional, a Competência em informação e a Competência arquivística no âmbito da Arquivologia. **Diálogos na Ciência da Informação – Atas do XIV Encontro EDICIC**. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, Portugal, 2024. Disponível em: <https://www.edicic2024.letras.ulisboa.pt/atas-edicic-2024-lisboa/> Acesso em: 12 out 2024.

VENTURA, Renata; DA SILVA, Eva Cristina Leite; VITORINO, Elizete Vieira. Competencia en información: un abordaje desde el archivista. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], n. 73, p. 35-50, fev. 2018. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/392> . Acesso em: 10 set. 2022.

VILAR, Polona; SAUPERL, Alenka. Archives, Quo Vadis et Cum Quibus?: archivists self-perceptions and perceptions of users of contemporary archives. **International Journal Of Information Management**, [S. l.], v. 35, n. 5, p. 551-560, out. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401215000572?via%3Dihub> . Acesso em: 13 jun. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009.

YAKEL, Elizabeth. Information literacy for primary sources: creating a new paradigm for archival researcher education. **Oclc Systems & Services: International digital library perspectives**, [S. l.], v. 20, n. 2, p.61-64, jun. 2004. Disponível em:



<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/10650750410539059/full/html>. Acesso em: 24 set. 2022.



**AS RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ARQUIVOLOGIA: uma análise da produção científica na BRAPCI**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN THE GENERAL PERSONAL DATA PROTECTION LAW AND ARCHIVAL SCIENCE: an analysis of scientific production in BRAPCI**

Mariana Lousada Pinha<sup>1</sup>  
Thales Oliveira do Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO**

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é um normativo recente no Brasil e representa uma resposta às crescentes preocupações com a privacidade e segurança de dados pessoais impactando diretamente a forma como a sociedade e as organizações lidam com as informações de caráter pessoal. Partindo do pressuposto de que parte dessas informações estão registradas em documentos de arquivo é fundamental compreender quais são as possíveis relações entre a LGPD e a Arquivologia. No âmbito desta pesquisa esta análise será realizada por meio da produção científica da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Para isso, realiza uma revisão bibliográfica e normativa sobre a LGPD; mapeia os artigos que tratam sobre a temática na base de dados, e identifica as relações entre a Lei e a Arquivologia. Como resultados verifica-se a baixa quantidade de artigos publicados até 2023, e que ainda a discussão é muito incipiente. Sendo assim, considera-se que as relações entre a LGPD e a Arquivologia ainda estão sendo construídas. Isto é esperado, uma vez que temos cinco anos desde a sua promulgação, e considerando que a questão da privacidade e segurança de dados pessoais é bastante sensível.

**Palavras-chave:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Arquivologia; BRAPCI.

**ABSTRACT**

Law No. 13,709, of August 14, 2018, entitled General Personal Data Protection Law (LGPD) is a recent regulation in Brazil and represents a response to growing concerns about the privacy and security of personal data, directly impacting the way in which Society and organizations deal with personal information. Assuming that part of this information is recorded in archival documents, it is essential to understand the possible relationships between the LGPD and Archival Science. Within the scope of this research, this analysis will be carried out through the scientific production of the Reference Database of Periodical Articles in Information Science (BRAPCI). To this end, it carries out a bibliographic and normative review on the LGPD; maps the articles that deal with the topic in the database, and identifies the relationships between Law and Archival Science. As a result, there is a low number of articles published until 2023, and the discussion is still very incipient. Therefore, it is considered that the relationships between the LGPD

<sup>1</sup> Professora | Doutora em Ciência da Informação | mariana.lousada@unirio.br

<sup>2</sup> Arquivista | Mestrando em Gestão de Documentos e Arquivos | taleco1998@edu.unirio.br



and Archival Science are still being built. This is expected, given that we have five years since its promulgation, and considering that the issue of privacy and security of personal data is quite sensitive.

**Keywords:** General Personal Data Protection Law; Archival Science; BRAPCI.

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é um dispositivo legal recente no Brasil e representa uma resposta às crescentes preocupações com a privacidade e segurança de dados pessoais. Investigar seus impactos nas organizações e na sociedade é crucial para entender como as instituições estão atendendo ao que versa a Lei e como as pessoas estão sendo afetadas. Com a sua promulgação, a proteção dos dados pessoais deixa de ser um benefício para se tornar um dever de instituições e empresas no território nacional.

Partindo do pressuposto de que parte dessas informações está registrada em documentos de arquivo, é fundamental compreender quais são as relações entre a LGPD e a Arquivologia. Consideram-se documentos de arquivo aqueles produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, que constituem elementos de prova ou de informação, independentemente da forma ou do suporte.

Sendo assim, este artigo se propõe a analisar essas possíveis intersecções da LGPD com a Arquivologia, a partir da produção científica disponível na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

A pesquisa é de natureza qualiquantitativa, de cunho exploratório e bibliográfico, por meio de revisão de literatura e documental. O recorte temporal delimitado abrange os trabalhos publicados entre 2018 e 2023, considerando a sanção da Lei no Brasil.

Inicialmente, realizou-se uma discussão sobre a LGPD e as relações existentes com a Arquivologia. Em seguida, foi feita a coleta de dados na BRAPCI, no campo “título, palavra-chave e resumo”, com a inserção dos termos "LGPD" e "Arquivologia". Os artigos recuperados foram organizados em uma planilha Excel, separados por título, ano, autor(es) e periódico. Após a sistematização, todos foram lidos para verificar se estavam dentro da temática delimitada na pesquisa.

A análise quantitativa identificou o ano e o periódico com maior número de publicações, assim como os principais pesquisadores que abordam o tema. Por sua vez, a



análise qualitativa focou na identificação dos temas arquivísticos discutidos nos artigos, com o objetivo de compreender de que forma a Arquivologia pode contribuir para a implementação da LGPD.

Esta discussão é importante pela relevância temática, ao compreender de que forma a área está se inserindo nessa discussão e como as práticas arquivísticas podem ser alinhadas de maneira mais eficiente com as diretrizes estabelecidas pela LGPD, garantindo a conformidade e a eficácia no tratamento das informações pessoais.

## **2 A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

A acelerada expansão das redes sociais, o crescimento exponencial do comércio eletrônico e a proliferação de dispositivos conectados destacam a importância de estratégias eficazes de segurança cibernética. À medida que a tecnologia avança, os desafios associados à proteção de dados também precisam evoluir, exigindo abordagens inovadoras e proativas para garantir a integridade e a segurança das informações pessoais online. Nesse cenário, a proteção de dados pessoais emerge como uma questão crucial, impulsionada pela necessidade de preservar a privacidade e a confidencialidade em um ambiente digital.

A conscientização sobre práticas de segurança digital, o desenvolvimento de políticas robustas de privacidade e o investimento em tecnologias avançadas de criptografia e proteção contra ameaças tornam-se elementos cruciais para mitigar os riscos e fortalecer a resiliência contra potenciais violações de dados. Em um mundo cada vez mais digitalizado, a proteção de dados torna-se não apenas uma prioridade tecnológica, mas também uma consideração ética e legal fundamental para garantir a confiança dos usuários e a sustentabilidade de uma sociedade digital.

Segundo Doneda (2020, p.12), o primeiro movimento legislativo no Brasil que tratava da proteção de dados foi o Projeto de Lei 2.796 de 1980, de autoria da deputada Cristina Tavares, que “assegurava aos cidadãos acesso às informações constantes de banco de dados e dá outras providências [...]”. Mas, segundo o mesmo autor, as discussões sobre proteção de dados iniciaram-se no Brasil em 2010, na forma de consultas públicas e projetos de lei.

No entanto, foi somente em 2018 que se tem a publicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que regulamenta o



tratamento de dados pessoais e tem o objetivo de proteger a liberdade, a privacidade, a intimidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, ou seja, o titular desses dados. Também garante o fluxo adequado de dados, o direito à gestão e à informação, à liberdade de expressão, bem como a plenitude e a saúde da economia digital e informacional.

Pela Lei, torna-se necessária, a nível nacional, a proteção, o acesso, a gestão, a inviolabilidade e a difusão dos dados pessoais, em empresas públicas ou privadas, a partir de 2020, embora suas sanções sejam aplicadas a partir de 2021. Tais deveres serão fiscalizados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão da administração pública responsável por implementar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos e a aplicação dos princípios e fundamentos da LGPD. A ANPD também é a instância responsável pela aplicação das sanções previstas.

O contexto legal no Brasil, relativo às regulamentações no ambiente virtual, é abrangente e vai além do escopo da proteção de dados e privacidade estabelecido pela LGPD. Leis como a Lei nº 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, a Lei 12.737 de 2012, que trata dos Crimes Cibernéticos, e a Lei nº 12.965, o Marco Civil da Internet, desempenham um papel importante na moldagem do ambiente regulatório. Essas legislações não apenas antecederam a LGPD, mas também se complementam em diversos artigos, estabelecendo um arcabouço legal abrangente para o universo digital no país.

A convergência e interrelação entre essas leis evidenciam uma abordagem mais ampla do Brasil para lidar com questões legais relacionadas à esfera virtual, combinando esforços para proteger a privacidade, promover o acesso à informação e combater crimes cibernéticos. A intertextualidade entre essas normativas destaca a complexidade do panorama jurídico digital brasileiro, onde diferentes leis convergem para formar uma estrutura coesa e adaptável às demandas em constante evolução da sociedade digital.

## **2.1 Princípios, Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Segurança e Penalidades**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira foi inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia e tem como objetivo principal proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.



A Lei estabelece dez princípios que devem ser seguidos por aqueles que realizam o tratamento de dados pessoais:

**1. Finalidade:** o tratamento de dados deve ter propósitos legítimos, específicos e explícitos. Ou seja, os dados só podem ser coletados e utilizados para propósitos claramente definidos e informados ao titular no momento da coleta.

**2. Adequação:** os dados coletados devem ser compatíveis com as finalidades informadas ao titular, garantindo que sejam pertinentes e adequados para os fins aos quais se destinam.

**3. Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização das finalidades, visando reduzir ao máximo a coleta de dados e minimizando os riscos de vazamentos e abusos.

**4. Livre Acesso:** garantia de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e duração do tratamento dos dados que lhe dizem respeito, como e por quanto tempo serão armazenados, além da identidade dos responsáveis pelo tratamento.

**5. Qualidade dos Dados:** busca assegurar a exatidão, clareza e atualização dos dados durante todo o processo de tratamento.

**6. Transparência:** exige que os titulares sejam informados de maneira clara, precisa e acessível sobre os aspectos relacionados ao tratamento.

**7. Segurança:** determina que os responsáveis utilizem medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais.

**8. Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais, implementando práticas de gestão de riscos e de segurança.

**9. Não Discriminação:** impossibilidade de realizar o tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos com base em raça, cor, etnia, religião, convicções políticas, entre outros aspectos.

**10. Responsabilização e Prestação de Contas:** demonstração da adoção de medidas eficazes para o cumprimento das normas de proteção de dados, bem como para proteger os direitos dos titulares.

Os princípios da LGPD são fundamentais para garantir um tratamento de dados pessoais que respeite os direitos dos titulares e promova transparência, segurança e responsabilidade. Eles estabelecem um padrão elevado para a proteção de dados pessoais



no Brasil, alinhando o país com as melhores práticas internacionais nesse campo.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é a autoridade máxima que norteia a privacidade e a proteção de dados. Entretanto, não tem apenas a função de fiscalizar e punir, mas também possui a responsabilidade de zelar pela proteção de dados, elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados, apreciar e processar petições dos titulares, disseminar o conhecimento sobre privacidade para o grande público, realizar estudos sobre as práticas de privacidade no Brasil e no mundo, além de desenvolver formas simplificadas para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais.

Uma das competências mais relevantes da ANPD é a articulação com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação. Essa articulação deve ocorrer com os PROCONS, com as Agências Reguladoras e com as associações de defesa dos consumidores em seus diversos setores de atividade, fiscalizando também se as entidades obrigam os controladores a seguir os direitos dos titulares.

Todos os agentes de tratamento precisam saber lidar com as diversas situações envolvendo a segurança e a privacidade de dados pessoais, pois a Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (APDADOS) prevê, em seu Artigo 41, que devem "[...] orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais" (APDADOS).

Nos sistemas de tratamento de dados, existem dois princípios: o "*Privacy by Design*" e o "*Privacy by Default*". O primeiro discute a aplicação de mecanismos, desenhos e soluções desde o desenvolvimento dos serviços e sistemas de dados. Nesse ponto, todo o sistema é moldado para que o usuário seja capaz de preservar e gerenciar sua privacidade e a coleta e tratamento de seus dados pessoais.

Já o segundo, que por tradução do inglês significa "privacidade por padrão", representa a elaboração do sistema desde seu esboço até a fase final, com medidas, ferramentas e políticas que garantem a privacidade do titular sem contradizer a lógica desse padrão, assegurando que os interesses dos agentes não ultrapassem os do usuário.

Vale ressaltar segundo o Art. 46, §2 da LGPD, prevê que:

Os Agentes de Tratamento devem, portanto, desde a concepção do produto ou do serviço, até a sua execução, adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos



não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. (Brasil).

Outra área que conjuntamente junto a proteção de dados, e que também se relaciona com o campo arquivístico, é a Segurança da Informação, que segundo Marciano é:

[...] um fenômeno social no qual os usuários (aí incluídos os gestores) dos sistemas de informação têm razoável conhecimento acerca do uso destes sistemas, incluindo os ônus decorrentes expressos por meio de regras, bem como sobre os papéis que devem desempenhar no exercício desse uso. (Marciano, 2006, p. 115).

Tal definição se faz necessária, pois muitos assemelham a segurança da informação apenas a medidas, ações e políticas, para que não tragam prejuízos — geralmente aqui avaliados de cunho financeiro — a pessoas jurídicas e empresas. Consequentemente, os quatro principais princípios da Segurança da Informação andam de mãos dadas com a proteção de dados.

Observa-se, então, que sem confidencialidade, integridade, autoria e disponibilidade, a proteção de dados é ineficaz, pois é imprescindível que os dados não sejam adulterados, que sejam produzidos por seu verdadeiro autor e que estejam sempre prontos para serem consultados, nas necessidades, dentro das medidas, é claro. E, principalmente, que o acesso seja dado essencialmente apenas a pessoas ou entidades autorizadas.

Por mais que o objetivo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais seja abranger, de modo legal, normas para tratamentos de dados, é importante ter em mente que, para a LGPD, violar dados não é apenas invadir um repositório ou vazar dados pessoais. Qualquer desconformidade com o código legal, inclusive a indisponibilidade de dados que deveriam ser acessíveis, implica em "violação de dados".

No caso de vazamentos ou violação de dados, sejam eles propositais ou acidentais, o Controlador deverá comunicar, não somente à Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados, como também ao Titular dos mesmos, sobre os incidentes, informando ainda seus riscos. Sendo assim, cabe ainda a esse Encarregado implementar práticas e procedimentos de Segurança Cibernética e da Informação, Políticas e Programas de Proteção de Dados, o que implica em avisar a diretoria da



organização.

Nesse ambiente, percebe-se a importância do trabalho dos Encarregados e Agentes de Tratamento de dados pessoais, já que ambos podem sofrer as sanções que a Autoridade lhes imponha, sanções administrativas essas previstas na Lei de 2018:

- Advertências, com a indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- Multas simples de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil, no último exercício, excluídos os tributos e limitada a R\$ 50.000.000,00 por infração;
- Multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso anterior;
- Publicização da infração, após apuração e confirmação;
- Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração, até a sua regularização;
- Eliminação e descarte dos dados pessoais a que se refere a infração.

Vale ressaltar que tais sanções e punições são aplicadas de forma gradativa e nem sempre cumulativa, e, independentemente das ações tomadas, a conduta dos agentes de tratamento poderá resultar em danos materiais ou cometimento de crimes. Nesses casos, sanções judiciais poderão se sobrepor às administrativas, tanto em relação aos agentes como em relação às pessoas de seus quadros de profissionais.

Os benefícios da proteção de dados são observados em instituições com diversas finalidades, todas orientadas para alcançar lucros institucionais. A influência da LGPD não se limita apenas ao cotidiano dos colaboradores, mas estende-se também à própria finalidade da empresa. Ao aderir e adotar práticas em conformidade com a Lei, as organizações não apenas cumprem suas responsabilidades legais, mas também promovem um ambiente empresarial mais adequado e responsável a longo prazo.

### **3 AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E A ARQUIVOLOGIA**

A LGPD tem por finalidade garantir o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais dos cidadãos, enquanto a Arquivologia é o campo do conhecimento que tem por objetivo estudar a função dos arquivos, bem como os princípios e técnicas para o gerenciamento e preservação dos documentos arquivísticos.

Entendendo que os documentos de arquivo contêm informações pessoais, estes



devem ser produzidos e gerenciados de acordo com os princípios da área e em consonância com os preceitos da Lei, a fim de garantir a privacidade e a segurança dessas informações.

Segundo Silva e Cardoso (2022), as sete funções arquivísticas se relacionam com a LGPD nos seguintes pontos:

- Produção: o primeiro passo sobre o controle e a padronização na produção/criação documental é imprescindível para a gestão documental e a garantia da organicidade do acervo. Vale ressaltar que, aqui, os autores relacionam diretamente a função do arquivista com o DPO (*Data Protection Officer*).

- Avaliação: além de ser uma das funções mais importantes da Arquivologia, fundamenta a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD), já que autoriza a eliminação de dados. O controlador precisa seguir as recomendações da TTD da instituição.

- Classificação: assim como a anterior, essa etapa tem ligação direta com a TTD.

- Descrição: refere-se aos tratamentos efetuados pelos controladores e operadores, ligados às boas práticas de segurança.

- Difusão: é o primeiro que não possui um vínculo visível com a LGPD.

- Preservação: o mesmo conceito de preservação da informação em ambiente arquivístico é aplicado aqui.

- Aquisição: o compartilhamento de dados internacionalmente é um bom exemplo de aquisição, assim como o compartilhamento entre bancos de dados.

Já que todo documento produzido e/ou recebido por pessoas físicas ou jurídicas durante a execução de suas atividades é considerado um documento de arquivo, percebe-se que o arquivista desempenha, ou deveria desempenhar, um papel fundamental na implementação das práticas necessárias para o cumprimento da LGPD, garantindo que as organizações gerenciem adequadamente os documentos e dados pessoais em conformidade com a legislação.

Schwaitzer, Nascimento e Costa (2021) relacionam as bases da gestão de documentos, ressaltando que a LGPD enfatiza a importância de identificar, classificar e gerenciar adequadamente os documentos que contêm dados pessoais. A Arquivologia contribui fornecendo práticas e padrões para a gestão eficiente de documentos. Os autores também observam que os documentos produzidos digitalmente trazem novos



desafios aos profissionais.

“[...] com a edição da LGPD, esse processo de indução e de desassociação da unidade de tratamento ao conhecimento arquivístico é ainda mais pungente, já que a unidade de tratamento não mais o documento, como previsto na Lei de Arquivos, nem a informação, como consta da LAI, mas os dados.” (Schwaitzer; Nascimento; Costa, 2021, p.13).

Aqui estão algumas maneiras pelas quais a LGPD e a Arquivologia se relacionam, além das já mencionadas anteriormente, como o acesso e controle de informações e documentos. A Arquivologia ajuda a implementar políticas de controle de acesso e restrições, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso aos documentos com dados pessoais.

Além disso, a Arquivologia contribui definindo medidas de segurança física e digital (segurança da informação) para proteger documentos contra acessos não autorizados ou violações de privacidade. Também colabora nas auditorias cotidianas, pois a proteção de dados requer a implementação de práticas de auditoria e monitoramento para garantir a conformidade. O campo arquivístico fornece métodos e técnicas para registrar atividades relacionadas aos documentos e facilitar auditorias.

Podemos citar ainda a definição de critérios para prazos de guarda de documentos e sua posterior eliminação, de acordo com a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, respeitando a LGPD no que diz respeito aos dados pessoais. A eliminação dos dados é um processo complexo que demanda atenção detalhada por parte do arquivista, já que os dados pessoais podem estar dispersos em diversas plataformas, incluindo bases de dados, sistemas, equipamentos e documentos físicos. Silva e Cardoso (2022), em sua pesquisa, destacam essa multiplicidade de participações do arquivista ao abordar a citação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

É necessário considerar também as unidades organizacionais responsáveis pelo armazenamento e guarda dos dados que possam ser objeto de eliminação, bem como os locais físicos onde estão localizados os ativos que contenham dados a serem eliminados. Se a eliminação tiver relação com uma solução em “nuvem”, por exemplo, é preciso considerar o serviço de armazenamento contratado ou utilizado (ENAP, 2017, p. 13).

A gestão efetiva da eliminação de dados não se limita apenas à exclusão de registros digitais, mas também se estende ao tratamento adequado de documentos em formato físico. Esse entendimento reforça a abrangência da responsabilidade do



arquivista, destacando a necessidade de considerar uma gama diversificada de fontes de dados, como suas Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos, durante o processo de eliminação. Dessa forma, torna-se evidente que a atuação do arquivista nesse contexto é crucial para garantir não apenas a conformidade com as normas de privacidade, mas também a integridade e eficácia do processo de eliminação de dados em todas as suas formas de manifestação.

A relevância do arquivista se torna ainda mais evidente na citação de Schwaitzer (2019), que destaca: “os conhecimentos necessários para identificar os elementos intrínsecos de um documento diplomático e que se constitui de dados estruturados de forma significativa e pré-estabelecida, para que sirva como prova de ação de um determinado fato”. A complexidade dessas responsabilidades ressalta a natureza multifacetada da profissão do arquivista, exigindo que o profissional sempre atualize suas habilidades, que vão além do simples ‘custodiador das informações’. A capacidade de compreender, organizar e preservar documentos de forma a destacar seu valor probatório demonstra a versatilidade desse profissional, que desempenha um papel fundamental na manutenção da memória histórica e na garantia da autenticidade de registros cruciais para diversas áreas do conhecimento. Assim, a atuação do arquivista se revela como um elemento essencial na proteção dos dados pessoais.

#### **4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E A ARQUIVOLOGIA NA BRAPCI**

As pesquisas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são relativamente recentes, uma vez que foi sancionada apenas em 2018. Embora a proteção de dados pessoais seja um tema discutido globalmente há décadas, a LGPD trouxe uma abordagem específica para o contexto brasileiro. Ao analisar as pesquisas na área, observa-se um número inferior ao esperado, considerando o impacto significativo da legislação nos assuntos informacionais.

Para compreender a produção científica sobre a LGPD e sua relação com a Arquivologia foi realizada uma pesquisa no site da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). O levantamento e a análise permitiram identificar a quantidade de artigos relacionados à temática, o período com maior



incidência de publicações, e as possíveis relações entre os dois campos.

Já a BRAPCI:

[...] foi desenvolvida pelo grupo de pesquisa E3PI, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que indexa grande parte das publicações em CI produzidas no Brasil através de varredura, coleta automática, processamento, revisão e incorporação de artigos na íntegra que são disponibilizados sob política de acesso aberto. (Mota; Gomes; Felipe, 2022, p. 2).

Para Bufrem et al. (2010), a Brapci amplia o espaço documentário ao reunir a literatura pertinente da área de Ciência da Informação e, é claro, da Arquivologia em um único local, o que facilita a busca e a recuperação da informação para pesquisadores, acadêmicos e a comunidade em geral. Ao mesmo tempo, consolida-se como uma importante fonte de informação nessas duas áreas.

Ao examinar os referenciais de artigos de periódicos, foi possível entender as principais linhas de discussão e abordagens teóricas adotadas pelos pesquisadores da Arquivologia em relação à LGPD. Além disso, a análise dos perfis dos autores proporciona um debate sobre as áreas de expertise e o envolvimento desses pesquisadores com o tema da proteção de dados pessoais. Essa abordagem mais abrangente permite uma compreensão mais profunda do estado atual da pesquisa sobre a LGPD na Arquivologia.

O intervalo temporal selecionado abrange desde o ano de 2018, que marcou a sanção da Lei, até o presente momento, 2023. No entanto, ao iniciar a pesquisa com a palavra-chave "proteção de dados", observou-se que muitos trabalhos já exploraram esse tema. O registro mais antigo encontrado na Brapci remonta a 2009, pertencente a Cerantola, cujo título é "A notícia como fonte de informação em propriedade intelectual: um olhar sobre o tema marcas". Surpreendentemente, a autora já abordava a questão da proteção de dados em sua pesquisa, revelando uma antecipação notável em relação às discussões contemporâneas sobre o assunto. Entretanto, para as análises, só serão considerados os artigos publicados entre 2018 e 2023.

Num primeiro estágio, a pesquisa foi iniciada com a inserção dos termos "LGPD" e "Arquivologia", resultando em 7 (sete) publicações. Nos filtros, foram assinaladas as opções: "título", "palavras-chave" e, por fim, "resumo". Os artigos recuperados foram organizados em uma planilha de Excel, separados por: título, ano, autor(es) e periódico. Após a sistematização, realizou-se a leitura dos materiais para, em seguida, apresentar os resultados.



**Quadro 1 – Publicações que relacionam a LGPD e a Arquivologia**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Periódico</b>
A Diplomática Contemporânea no Atendimento aos Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados	2023	SILVEIRA, Camila Rodrigues da; KARPINSKI, Cezar.	Brazilian Journal of Information Science
LGPD e arquivos pessoais: em busca do equilíbrio entre o direito de acesso e a privacidade	2023	SCHWAITZER, Lenora da Silva.	Fontes Documentais
As relações entre arquivologia e a lei geral de proteção de dados: uma análise dos cursos da ENAP sobre LGPD	2022	SILVA, Eliezer Pires da; CARDOSO, Caio.	Revista P2P e INOVAÇÃO
A LGPD e a atuação de arquivistas e cidadãos em relação à proteção de dados pessoais	2022	MELO, Suellen Alves.	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
A contribuição do arquivista para prontuários eletrônicos do paciente frente à tecnologia Blockchain	2021	XAVIER, Andréia Castro Costa; GOTTSCHALG-DUQUE, Cláudio.	Ciência da Informação Express
Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)	2021	SCHWAITZER, Lenora da Silva; NASCIMENTO, Natália; COSTA, Alexandre de Souza.	Revista Acervo
LGPD e acervos históricos: impactos e perspectivas	2020	SCHWAITZER, Lenora da Silva.	Archeion Online

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O primeiro artigo que relaciona a LGPD à Arquivologia só foi publicado em periódico dois anos após a promulgação da Lei. A partir de então, percebe-se um equilíbrio nas publicações ao longo de 2021, 2022 e 2023, com dois artigos em cada ano.

Dos 7 (sete) artigos, 3 (três) são de autoria individual ou em parceria com outros pesquisadores da Profa. Lenora Silva Schwaitzer. Ou seja, 42% de todo o material publicado sobre a temática na área da Arquivologia é resultado de suas pesquisas e reflexões, o que permite considerá-la uma das pesquisadoras centrais nas questões que envolvem a LGPD e o universo dos arquivos.

Quanto aos periódicos, observa-se uma grande diversidade, com discussões ocorrendo tanto em publicações da própria área quanto da Ciência da Informação.

Agora, avançamos para a análise qualitativa dos artigos, que se concentrou em identificar os temas arquivísticos discutidos, com o objetivo de compreender como a Arquivologia pode contribuir para a implementação da LGPD.

O primeiro artigo sobre a temática, “LGPD e acervos históricos: impactos e



perspectivas”, de Lenora Schwaitzer (2020), analisa a evolução histórica da privacidade e os aspectos da LGPD nos Arquivos e Centros de Memória, podendo até servir como um manual para algumas instituições.

Os dois artigos de 2021 apresentam abordagens distintas. O primeiro, intitulado “A contribuição do arquivista para prontuários eletrônicos do paciente frente à tecnologia Blockchain”, de Andréia Xavier e Cláudio Gottschalg-Duque, difere dos demais por focar na contribuição do arquivista diante dos avanços tecnológicos. Os autores trazem polêmicos debates sobre o uso da inteligência artificial, sugerindo que os profissionais utilizem tais ferramentas para auxiliar em trabalhos manuais. O recorte escolhido foi a aplicação da tecnologia Blockchain nos prontuários eletrônicos do paciente (PEP), relacionando a LGPD como um instrumento regulador. O segundo artigo, “Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)”, de Lenora da Silva Schwaitzer, Natália Nascimento e Alexandre de Souza Costa, publicado na revista *\*Acervo\**, analisa as contribuições da arquivologia, mais especificamente da gestão documental (GD), para a implantação da LGPD nas organizações. O estudo ressalta que os procedimentos da gestão são essenciais para o controle e a segurança dos dados pessoais custodiados por quem oferta ou fornece bens ou serviços.

Em 2022, temos o artigo "LGPD e arquivos pessoais: em busca do equilíbrio entre o direito de acesso e a privacidade", de Lenora Schwaitzer, que aborda a complexidade de equilibrar o direito de acesso à informação com a necessidade de preservar a privacidade dos dados. Já o trabalho de Eliezer Pires da Silva e Caio Cardoso, intitulado "As relações entre arquivologia e a Lei Geral de Proteção de Dados: uma análise dos cursos da Enap sobre LGPD", explora as interações entre a arquivologia e a LGPD, focando nos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Esse enfoque prático oferece uma perspectiva importante sobre como a legislação é integrada e disseminada em ambientes educacionais especializados.

Os dois últimos artigos, publicados em 2023, abordam a relação da Lei com a atuação profissional do arquivista e com a Diplomática Contemporânea. O artigo "A LGPD e a atuação de arquivistas e cidadãos em relação à proteção de dados pessoais", de Suellen Melo, examina o papel crucial dos arquivistas e cidadãos no contexto da LGPD, destacando a importância da conscientização e da participação ativa na implementação eficaz da



legislação. O segundo, "A Diplomática Contemporânea no atendimento aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados", de Camila Silveira e Cezar Karpinski, explora a relação entre a Diplomática e a proteção de dados sob a égide da LGPD. Esse trabalho se destaca por ser singular em sua ênfase na interseção entre a Arquivologia contemporânea e a LGPD, enriquecendo tanto o entendimento teórico da Diplomática quanto sua relevância prática em um contexto legal e tecnológico em constante evolução.

Após a análise do material publicado até 2023 sobre a LGPD e a Arquivologia, nota-se que a discussão ainda é muito incipiente. Os temas relacionados à Lei incluem arquivos pessoais, gestão de documentos, Diplomática Contemporânea, tecnologia e capacitação. Considerando a amplitude da Arquivologia, há muito a ser explorado.

Por se tratar de um tema tão importante para a área, é necessário que as reflexões sejam aprofundadas, identificando de que forma as obrigações trazidas pela Lei impactam as funções arquivísticas, o gerenciamento de documentos e, conseqüentemente, a atuação profissional do arquivista.

Assim, considera-se que as relações entre a LGPD e a Arquivologia ainda estão em construção. Isso é esperado, dado que a Lei foi promulgada há apenas cinco anos e que as questões de privacidade e segurança de dados pessoais são bastante sensíveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as publicações no repositório da BRAPCI, foi possível perceber como a LGPD está sendo investigada na Arquivologia. No entanto, pela quantidade e pelas temáticas das publicações, ainda é um campo com grandes possibilidades de desenvolvimento de pesquisas, ou seja, um terreno fértil para pesquisadores e investigadores. Além disso, há o papel dos profissionais que trabalham com a implementação da LGPD em instituições públicas ou privadas, pois ocupam um espaço muito importante na prática e podem auxiliar nas discussões relacionadas à proteção de dados pessoais, privacidade e segurança.

A baixa concentração de publicações aponta para uma lacuna significativa no campo teórico. Esse cenário sugere uma falta de interesse ou de integração da perspectiva da proteção de dados nas práticas arquivísticas. Essa sub-representação pode ter implicações importantes, considerando a crescente relevância do tema na era digital.



Observa-se que várias áreas, como a jurídica, a tecnológica e até as artísticas, têm se debruçado sobre o tema da proteção de dados pessoais. A baixa integração da LGPD nas práticas arquivísticas pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de conscientização sobre a relevância da regulamentação, a ausência de incentivos para a implementação de medidas de conformidade ou mesmo os obstáculos práticos diários na incorporação dessas diretrizes no contexto arquivístico. Como relembra Jardim (2012), a produção de mais conhecimento sobre a nossa diversidade poderá subsidiar ações transformadoras no cenário arquivístico brasileiro.

Para superar esse desafio, é essencial promover uma maior conscientização sobre as implicações da LGPD no contexto da Arquivologia, destacando as vantagens de incorporar práticas de proteção de dados. Além disso, pode ser útil explorar formas de facilitar a conformidade, oferecendo recursos e diretrizes específicas para os arquivistas. Essa integração não só fortalecerá a segurança e a confiabilidade das informações preservadas, como também garantirá a conformidade com as normativas legais em vigor.

Portanto, é crucial promover um diálogo mais amplo e fomentar a pesquisa e a discussão sobre a interseção entre a LGPD e a Arquivologia, incentivando os profissionais a reconhecerem a importância dessa integração para o avanço e a relevância contínua do campo. A produção de conhecimento na área se torna, assim, fundamental para a transformação e evolução do cenário arquivístico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial Da União, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial Da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial Da União, Brasília, DF, 2014.



BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência de república, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm) Acesso em: 06 out. 2021.

BUFREM, L. S., COSTA, F. D. De O., GABRIEL JUNIOR, R. F., PINTO, J. S. de P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, v. 15, n. 2, 22–41. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23631>. Acesso em: 03 jan. 2024.

DONEDA, D. et al. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018): A caminho da efetividade. In: NEGRÃO, A. C. **Economia Digital, Proteção de Dados e Competitividade**. Ed. São Paulo: Editora Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Curso Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados**. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/603> Acesso em: 06 jun. 2023.

JARDIM, J. M. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. In: VALENTIM, M. L. P., Ed. **Estudos avançados em Arquivologia [online]**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 135- 153. Disponível em <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-08.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2024.

MARCIANO, J. L. P. **Segurança da informação: uma abordagem social**. 2006. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/1943>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

MELO, S. A. de. A LGPD e a atuação de arquivistas e cidadãos em relação à proteção de dados pessoais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/42046>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MOTA, D. A. R., GOMES, L. P., FELIPE, A. A. C. A recuperação da informação em repositórios digitais: uma análise do uso de ontologias para expansão da representação de documentos na Brapci. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.13, n.2, p.63-85, ago. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/207369> . Acesso em: 03 jan. 2024.

SCHWAITZER, L. B. S. **Lgpd e arquivos pessoais: em busca do equilíbrio entre o direito de acesso e o privacidade**, p. 196-197. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216229>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SCHWAITZER, L.; NASCIMENTO, N.; COSTA, A. S. Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD). **Acervo**, v. 34, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/163479> Acesso em: 24 ago. 2022.



SCHWAITZER, L.; NASCIMENTO, N.; DE SOUZA COSTA, A. Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Acervo**, v. 34, n. 3, p. 1-17, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1732/1667> Acesso em: 23 dez. 2021.

SILVA, E. P.; CARDOSO, C. As relações entre arquivologia e a lei geral de proteção de dados: uma análise dos cursos da Enap sobre Lgpd. **Revista P2P e INOVAÇÃO**, v. 8, n., 2022.

SILVEIRA, C. R. da; KARPINSKI, C. A Diplomática Contemporânea no Atendimento aos Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v.17 n.1, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13291/10521>. Acesso em: 03 jan. 2024.

XAVIER, A. de C. C.; DUQUE, C. G. A contribuição do arquivista para prontuários eletrônicos do paciente frente à tecnologia Blockchain. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 2, n. 10, p. 1-5, 7 out. 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/220086>. Acesso em: 06 jun. 2023.



© 2024 UFPB

**Editora**

Ediane Toscano Galdino de Carvalho, UFPB

**Capa**

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

**Editor de Design**

Marcílio Herculano da Costa, IFMT

**Apoio Técnico -Portal de Periódicos Científicos Eletrônicos da UFPB**

Cassandra Campos (Editora de publicações), UFPB

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeon>  
archeonline@gmail.com

Archeon Online. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2013)- . – João Pessoa :  
Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.12, n.2, 2024  
Editora: Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

**ISSN 2318-6186**

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do  
Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

**Conselho Editorial**

Carla Maria de Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Genoveva Batista do Nascimento, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Juliane Teixeira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Patrícia Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Rayan Aramis de Brito Feitosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Roza Zuleide, Universidade Federal da Bahia, Brasil

